



FACULDADE DE CIÊNCIAS - CAMPUS DE BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA
A CIÊNCIA

MARINA BATTISTETTI FESTOZO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES: UM
ESTUDO NA PRAINHA BRANCA, GUARUJÁ – SP**

Bauru, 2009

MARINA BATTISTETTI FESTOZO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES: UM
ESTUDO NA PRAIA BRANCA, GUARUJÁ – SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Ciências, da
Universidade Estadual Paulista - Campus de
Bauru, para obtenção do título de Mestre em
Educação para a Ciência. Área de
concentração: Ensino de Ciências

Orientadora: PROF^a. DR^a. MARÍLIA FREITAS DE CAMPOS TOZONI-REIS

Bauru, 2009

Festozo, Marina Battistetti.

Educação Ambiental em Comunidades: Um estudo na Prainha Branca, Guarujá - SP/Marina Battistetti Festozo, 2009.

152 f : il

Orientadora: Marília Freitas de Campos Tozoni
Reis

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2009

1. Educação Ambiental crítica, 2. comunidades tradicionais, 3. história, 4. organização

MARINA BATTISTETTI FESTOZO

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Marília Freitas de Campos Tozoni Reis

Deptº de Educação - Universidade Estadual Paulista – Botucatu

Profª Drª Haydée Torres de Oliveira

Deptº de Hidrobiologia – Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR

Profª Drª Luciana Maria Lunardi Campos

Deptº de Educação - Universidade Estadual Paulista - Botucatu

Bauru, 19 de Março de 2009

O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (MARX, 2001, p. 116).

Dedico este estudo, resultado do trabalho de dois anos, à minha família: meus pais, irmãos e sobrinhos, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

À força divina que rege todo o universo, pela proteção e iluminação.

À Prof^a. Dr^a Marília Freitas de Campos Tozoni Reis, pela orientação não apenas relacionada ao trabalho, mas à minha formação pessoal. Agradeço pelas palavras sábias, a dedicação, e a serenidade com que sempre lidou com os problemas e conquistas. Muito obrigada por todos os momentos compartilhados, que fizeram de mim uma pessoa melhor.

À Prof^a. Dr^a Luciana, grande incentivadora do meu mestrado, pela confiança depositada, as palavras de força e os conselhos sempre na hora certa. Muito obrigada!

À Prof^a. Dr^a Haydée pelo apoio e orientação.

Ao papai, João Festozo, pelo exemplo de coragem, determinação, e doação. Muito do meu esforço é espelhado em sua história.

À mamãe, Gláucia, por sempre abraçar as minhas causas, por confiar e acreditar pela sabedoria com que lida com a vida, pela doçura e alegria que contagiam meus dias.

Aos meus irmãos Felipe, Bruno e Vika pelo amor tão grande e companheirismo. Ao Felipe pelos momentos de aprendizado e reflexão. Ao Bruno pela ajuda e compreensão em todas as fases deste trabalho, especialmente neste final, pelos comentários, ajustes e boas idéias. Muito obrigada a todos vocês pela felicidade que me proporcionam ao estarmos juntos.

Ao Leandro e Laura, minhas paixões, apesar da distância e da saudade, são a alegria da minha vida.

Ao meu namorado Fernando, pelos momentos de reflexão, paciência, sorrisos, desabafos. Obrigada por agüentar minhas crises de insegurança, e mesmo assim, me incentivar, ajudando a superar os obstáculos e no final sempre me fazendo sorrir.

Aos meus avós Lúcia e Nivaldo (em memória), João e Heleninha pelo amor, dedicação e exemplos de vida.

Ao Tio Ado e Tia Heloisa, com padrinhos presentes e queridos como estes, é impossível falhar.

Ao tio Marcos, pelo bom senso, dicas, e ótimos bate papos, obrigada pela inspiração.

Aos primos amigos Eduardo, Lucas, Laís e Luiza pelas conversas, por compartilharem idéias e sonhos.

Aos moradores da comunidade da Prainha Branca, agradeço a cooperação nas atividades, entrevistas, o apoio e os ensinamentos.

Aos proponentes de projetos entrevistados, pela cooperação e atenção.

Ao Sr. Moacir, companheiro de caminhadas, trabalho e horas vagas, um senhor indígena que com tanta humildade possui sabedoria incomparável.

À minha grande amiga Fuzarka (Juliana), amiga companheira de todas as horas, por ser essa pessoa tão iluminada, tão presente, tão doce. Obrigada por não deixar de acreditar nunca!

Aos amigos da Pós-Graduação, Diana, Jorge, Lucas, e Jambu (Luciana), por tantas idéias e reflexões compartilhadas.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa, pelos momentos tão enriquecedores de nossos encontros e pesquisa conjunta.

Aos funcionários da Pós-Graduação, especialmente à Ana Grijo pela ajuda sempre pronta, tudo feito com muita delicadeza.

À amiga Mariana Bologna, pelo apoio de sempre, a mão sempre estendida e o sorriso no rosto.

Às minhas eternas amigas dendês, as flores mais lindas, obrigada pela amizade sincera e o coração sempre aberto.

Às amigas-irmãs: Malagueta, Cops, Meia Boca, Lamela, Torrada e Rambo pelo incentivo e força, por cada risada e choro, obrigada pelos ensinamentos de vida. Especialmente à Cops e Zero, pela orientação espiritual e paciência sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, pela oportunidade concedida, e por todo aprendizado que contribuiu para minha formação profissional e pessoal.

Aos Profs. Drs. José Roberto Giardinetto, Washington Pacheco de Carvalho, Fernando Bastos, Jair Lopes e Alberto Gaspar, pelos grandes ensinamentos e incentivos.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior, pelo auxílio concedido durante todo o desenvolvimento do mestrado.

ÍNDICE

1	<u>RESUMO.....</u>	<u>1</u>
2	<u>ABSTRACT</u>	<u>2</u>
3	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>3</u>
3.1	A RELAÇÃO ENTRE HUMANIDADE E MEIO NATURAL	3
3.2	O MODELO MECANICISTA: BASES DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	7
3.3	INFLUÊNCIA DO MODELO MECANICISTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	11
3.4	EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA.....	20
3.5	CONTEXTUALIZANDO O AMBIENTE ESTUDADO.....	27
4	<u>OBJETIVOS</u>	<u>34</u>
5	<u>METODOLOGIA.....</u>	<u>35</u>
5.1	PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPATIVA: A PRIMEIRA TENTATIVA	41
5.2	COLETA DE DADOS	45
5.3	ANÁLISE DOS DADOS	47
6	<u>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</u>	<u>51</u>
6.1	A DIVULGAÇÃO DO PROJETO E REUNIÕES INICIAIS NA COMUNIDADE.....	51
6.2	3.2. A PESQUISA ALTERNATIVA: ANALISANDO O ENVOLVIMENTO DOS MORADORES DA PRAINHA BRANCA	56
6.3	COMPREENDENDO OS PROJETOS DESENVOLVIDOS NO LOCAL	58
6.3.1	O QUE DIZEM OS PROPONENTES SOBRE OS PROJETOS.....	58
6.3.2	O QUE DIZEM OS MORADORES SOBRE OS PROJETOS	68
6.4	CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA DA PRAINHA BRANCA.....	74
6.5	CONFLITOS NA COMUNIDADE DA PRAINHA BRANCA.....	83
6.5.1	CONFLITOS ENTRE MORADORES E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	83
6.5.2	CONFLITOS ENTRE MORADORES E O PODER PÚBLICO	89
6.5.3	CONFLITOS ENTRE OS MORADORES (INTERNO)	97
6.6	PARTICIPAÇÃO	113

6.6.1	O QUE DIZEM OS PROPONENTES SOBRE A PARTICIPAÇÃO	113
6.6.2	O QUE DIZEM OS MORADORES SOBRE A PARTICIPAÇÃO	117
7	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	130
8	<u>REFERÊNCIAS</u>	139

1 RESUMO

As relações estabelecidas entre os seres humanos e entre eles e a natureza são fruto de um contexto histórico e social em que estão inseridos. Em nossa sociedade, regida pela lógica capitalista (com base no paradigma mecanicista) que dita as regras de convivência, possibilitando que o que é bom para o desenvolvimento do sistema prevaleça sobre o que é bom para a humanidade. Neste contexto, tanto a natureza quanto o homem são encarados como mercadoria e a competição e o individualismo são naturalmente aceitos. As características deste modelo de desenvolvimento são diversas às características presentes em comunidades e muitas vezes, opostas. A diversidade, a tradição e o trabalho comum, marcas comunitárias, são avessas ao capital e à manutenção do poder da classe hegemônica e, portanto, desvalorizadas e condenadas por estas. A negação destes princípios e a supervalorização de outros tem papel fundamental na adaptação da população à ordem estabelecida.

Este estudo, a partir desse pressuposto, foi delineado para realizar-se em uma comunidade caiçara e buscou investigar o envolvimento da população nas atividades sociais desenvolvidas na Prainha Branca: como se dá o exercício da cidadania comunitária, os fatores que limitam estes processos, e o quão responsáveis os moradores se sentem pela configuração de sua própria realidade. Foi possível perceber que a comunidade, além de imersa em conflitos, encontra-se fragmentada, desorganizada, com a união e identidade coletiva frágeis, fazendo com que muitos de seus membros não mais participem da vida em comunidade. No movimento de desvalorização da identidade coletiva comunitária por parte da sociedade, moradores cedem à pressão do sistema, abrem mão de seus valores e costumes tradicionais para adaptarem-se à nova vida de incessante acumulação de bens materiais. A divisão interna observada supera uma oposição entre o grupo que valoriza a tradição e o que valoriza aspectos da modernidade, revelando concepções de vida e de sociedade diversos. Aqui a Educação Ambiental é vista como estratégia de intervenção democrática adequada, no sentido de conscientizar os moradores para a participação e para reconquista da cidadania, a serem senhores de sua própria vida, autônomos e capazes de história própria.

Palavras-chave: Educação Ambiental crítica, comunidades tradicionais, história, organização social, participação.

2 ABSTRACT

The relationship between human beings and between them and nature are the result of a historical and social context in which they are inserted. In our society, governed by capitalist logic (based on mechanistic model), that establishes the rules of coexistence, allowing that what is good for the development of the system take advantage on what is good for humanity. In this context, the nature and the man are seen as a commodity and competition and individualism is naturally accepted. The characteristics of this type of development are different that the ones found in communities and often, they are the opposite. The diversity, tradition and common work, communities' trade marks, are adverse to the capital and to the maintenance of the hegemonic class power and thus devalued and condemned by them. The denial of these principles and the overvaluation of others have a fundamental role on the adaptation of the population to the established order.

Considering that, this study was planned to be performed in a seashore community and investigated the involvement its population on social activities already developed on Prainha Branca: how they exercise their community citizenship, which factors limit these processes, and how responsible the residents feel about their own reality. After the study, we realized that the community is immersed in conflicts, as well as fragmented, disorganized, with fragile collective union and identity, what weaken its member's participation in community life. In this collective identity devaluation by society, the community residents yield to the pressure of the system, and give up of their traditional values and customs to adapt to the new way of life of ceaseless material goods accumulation. The internal division observed surpasses the opposition between the group that values the tradition and the one that values the aspects of modernity, demonstrating different conceptions of life and society. Here Environmental Education is seen as an appropriate strategy of democratic intervention, to make the residents conscious of the importance to participate and to recover citizenship, to be responsible of their own life, independent and capable to make own history.

Keywords: Critical Environmental Education, traditional communities, history, social organization, participation.

3 INTRODUÇÃO

3.1 A relação entre humanidade e meio natural

Historicamente, os seres humanos estabelecem relações sociais e por meio delas atribuem significados à natureza. Estes significados podem ser muito variáveis: econômico, estético, sagrado, lúdico, etc. A questão ambiental diz respeito à maneira como a sociedade se relaciona com a natureza. Nela estão implicadas as relações sociais e também as complexas relações entre o mundo físico e orgânico.

O homem¹ como parte integrante da natureza é o ponto de partida dos estudos de Karl Marx (1818 - 1883). O homem é um ser natural vivo, que só pode sobreviver através de seu intercâmbio constante com o metabolismo da natureza. A natureza é denominada de corpo inorgânico do homem, “o corpo objetivo de sua subjetividade” (MARKUS, 1974, p. 8).

No entanto, o homem não é um ser apenas natural, mas também um ser especificamente humano, que produz o seu gênero, um ente genérico. É neste ponto que o homem, o ser humano, se diferencia substancialmente dos animais: pela atividade consciente livre.

Conforme nos diz o mesmo autor, a atividade animal determina o consumo de objetos, direcionada para a satisfação da necessidade imediatamente dada. A conduta do animal é instintiva e sua atividade diretamente inata. Os homens, no entanto, podem produzir seus meios de vida, seus alimentos, determinando indiretamente a sua vida material e produzindo o gênero humano. Este diferencial, a atividade vital do homem, é chamada por nós de trabalho. “O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo no qual o homem media, regula e controla pela sua própria ação seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983, p. 149).

Este controle, ao longo do tempo, passou a ser encarado de forma diversa. O metabolismo humano tornou-se mais independente do metabolismo da natureza, até configurar-se como controle sobre a natureza, levando o homem ocidental, de maneira geral, a acreditar que toda natureza poderia ser submetida ao seu domínio, e, conseqüentemente, todos os “recursos” pudessem ser extraídos. O vínculo intercambial

¹ Homem aqui se refere ao gênero humano, sem fazer qualquer tipo de diferença entre homens e mulheres.

entre o homem e seu meio natural, este “pertencimento” humano à natureza foi, através dos tem

pos e das decisões humanas, se deteriorando. A espécie humana distancia-se da natureza e ao sentir-se deslocada, constrói cidades de edifícios, asfalto e poluição. A natureza é encarada, portanto, como um lugar fora dali, separado do ambiente humano, um local com plantas e animais, quando não apenas como um recurso a ser consumido e quantificado.

O resultado desta história social de relacionamento da sociedade ocidental com a natureza deflagrou uma crise, gerada a partir de atuações ecológica e socialmente insustentáveis que vem preocupando nossa sociedade há algum tempo. Teme-se a iminência de uma catástrofe ecológica. Para reforçar o alarme generalizado, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC), que congrega um corpo de 2.500 cientistas, apresentou em 2007, dois relatórios (de uma série de seis) alertando contra ameaças a toda forma de vida no planeta Terra, inclusive à sobrevivência da humanidade, a menos que o mundo se adapte às mudanças climáticas e aja para interrompê-las (IPCC, 2007).

No relatório, muitas informações estão disponíveis, principalmente em termos quantitativos. Alguns exemplos das ameaças vão do aumento drástico da fome no mundo à extinção de até 30% das espécies do planeta. Áreas secas terão chuvas ainda mais escassas, aumentando o risco de fome e doenças no mundo, que também enfrentará problemas crescentes de enchentes, tempestades e erosão. Os dados prevêem que até 2020, 250 milhões de pessoas poderão ser expostas à falta de água.

As informações resultam de um trabalho interdisciplinar de especialistas de diferentes áreas trabalhando em esforço e olhar comum, o que proporciona o desenvolvimento de informações dentro de cada especialidade, mas de maneira coletiva. No entanto, o Relatório não é incontestável, assim como a ciência de forma geral. Participei de uma discussão durante a reunião do grupo de pesquisa em Educação Ambiental (GPEA), na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho- UNESP- Bauru, em que se criticou a divulgação dos dados, ou seja, a maneira como foram apresentados à população. A mídia divulga as informações de maneira alarmista e apocalíptica, abordando o assunto como uma catástrofe à vista, sem problematizá-lo de forma mais conseqüente.

O planeta Terra não é um sistema isolado e existem diversos fatores de interferência, muitas vezes não considerados amplamente. Os dados são científicos, mas

a ciência não é inquestionável, existem muitas incertezas nas especificações. No entanto, é **impossível negar os efeitos da intervenção antrópica no ambiente** (GPEA, 2007). O homem interfere nos ciclos naturais mais essenciais a qualquer manifestação da vida, interfere no equilíbrio dinâmico próprio dos sistemas naturais. Assim, apesar de serem realizados constantemente novos estudos que visem minimizar os impactos antrópicos, considerando a complexidade da realidade em que vivemos, não conseguimos prever com exatidão, nem com os mais modernos estudos físicos, moleculares, estatísticos, entre outros, quais as conseqüências de nossas ações sobre a intrincada rede de conexões existente no nosso Planeta.

Estes questionamentos nos levam a uma reflexão mais profunda sobre a nossa existência, como espécie na Terra. Remeto-me à Teoria da Evolução de Charles Darwin, a qual apesar de contestada pelos “criacionistas”, foi elaborada a partir de evidências e experimentos, testada, comprovada (FUTUYMA, 2002) e vem sendo refinada até hoje, com o auxílio da ciência molecular.

A Terra data de 4,5 bilhões de anos, aproximadamente. Desde seu surgimento, diversas eras geológicas se sucederam, muitas espécies surgiram, evoluíram e povoaram a superfície terrestre, os céus e os mares, conforme se adaptavam. As espécies se perpetuam quando suas características são favoráveis, quando sua sobrevivência e reprodução são bem sucedidas.

Neste processo evolutivo, muitas espécies se extinguíram. Os primeiros homínídeos, parentes próximos do homem, só surgem na Era Cenozóica, a aproximadamente 2,5 milhões de anos atrás. Olhando por este ângulo, percebemos que o “domínio” do *Homo sapiens* (homens atuais) sobre a natureza é recente e que não somos o auge da evolução, “uma espécie capaz de exercer seu domínio planetário sem restrições de ordem biológica” (LOUREIRO, 2004, p. 36).

O ambiente está em contínuo e dinâmico processo de transformação, resultante de fenômenos naturais e ações antrópicas (MEYER, 1991) e o ser humano, *Homo sapiens*, é uma espécie dentre mais de dois milhões (catalogadas até os dias de hoje), e precisa conviver com a idéia de que o nosso “universo” é regido por “leis” de existência e esgotamento. Ou seja, o tempo de existência do homem é insignificante se comparado ao da história natural do Planeta e considerando a Teoria da Evolução de Darwin, do mesmo modo como surgimos, podemos desaparecer.

Além disso, como seres históricos, racionais, sociais, emocionais, lúdicos e capazes de produzir e reproduzir conhecimentos através das gerações somos a única

espécie, até os dias atuais, a ter consciência e, portanto, consciência da finitude dos recursos naturais. Sendo assim, respeitar as diferentes formas de vida existentes passa a ser não apenas uma condição natural de existência, mas uma questão ética.

“(...) Afinal, se a moral e a ética originam-se de leis naturais², onde o direito à vida é um princípio fundamental, pode-se presumir que esse seja um direito de todos os seres vivos, ainda que não humanos. Um direito tão legítimo quanto o nosso. Dessa forma, existindo consequências negativas das ações humanas sobre a natureza, consequências que decorrem tanto de processos para suprir nossas necessidades humanas como de nosso próprio processo de desenvolvimento, moralmente não é difícil entender também como de nossa responsabilidade as ações necessárias para proteger a natureza ainda não afetada por nossas próprias ações, para que isso nem mesmo aconteça, como também as ações necessárias para se reparar a natureza já afetada (...)” (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO, p.15, 2006).

Se pensarmos, nesta perspectiva, ficamos perplexos diante dos resultados obtidos nas Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente, que mostram que o modelo de desenvolvimento adotado por nossa sociedade tem atingido metas muito aquém da sustentabilidade necessária para o nosso bem-estar e sobrevivência no Planeta, decorrente das escolhas históricas, políticas, sociais e ambientais que fizemos como humanidade que colocam em risco, hoje, nossa própria espécie. Portanto, faz-se necessário enfrentarmos esta crise, também de maneira histórica, social e política.

Neste sentido, a temática ambiental aqui será discutida em sua perspectiva histórico-social, ou seja, é preciso identificar, para análise, as diferentes formas, historicamente construídas, como os sujeitos sociais pensam e agem sobre o ambiente em que vivem. A história da filosofia nos oferece a possibilidade de compreender a “evolução” destas concepções, se buscarmos nela as diferentes formas que a humanidade desenvolveu para compreensão do mundo e da sociedade.

Além disso, até o modo de perceber determinado problema ambiental, ou mesmo aceitar a sua existência não é meramente uma questão cognitiva, e sim, algo mediado por interesses, visões da sociedade que se almeja e que ocorre em um dado contexto político, social e temporal (IBAMA, 2002). Assim, destaca-se a idéia de que a crise sócio-ambiental não pode ser reduzida às interpretações unidimensionais, e que é o sintoma mais aparente da crise civilizatória, mais abrangente, que demanda uma revisão multidimensional das concepções éticas e políticas, das práticas e das instituições que condicionam essa crise (LIMA, 2004).

² Entende-se "leis naturais" como os direitos adquiridos ao nascer humano, ou seja, são direitos inerentes à condição natural de existência de ser humano.

3.2 O modelo mecanicista: bases da problemática ambiental

As raízes deste pensamento, do conjunto de valores que determina a maneira como o ser humano lida com o ambiente, foram construídas através de um longo processo histórico³. Para legitimar estes valores, outro conjunto de idéias teve de ser negado, reprimido e sufocado, afirmando o que seriam as idéias preponderantes até os dias atuais.

O início desta lógica, na qual o homem domina todas as coisas, os seres (e até mesmo o próprio homem), remonta a épocas antes de Cristo. Contudo, foi principalmente em Descartes (1596-1650), filósofo que liderou a mudança do pensamento antigo baseado em Aristóteles (384 - 322 a.C) para o racionalismo moderno, que o antropocentrismo se firma (GRÜN, 1996). Em Aristóteles, a realidade é pensada em sua complexidade, pois fatos e fenômenos são interpretados em suas relações, já que são consideradas as características: a substância, a quantidade, a qualidade, a relação e o espaço. Ou seja, a realidade não é apenas aquilo que se vê e se pode quantificar. As mudanças na linha de pensamento da sociedade urbana ocidental podem ser sentidas em diversos aspectos.

Durante a Idade Média, o tempo pertence a Deus. A partir do surgimento das relações de mercado, o **tempo** passa a pertencer ao homem, que vende o tempo a prazo e cobra juros. O tempo da natureza, dos ciclos biológicos passa a ser o tempo da razão humana: “a natureza é mercantilizada” (GRÜN, 1996, p. 25). O mesmo autor afirma que é a partir de então que se inicia o processo de quantificação do mundo moderno.

Outra mudança notável ocorre a partir do Renascimento, quando o homem passa a se divinizar e se eternizar, pelos dos auto-retratos, assinaturas nas telas e da utilização de materiais mais duráveis, como a pintura a óleo. Nesta época a noção de **espaço** também se modifica e o artista passa a almejar as medidas exatas, rigorosamente detalhadas e matematicamente calculadas. Além disso, os artistas buscam a noção de profundidade, para a projeção da realidade tridimensional na tela. Desta forma, é a partir do olhar do artista que o mundo é reproduzido, um ponto de vista “privilegiado” e único, uma maneira muito rígida, bem calculada, especializada, rompendo com a noção de Aristóteles, até então considerada, de que o espaço era configurado por regiões qualitativamente diferentes:

³ Vale notar que o processo histórico abordado não é universal, mas guarda características comuns às sociedades ocidentais.

A idéia aristotélica de natureza como algo animado e vivo, na qual as espécies procuram realizar seus fins naturais, é substituída pela idéia de uma natureza sem vida e mecânica. A natureza de cores, tamanhos, sons, cheiros e toques é substituída por um mundo “sem qualidades”. Um mundo que evita a associação com a sensibilidade. (GRÜN, 1996, p. 27)

O paradigma mecanicista se estabelece abdicando a percepção da natureza viva. Estas modificações nas noções de espaço e tempo, antecipadas pelo movimento renascentista, modificam toda a lógica de pensamento de uma sociedade, atingindo a ciência e a filosofia, através de uma revolução científica. O relacionamento do homem para com o ambiente no qual está inserido se altera drasticamente. Por meio da influência de alguns pensadores, presentes no estudo realizado por Grün (1996), notam-se as peculiaridades do processo (o processo histórico não se limita a estes nomes e fatos, no entanto, a partir deles, podemos traçar uma linha histórica dos acontecimentos que alteraram a relação da sociedade na natureza).

A natureza, à maneira de Galileu (1564-1626), deveria ser descrita matematicamente. Para ele as únicas **qualidades reais** dos corpos e seres eram a **forma**, **a quantidade e o movimento**, características mensuráveis. Sob os olhos deste pensador a natureza é reduzida a um objeto, quantificável e manipulável pelos homens (os detentores do poder). Neste processo, ocorre um esquecimento, uma desvalorização dos aspectos não apreciados pelo mecanicismo, traduzido na fala de Oelschlaeger (1993):

“Através do telescópio Galileu confirmou a hipótese copernicana. O que ele perdeu foi o campo de movimento da astronomia vista a olho nu, a relação da via láctea com o céu estrelado, e o movimento das jornadas de estrelas através do plano elíptico. E talvez em sua intensa concentração, ele tenha perdido também os sons, perfumes e cheiros da noite e a consciência de si mesmo como um homem que observa um esplêndido e misterioso espetáculo estelar. Galileu já não estava dentro da natureza, mas do lado de fora dela. Ele havia se tornado um “observador científico”. A natureza era agora um simples objeto de indagação científica” (p. 78, *apud* GRÜN, 1996, p. 30).

Bacon (1561-1626) também foi um dos grandes nomes do mecanicismo moderno. Alimentado pelo otimismo renascentista, ele confiava plenamente que o homem estava em contínuo progresso e, através da ciência, atingiríamos a **plenitude do ser**. Ele vislumbra uma nova cultura e empreendia toda a sua obra e seu trabalho neste sentido, com uma linguagem acessível e atraente ao povo.

Impondo limites entre cultura e natureza, Bacon traça uma divisória que marca a história e afasta os homens da natureza, que deixa de ser “seu lar”: as cidades passam a se desenvolver e um cenário de concreto, afastado de vegetações e de qualquer lembrança do passado, se torna familiar ao homem.

O ser humano passa a viver “fora” da natureza. Esta natureza, o tal “meio ambiente” agora é representado pela vegetação, animais, rios, cachoeiras, etc. que ficam bem distantes do *habitat* humano. Nesta crise de percepção, em que o homem deixa de interagir com as outras espécies, ele não se torna apenas observador, mas dono de tudo aquilo que já foi “o seu todo”.

Este “novo” homem se sente cada vez mais “superior” e é a ciência que lhe confere tanto poder. “Deus, o ponto primeiro e último de toda a referência, havia descido do pedestal. Agora era o homem que assumia a tarefa de conduzir seu próprio destino, (...)” (GRÜN, 1996, p. 33). Vivendo a contradição entre a religião e a ciência, a humanidade sentia-se perdida, era um momento de incertezas e procurava-se algo em que acreditar.

Descartes (1596-1650), talvez o maior nome do mecanicismo moderno, também denominado de cartesianismo em homenagem ao pensador, encontra a “solução” para a desordem de sua época, instaurando a **razão humana como única e superior, diferindo-a da natureza, que passa a ter divisibilidade interminável**. Ou seja, enquanto a razão humana encontra sua unidade, a natureza se fragmenta. Além disso, Descartes não negou a superioridade de Deus, de forma a não contrariar os dogmas religiosos, já que afirmava que todas as suas idéias e teorias foram por Deus enviadas, recebidas em sonhos. Descartes reconhecia-se e era reconhecido como um “enviado” de Deus para tratar da explicação do mundo: eram os desejos de Deus sendo cumpridos na terra dos homens!

Para Descartes, como senhores da natureza, o ser humano passa a ser possuidor desta. Deslocado da natureza, objetificada, o homem pode dominá-la: “é na base desta cisão radical entre sujeito e objeto que se pautará praticamente todo o conhecimento científico subsequente” (GRÜN, 1996, p.35).

Newton (1642- 1727), com seu enorme prestígio vem para consagrar o **modelo mecanicista - reducionista**. Para a sociedade da época, Newton era capaz de entender a linguagem da natureza, como nos fala Grün (1996). Este modelo passa a ser a **única forma de conceber a realidade**, o qual ainda é reforçado pela filosofia de Kant (1724-1804), que intitulava de “não científico” qualquer objeto que não o newtoniano. Em Kant, a linha divisória entre objeto e sujeito do conhecimento se amplia, uma vez que para ele o universo era regido por uma ordem matemática, clara, universal e imutável; e a razão humana autônoma (KANT, 2006).

A razão autônoma⁴ e instrumental torna-se um paradigma na ciência e na sociedade, resultando hoje numa crise da cultura ocidental. O sujeito independente da natureza, que se concebe muito distante dela talvez nunca tenha percebido a existência de uma profunda interação entre ele e o meio que o circunda, o ambiente. Esse distanciamento é, para nós, um grande equívoco deste paradigma.

Segundo Odum (1988), com o avanço da tecnologia, os homens passaram a acreditar que dependemos menos do ambiente natural para o suprimento de nossas necessidades cotidianas, nesta concepção a natureza só existe para servir ao homem.

Fazendo uma analogia do planeta e sua rede de conexões, com o corpo humano e seus sistemas: sabe-se que quando algum dano ou injúria acontece a algum dos órgãos do corpo humano, ou um tecido que compõe este órgão, ou a algumas células deste tecido, ou ainda, uma pequena proteína que se movimenta entre duas células diferentes, todo o corpo sofre, devido ao desequilíbrio causado pelo mau funcionamento de uma das partes, podendo muitas vezes provocar a morte do ser. O grande sistema natural e as interações que ocorrem no planeta podem ser comparados ao funcionamento de um ser vivo, já que a saúde de todo o planeta depende do equilíbrio entre suas partes e conexões. Isto nos mostra que a humanidade não depende na natureza apenas para a extração de recursos naturais, mas também para processos vitais de manutenção da vida.

A autonomia da razão além de afastar o ser humano do seu meio ambiente, vinha trazer à própria sociedade humana o individualismo, o egoísmo e a competição exacerbada. No entanto, sob a concepção lógica, instrumental e mecanicista legada do modelo cartesiano, a natureza não é considerada viva, assim, o homem é capaz de destruir o planeta ou inviabilizar a sua própria vida nele, apesar de deter tanto conhecimento técnico-científico sobre os ciclos naturais, as espécies terrestres e aquáticas, a evolução...

O antropocentrismo, parte integrante do modelo mecanicista e fragmentário, não atingiu apenas a filosofia e a ciência. Na era moderna, a própria lógica de pensamento, interpretação da realidade e relacionamento com a natureza passaram a se basear em seus fundamentos.

⁴ O conceito de autonomia aqui se refere à independência e desprendimento entre a razão e o espírito, o subjetivo e o emocional. Tal conceito diverge daquele almejado pela Educação Ambiental crítica, em que autonomia se refere à emancipação, dignidade e liberdade como direito do ser humano, principalmente da parcela oprimida da população, de superar as condições que o oprimem.

Segundo Tozoni-Reis (2004, p. 37), essa lógica de ruptura entre espírito e matéria, tão presente no desenvolvimento da ciência, “permite a intervenção na natureza com objetivos práticos e econômicos, emancipando o homem de sua dependência primitiva, pré-científica”. Para o estabelecimento da razão única, recortada e independente da natureza, muito teve de ser “esquecido”: pontos de vista foram desconsiderados e silenciados. O moderno é confundido com a verdade, consolidando a noção antropocêntrica do mundo. O passado lembra o atraso, gerando medo da vida “selvagem”. Desta forma, todo o trajeto da cultura para chegar ao ponto em que esta se encontrava é afastado, a tradição e o clássico esquecidos, traduzindo a modernidade à única forma de conceber o mundo, uma fase a-histórica.

Segundo Adorno (2006, p. 33) ao falar da humanidade sem memória

“Não se trata meramente de um produto em decadência, da forma de reagir de uma humanidade sobrecarregada de estímulos e que não consegue mais dar conta dos mesmos, como se costuma dizer, mas refere-se a algo vinculado necessariamente à progressividade dos princípios burgueses. A sociedade burguesa encontra-se subordinada de um modo universal à lei da troca, do “igual por igual” de cálculos que, por darem certo, não deixam resto algum. Conforme sua própria essência, a troca é atemporal, tal como a própria razão, assim como, de acordo com sua forma pura, as operações da matemática excluem o momento temporal. (...) Economistas e sociólogos como Werner Sombart e Max Weber atribuíram o princípio do tradicionalismo às formas sociais feudais, e o princípio do racionalismo às formas burguesas. O que é o mesmo que dizer que a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fosse uma espécie de resto irracional (...)”

Segundo o mesmo autor, “a humanidade alienada da memória, esgota-se sem fôlego na adaptação à realidade existente”, mergulhando na era do abandono e substituição.

3.3 Influência do modelo mecanicista na sociedade capitalista

Segundo Carvalho (1997), as relações presentes nas sociedades humanas e dessas com meio em que vivem geram grandes alterações, tanto nas sociedades como no ambiente, ao longo do tempo. A crise ambiental é, também, crise desse conjunto de relações sociais. Os problemas ambientais denunciam desigualdades profundas no acesso das populações aos recursos e às boas condições ambientais.

Através de um breve olhar na história, pudemos perceber como chegamos aos dias atuais: o homem completamente descolado do ambiente. No capitalismo, esta relação já corrompida se agrava ainda mais, e o ambiente passa a ser não somente algo externo e alheio ao homem, mas também uma mercadoria, com um alto valor de troca.

Em 2007 assisti um debate na Rede Cultura de Televisão, onde se encontravam os grandes nomes do Ecologismo nacional, alguns deles representantes do Brasil nas Conferências sobre o Meio Ambiente. A maior parte era de acadêmicos da área de exatas e biológicas, além de representantes de ONGs e políticos. O debate girava em torno da importância da Floresta Amazônica para o Brasil e para o restante do globo. Os argumentos de uma Engenheira, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, única representante brasileira, dentre os integrantes da mesa, na Conferência sobre o Meio Ambiente, ocorrido recentemente na ilha da Indonésia, Bali, foram marcantes: imprimindo grande entonação na voz, diz que a Amazônia precisa ficar de pé, pois ela nos pode ser muito rentável e nos dar muito lucro! A concordância (ou ao menos abstenção) dos demais presentes e os temas abordados no transcorrer do debate deixaram claro que, sob a visão daqueles “ambientalistas”, a natureza era vista como uma mercadoria, e o ser humano estava situado fora dela, detentor do poder e possuidor de todo o planeta e das verdades absolutas.

Outro exemplo esclarecedor sobre a visão utilitarista que grande parte das pessoas tem sobre a natureza obtive na Revista Veja (2008), em uma entrevista com a Ministra da Dinamarca, Connie Hedegaard. A reportagem destacava a atuação desta na luta contra o aquecimento global e na preservação da natureza. Nota-se que apesar do título de “Guerreira do Clima”, em seu discurso, a Ministra objetiva pura e simplesmente a redução das emissões de carbono, sem questionar os padrões e contradições estabelecidas dentro deste sistema exploratório. Através de ferramentas tecnológicas, poderemos diminuir a emissão de gases do efeito estufa, manter o estilo de vida atual, garantindo o poder da economia, da lógica do lucro:

“Temos de agir agora. Se não o fizermos o aquecimento global vai se acelerar de tal maneira que se tornará muito caro revertê-lo. Caso isso ocorra, a humanidade não será capaz de manter o padrão de vida atual. (...) Se eles se engajarem em um acordo internacional [representantes dos países mais desenvolvidos] para a redução das emissões, pouco importa se o que os levou a isso foi a preocupação econômica ou a ambiental (VEJA, 2008, p. 17-20)

Esta visão restrita em que a natureza tem apenas valor de mercado (utilitário) não é isenta de interesses. Não é a toa que uma entrevista com este discurso e com o título “Guerreira do Clima” é divulgada em uma revista como a Veja, de grande circulação nacional.

Embora em nossa fase histórica as pessoas tenham enorme dificuldade de valorizar a natureza independentemente de quanto lucro ela pode render (já que a

realidade é configurada pela sociedade capitalista onde o valor utilitário e mercadológico está acima de todo o restante), a natureza, sim, possui um valor intrínseco. A palavra Ecologia, conforme coloca Odum (1988), provém da palavra grega *oikos*, casa, ou seja, Ecologia significa estudo do ambiente da casa, no qual devem ser considerados todos os seres que a habitam, as relações entre eles e o seu *habitat*. A palavra Economia também provém da mesma raiz grega, e significa manejo da casa. Ambas se referem a um ambiente familiar, ao lar, local onde estamos seguros e protegidos. Devido ao próprio significado, era de se esperar que fossem disciplinas companheiras. Infelizmente, a sociedade capitalista enxerga ecólogos e economistas como adversários, estudiosos que nada podem contribuir uns com os outros.

Considerando a falta de integração entre as áreas e a ausência de uma lente integrada, pela qual estudiosos poderiam compartilhar novas descobertas, relacionar resultados e interpretar a realidade, Loureiro (2004) nos fala sobre a importância entre o intercâmbio conceitual, proporcionado pelo diálogo entre as áreas. Na abordagem ambiental, estudiosos das áreas de biológicas, exatas e humanas deveriam interagir. Este intercâmbio na ciência é essencial para o entendimento das especificidades da dinâmica ambiental tão complexa: relações nos ecossistemas, fluxo energético, capacidade suporte do ambiente, assim como das especificidades do homem como ser cultural na natureza e em sociedade.

A separação em disciplinas bem delimitadas, as especialidades que não se vinculam em busca de um objetivo comum, e a fragmentação não só do saber, mas de toda a realidade nos condena à alienação. A alienação traduzida na fragmentação da realidade, no ato de despojar o homem do trabalho, é produto da dicotomização da relação dos seres humanos com a natureza na sociedade capitalista, que funciona sob a lógica de produção/ consumo: neste momento histórico em que a “valorização do mundo das coisas” ocorre paralelamente a “desvalorização do mundo dos homens” (MARX, *apud* LOUREIRO, 2007, p. 95). E para integrar-se à lógica de produção e consumo deste sistema, o indivíduo é condicionado a alienar-se da natureza, e do próprio homem:

Na alienação “altera-se a consciência que o homem tem da própria espécie”: nesse sentido o senso comum ecológico é verdadeiro ao definir o homem como animal. Quando a vida é alienada, o homem torna-se estranho a si próprio (LOUREIRO, 2007, p. 95).

A atividade vital humana, o trabalho, diferencia-nos dos demais animais, mas, no capitalismo tardio, sob a lógica do lucro, o trabalhador é reduzido a uma mercadoria “tanto mais barata, quanto maior o número de bens que produz”. É desta maneira que no sistema produtor de mercadorias, o trabalho alienado “transforma em desvantagem a vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico” (MARX, *apud* LOUREIRO, 2007, p. 95-96).

Nota-se, assim, um equívoco na maneira como a espécie humana vem se organizando. Para que o ciclo vital do planeta esteja equilibrado, as relações e conexões entre seus habitantes não podem desaparecer, o corpo orgânico e o corpo inorgânico do homem devem estar em permanente intercâmbio. Por meio de decisões históricas, os seres humanos não só deixaram de se relacionar com as outras espécies, isolando-se em grandes conglomerados de pessoas (e assim um elo da grande cadeia foi perdido), como modificaram inúmeras relações naturais entre os demais organismos.

Neste sentido, segundo Loureiro (2004), discursos são proferidos em nome da salvação da vida e do planeta, no entanto, reproduzem-se as mais perversas e díspares relações sociais, deflagrando não só a exploração da “*natureza exterior* quanto do ser humano (portanto, da natureza como totalidade)” (p. 39, grifo do autor). Neste mesmo sentido, temos no mundo atual uma certa “naturalização” da exploração:

A exploração crescente da energia da força de trabalho e o desenvolvimento tecnológico caracterizado por sua tendência exponencial para o consumo de recursos naturais, para a degradação dos ecossistemas e para entropia crescente da organização social e dos processos produtivos, aparecem como uma lei sociológica universal, encobrindo o efeito das tendências para a maximização da taxa de lucro do capital, fundado num modo de produção que nada tem de natural ou de universal (LEFF, 2002, p. 52).

A lógica capitalista tem o armazenamento de patrimônios e riquezas⁵ como eixo organizativo e, balizado pela fragmentação e pela razão instrumental, pressupostos do modelo mecanicista, gera o individualismo. Assim, o homem passou a dar grande valor aos benefícios trazidos para ele, individualmente, e pouco valor para os benefícios realizados coletivamente.

Os seres humanos, na divisão hierarquizada e díspar do capitalismo, vislumbram apenas o sucesso individual, conseguido através da exploração injusta dos demais

⁵ Vale lembrar que riqueza aqui é referida como bens materiais, diferentemente de riqueza nos termos marxistas. Conforme Duarte (2007), nestes termos riqueza humana denotaria o **livre acesso** as produções intelectuais e materiais do gênero humano.

membros da mesma espécie e das demais. Desta forma, as relações de nossa sociedade estão estruturadas na dominação: a dominação do homem pelo homem, a dominação dos animais pelo homem, a dominação de toda a natureza pelo homem.

Baseado na exploração do trabalho (dos trabalhadores), o sistema político e cultural que vivemos na modernidade é um sistema autoritário, que impõe formas alienadas de organização da vida. O capitalismo colocou no centro da vida social necessidades econômicas que só ele pode satisfazer e, ao possibilitar a satisfação dessas necessidades a uma parcela da população, cria, com a ajuda de seus instrumentos ideológicos a promessa de satisfação para todos (TOZONI-REIS, 2004, p. 46)

As profundas diferenças, entre os que podem muito e aqueles que nada podem, vêm se acentuando e as consequências se traduzem em mais pobreza, miséria, alienação e desespero. Conforme dados do relatório Estado do Mundo (*apud* Loureiro, 2004) “as três pessoas mais ricas possuem patrimônio igual ao PIB dos 48 países mais pobres. (...) E isso se dá em meio a uma sociedade que vê tal fenômeno como normal ou natural” (p. 41). O mesmo autor cita ainda em seu livro um trecho de André Gorz e Bosquet (1976, p. 134):

Com 13% da população mundial, os países capitalistas industrializados consomem 87% dos recursos energéticos. (...) Eles utilizam, para se alimentar, de 20% das superfícies agrícolas do globo além de suas próprias. Estabelecem no Sahel, em plena fome, uma criação de 150 mil hectares que deve fornecer carne à Europa. (...) Afirmam que a hidrosfera e a atmosfera serão envenenadas pelos resíduos dos 8, 12 ou 16 bilhões de homens no próximo século; mas os 500 milhões da Europa Ocidental e da América do Norte causam hoje ao meio ambiente tantos estragos como fariam (se existissem) dez bilhões de indianos.

A conformação da lógica perversa do capitalismo impossibilita a existência de nações unidas, no sentido da cooperação entre as pessoas. Para o capitalismo, e mais ainda sob a lógica neoliberal, tudo está submetido ao poder do mercado, independentemente das consequências para o planeta.

A ciência e a tecnologia, segundo Leff (2002) também se encontram submetidas à lógica do capital. Em função do aumento da eficiência e do processo produtivo, os conhecimentos científicos “não apenas surgem numa relação de verdade ou de conhecimento do real, mas também com força produtiva do processo econômico” (p. 69), contribuindo com a elevação da produtividade do capital.

Este viés mercadológico e financeiro, onde a natureza é vista apenas como mercadoria, é o mais comum entre os discursos referentes à questão ambiental. Outro exemplo bem esclarecedor, neste caso, numa mesa redonda sobre as novas diretrizes da Conferência de Bali, ocorrido no prédio da FIESP (Fundação das Indústrias do estado

de São Paulo) na cidade de São Paulo, estudiosos julgados referência na área explanavam sobre as modificações e novos rumos traçados durante a Conferência, para o período compreendido entre 2008-2012, pós Tratado de Kyoto. Todos os palestrantes voltavam sua fala para as possíveis ferramentas de mercado que serão criadas para organizar os compromissos e ações voluntárias dos 109 países envolvidos na Conferência. Falou-se essencialmente de Projetos Financeiros e Industriais, Fundos de Investimento, Mercado Futuro, Pacotes Financeiros, Créditos de Carbono, Investimentos Externos, ou quando muito, falavam sobre estudos científicos e cálculos relacionados à emissão de gases tóxicos, reafirmando o interesse e a posição do sistema capitalista em relação ao meio ambiente: mercadoria.

A revista “Meio Ambiente Industrial”, distribuída no mesmo encontro, publica diversas ações ambientais desenvolvidas por empresas brasileiras comprometidas com a questão sócio-ambiental e que procuram desenvolver suas atividades com menores impactos e garantindo boa qualidade de vida a seus empregados. No entanto, o que se vê, em muitos casos, são empresas, organismos certificadores e avaliadores que abarcam a questão ambiental apenas como um negócio ou como estratégia de “marketing”. Tal fato é denunciado por um artigo nesta mesma edição “Por uma auditoria com valor”, de Luiz Carlos Martini Junior (2007), na coluna da ISO 14001, também um sistema de gestão ambiental certificador.

A questão aqui não é de total discordância frente a estas colocações, já que reconheço a importância em abranger a questão ambiental na área industrial, uma vez que nossa sociedade está inserida em um sistema capitalista e de alguma maneira a questão ambiental precisa começar a fazer parte do “dia-a-dia” das pessoas. No entanto, os maiores problemas sócio-ambientais que enfrentamos na atualidade foram gerados a partir desta lógica, onde o mercado determina as regras. A preocupação reside no fato do “meio ambiente” ser lucrativo, e por isso, alvo de modismo mercadológico. Ou seja, os outros aspectos relacionados à sustentabilidade sócio-ambiental (cidadania, democracia, emancipação, coletividade, entre outros) têm sido como se constata, desconsiderados.

Segundo Guimarães (2004)

Essa é uma compreensão de mundo que tem dificuldades em pensar o junto, conjunto, totalidade complexa. Focado na parte, vê o mundo partido, fragmentado, disjunto. Privilegiando uma dessas partes, o ser humano, sobre as demais da natureza, estabelece uma diferença hierarquizada que constrói a lógica da dominação. Pela prevalência da parte na compreensão e na ação sobre o mundo, desponta características da vida moderna que são

individuais e sociais: sectarismo, individualismo, competição exacerbada, desigualdade e espoliação, solidão, violência. A violência sinaliza para a perda da afetividade, do amor, da capacidade de se relacionar do um com o outro (social), do um com o mundo (ambiental), denotando a crise socioambiental que é de um modelo de sociedade e seus paradigmas; uma crise civilizatória (p. 26).

A doutrina liberal que sustenta o capitalismo, não questiona o padrão civilizatório, o consumismo desesperado, a individualidade que gera individualismo. Apenas mascara, com as diversas ferramentas de mercado, inclusive as “ambientais”, a utilização sem critérios de termos ecológicos como a “sustentabilidade do modelo capitalista”. Além disso, a internalização de normas e regras ecológicas e tecnológicas às teorias e às políticas econômicas foi tudo o que a conexão entre o natural e o social conseguiu desempenhar até agora, esquecendo-se de analisar o conflito social e o aspecto político que perpassa o campo ambiental (LEFF, 2002). Como se o plantio de algumas árvores justificasse a manutenção dos mesmos costumes e a mesma exploração da natureza.

Assim, considerando a célebre frase de Einstein (*apud* Lima, 2004): “Nenhum problema pode ser resolvido a partir da mesma consciência que o criou. Precisamos aprender a ver o mundo renovado”, faz-se necessário olhar por outro ângulo, e abordar a problemática sócio-ambiental em seus diversos aspectos, considerando a complexidade da mesma e a transformação imprescindível nas relações entre seres humanos e destes com o seu ambiente.

A natureza, que resiste a submeter-se à lei do valor e aos mecanismos de mercado (e se degrada como externalidade do processo econômico), é recuperada pelo processo de significação do entorno. Desta forma, o ambiente pode inserir-se na lógica do valor de troca ou mobilizar mudanças sociais para transformar as relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas sobre bases de **sustentabilidade ecológica**, equidade social e diversidade cultural (LEFF, 2002, p. 75, grifo nosso)

Portanto, na análise de Leff (2002) a respeito do conceito de racionalidade postulado por Weber, ele explica que, assim como a racionalidade econômica é dominada por uma racionalidade formal e instrumental, a racionalidade ambiental⁶

⁶ A racionalidade ambiental diz respeito a uma multiplicidade de motivações e forças sociais de mudança de uma sociedade, construídas sobre os valores do ambientalismo. “(...) Articulam-se processos discursivos, ideológicos, teóricos, técnicos e institucionais, que orientam e legitimam o comportamento social diante da natureza (...).” (LEFF, 2002, p. 122). O pensamento ambiental elaborou um conjunto de princípios morais e conceituais que sustentam uma teoria alternativa do desenvolvimento. Embora estes não constituam um paradigma acabado, fundado num conhecimento positivo e formal, se conformou uma

deverá fundar-se sobre uma racionalidade teórica e substantiva, que abraça valores da diversidade étnica e cultural, além de priorizar o qualitativo sobre o quantitativo. Além disso, a racionalidade ambiental deve ser construída no contexto e no “contrafluxo” da racionalidade capitalista hegemônica, em todos os aspectos da vida social.

Entretanto, a desconstrução desta racionalidade, no sentido de uma transição para a racionalidade ambiental, torna necessário analisar não só as contradições e oposições entre ambas as racionalidades, mas também, e em sentido estratégico, suas formas de articulação e suas complementaridades possíveis (LEFF, 2002, p. 136).

Na educação também pode ser sentida a influência do modelo cartesiano, mecanicista de pensamento. Como já mencionado anteriormente, para que a razão única se estabelecesse, parte dos valores, fatos e pontos de vistas foram historicamente negados, silenciados, reprimidos. O ambiente, na educação foi um deles: “Tudo se passa como fôssemos educados e educássemos fora de um ambiente” (GRÜN, 1996, p. 21)

No currículo das escolas ocidentais a influência do modelo mecanicista também trouxe modificações. O modelo aristotélico foi abandonado e substituído por um mais “realista”, que valorizava o empirismo, pragmatismo e atividades experimentais. Segundo Grün (1996) o valor da natureza nos currículos escolares sob essas influências era completamente utilitário, ou seja, a natureza não passava de um objeto, garantindo assim a objetividade do conhecimento. Esta maneira de entender e lidar com o conhecimento resultou na organização de “disciplinas positivistas”, que se afirmaram em detrimento de outros conhecimentos, como por exemplo, aqueles relacionados à complexidade e interações na natureza.

Segundo este mesmo autor (p.44) “a autonomia do sujeito pensante, livre dos valores da cultura e da tradição, e sua independência do meio ambiente constituem a

percepção holística e integradora do mundo que reincorpora os valores da natureza e da democracia participativa em novos esquemas de organização social. Esta teoria está legitimando um conjunto de valores e direitos que normatizam o comportamento social, mobilizando processos, matérias e ações sociais para gerar padrões alternativos de produção, bem como estilos de consumo e de vida.

própria base da educação e não uma possível deficiência”, isto é, esse afastamento do sujeito educando da natureza não foi um mero esquecimento, mas fundamento do então novo projeto educativo: educar era garantir um sujeito pensante objetivo, superior e afastado do mundo natural e social que não fosse a ciência pura, empírica e objetiva. Até mesmo a história-tradição precisava ser negada, substituída pela história factual, positiva.

A mesma denúncia é feita por Adorno (1975):

A filosofia moderna, e até hoje dominante, queria eliminar do pensamento seus fatores tradicionais, desistoricizá-lo enquanto conteúdo e reduzir a história a uma especialidade entre as ciências positivas. Desde que se buscou o fundamento de todo o conhecer na suposta imediatez dos dados subjetivos, pretendeu-se expulsar do pensamento sua dimensão histórica, obedecendo a esta espécie de ídolo que é o puro presente (*apud* GRÜN, 1996, p. 50).

Na escola, o que se nota são os conteúdos bem recortados, fora de um contexto histórico, dissociados da vida social: o saber informal, a origem social e cultural dos educandos são comumente desconsideradas. Essa concepção da ciência, de homem e de mundo apresenta-se estática, homogênea, como se fosse uma verdade inabalável (MEYER, 1991).

As influências do modelo fragmentário repercutem até os dias atuais, nos recortes e frações desempenhados nas escolas e também em ambientes informais de educação, nas ações individualistas de educadores, que segundo Loureiro (2004), dizem dormir “com a consciência tranqüila”. Conforme seus dizeres, o trabalho individual e seu papel na ação educativa são extremamente importantes, no entanto, ele ressalta que a transformação do “eu” é mediatizada pela sociedade, constituída por nós e que nos constitui.

Na educação, de forma geral, pouco destaque tem sido dado à criatividade, a contextualização e a integração dos conhecimentos para o desenvolvimento do intelecto e pensamento complexo; reflexão e argumentação para tomada de decisões, e atuação para solução das complexas questões da sociedade. A mudança individual não é suficiente, justamente porque a estrutura da sociedade não é algo definitivo e determinado por forças maiores, mas composto por forças sociais organizadas e articuladas.

Frente aos graves problemas que a intervenção humana vem causando e considerando a complexidade destes, atualmente, muito se têm discutido sobre a necessidade de agirmos para minimizar os estragos provocados pela degradação

ambiental. As políticas públicas focam ações e compromissos vinculados ao mercado globalizado, contudo, deve-se buscar a superação do contexto onde a crise foi gerada, pela transformação. Segundo Grün (1996), a educação deveria dar respostas a este cenário de perplexidade, educando os cidadãos para o ambiente. No meio acadêmico e político, com todas as suas contradições, consolida-se a necessidade de desenvolvimento da educação ambiental.

Podemos dizer que, de forma geral, a educação ambiental busca um novo relacionamento entre seres humanos e natureza. Segundo Loureiro (2004), esse novo relacionamento deve ser inspirado no fortalecimento do sujeito, no exercício da cidadania para a compreensão da totalidade do mundo em sua complexidade, na busca de uma sociedade sócio-ambientalmente sustentável, abordagem esta realizada pela educação ambiental transformadora e emancipatória.

Vale ressaltar que nem toda Educação é necessariamente crítica e transformadora. Como atividade social, a educação e, por conseguinte, a educação ambiental são políticas, devido a sua intencionalidade e impossibilidade de neutralidade, “o que não quer dizer necessariamente críticas e transformadoras, podendo ser também, porque políticas, não-críticas e reprodutoras” (TOZONI-REIS, 2007c p. 1). Compartilho com a visão de Lima (2004) ao falar sobre o aspecto político inerente a educação ambiental crítica, pois como ele diz, a educação ambiental é “produto de uma certa visão de mundo e de um modelo de organização social que implicam em escolhas econômicas, políticas, pedagógicas, éticas e culturais entre uma diversa variedade de alternativas possíveis” (p. 90).

3.4 Educação Ambiental Crítica e Emancipatória

A educação ambiental crítica e emancipatória segue uma linha teórica própria, com concepções de homem, natureza, mundo, educação e sociedade específicos, diferindo-se de diversas outras linhas do que genericamente se chama educação ambiental. Esta linha teórica também pode ser identificada através dos diferentes termos: Educação Ambiental crítica, emancipatória, transformadora, popular, entre outras.

Em Educação Ambiental, o próprio predicado ambiental, atribuído à educação, denota um problema: uma **redundância**, pois, se existe uma educação ambiental, supostamente deveria existir uma educação que não o é! Tal fato traduz-se em um

paradoxo conceitual, já que todo ser humano, desde o momento que é gerado até o momento de sua morte, vive em um ambiente. Podemos dizer assim, que ao falar sobre “educação” já estaríamos automaticamente, falando sobre uma educação que leve em consideração o ambiente onde educamos e somos educados. No entanto, em toda a educação existe uma ausência do ambiente (GRÜN, 1996), já que este foi historicamente negado, pela tradição do modelo mecanicista.

Sendo assim, justifica-se a predicação “ambiental” à educação, já que se faz necessário ressaltar que a educação que almejamos não traz a comum oposição entre natureza e cultura, mas enxerga a natureza-sociedade como uma unidade dialética, composta por diversas mediações, em que “uma não se esgota na outra e nem expressa diretamente a outra”. Além disso, esta atribuição (educação ambiental) pretende denunciar “as **dicotomias** da modernidade capitalista e da ciência cartesiana e positivista (esfera econômica/esfera social; sociedade/natureza; mente/corpo; matéria/espírito, etc.).

Como nos fala Loureiro (2004, p. 48) baseado no pensamento de Hanna Arendt (1983)

(...) o modo de organização da sociedade vigente se baseia na aceleração e produção de riquezas materiais alienadas para permitir a acumulação do capital; na apropriação privada e desigual do patrimônio natural; na transformação dos bens de **uso** em bens de **consumo**, definidos por seu valor de troca e na banalização da existência e mercantilização de tudo. É a sociedade de consumidores, do desperdício, na qual as coisas são devoradas e abandonadas num ritmo alucinante, fazendo com que dificilmente durem o suficiente para conter o processo vital utilizado.

Os problemas do mundo moderno tornam-se cada vez mais complexos. O enfrentamento dos mesmos exige análise abrangente pelo pensamento integrativo que consiga articular todas as dimensões dos processos sociais, históricos, políticos, econômicos, culturais e ambientais. E isso ocorre num cenário em que, como denuncia Leff (2002), o pensamento moderno, através da ciência e filosofia, ainda se encontra marcado pela síntese e pela busca da unidade conceitual.

Em decorrência destes desafios impostos, faz-se necessário a transformação na maneira como os seres humanos se relacionam com a natureza e com outros seres humanos (portanto, com a natureza como um todo), baseada na cooperação e integração das pessoas em esforço e foco comum, através do pleno emprego da inteligência para modificação do cenário moderno, em busca de uma sociedade mais justa vivendo em

um ambiente mais equilibrado, uma reforma não programática, mas paradigmática, concernente à aptidão para organizar o pensamento.

Esta revolução deve ser baseada numa abordagem mais complexa, capaz de integrar os diversos aspectos da problemática ambiental contemporânea, de maneira a considerar o conjunto das inter-relações e **múltiplas determinações dinâmicas** entre os diversos aspectos: naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos, considerando um saber aberto à indeterminação, à interdependência dos processos, ao risco e à mudança. Isso implica na idéia de que no mundo existe interação entre diferentes níveis da realidade (objetiva, física, abstrata, cultural, afetiva...), diferentes olhares são vislumbrados, decorrentes das diferentes culturas e trajetórias da sociedade (PRONEA, 2005).

Sendo assim, a Educação Ambiental crítica aparece para desempenhar papel de transformadora do modelo de desenvolvimento da sociedade atual, cultivando novos valores, suprimindo a carência ética, promovendo a percepção do ser humano como mais integrado ao ambiente, com o objetivo de fazer com que a sociedade busque a transformação de sua própria realidade e a superação da crise sócio-ambiental construída historicamente.

Essa busca da contextualização histórica possibilita que o indivíduo se compreenda dentro da relação com o ambiente, comprometendo-se a uma ética de respeito às gerações passadas e às futuras (GRÜN, 1996), no sentido de construir sociedades sócio-ambientalmente sustentáveis. Vale ressaltar que existe uma enorme diversidade de compreensão do termo “sustentável”. A sustentabilidade que fazemos referência **não** é aquela desenvolvida sob as bases da economia de mercado, em que a economia controla a sociedade e todas as relações sociais, como se fosse uma força neutra, localizada acima das decisões humanas, que exercendo o “poder impessoal do reino da mercadoria” (BENSAÏD, *apud* LOUREIRO, 2007). Como bem especifica Loureiro (2004), esta “sustentabilidade de mercado” considera prioritariamente o capital, em detrimento da vida, o que resulta na idéia de uma natureza externa, que oferece recursos para a satisfação da dinâmica de mercado.

A Educação Ambiental se apropria do pensamento ambiental, embasado em padrões morais e conceituais que originam uma teoria alternativa de desenvolvimento. Estes padrões se baseiam em uma nova percepção do mundo, mais integrador, reincorporando os valores da natureza, democracia participativa, e novos estilos de consumo e de vida.

Ao propormos uma Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória, consideramos a explanação de Quintas (2004):

Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. Transformadora, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também emancipatória, por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos (p. 132).

A formação sob esta abordagem ocorre em decorrência das relações entre indivíduo e sociedade, já que só se pode entender um pelo outro, em relação. Formamos-nos em relação com o mundo, com o ambiente e com os outros, atuando de forma conjunta, com responsabilidade. “Esta responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana” (CARVALHO, 2004, p. 20). Neste sentido, a Educação Ambiental transformadora respeita as diferenças, porque compreende que na manutenção da vida na Terra a diversidade dos seres vivos e de todas as manifestações que os seres humanos possuem é fundamental.

Nesta concepção de Educação Ambiental crítica, a natureza deve ser pensada como movimento constante de auto-organização e concepção do universo e, conseqüentemente, da vida. Vida que é definida, em sua gênese, pela organização cósmica, tanto pelo sentido de ordem presente, quanto pelo de caos; dado o sentido de permanência e de alteração, junções e disjunções, manutenção e ruptura. Sob esta visão, segundo Leff (2002) o ambiente não é a ecologia; é sim a complexidade do mundo. Trata-se de um saber relacionado às maneiras de apropriação do mundo e da natureza permeado pelas relações de poder que infiltraram nas formas dominantes de conhecimento. Decorrente desse tipo de concepção da natureza pode-se dizer que a cultura é a especificidade organizacional da espécie humana e é através da sociedade, totalidade dinâmica cultural, que nos relacionamos produzindo e reproduzindo, aprendendo e reaprendendo.

Desta forma, as ações educativas sob esta perspectiva abrem um diálogo entre as diversas culturas, saberes, pessoas, regionalidades e identidades, e não impondo sua ética. Pensam a educação como um processo e não apenas como o produto final, ou a mudança de comportamento de um sujeito. Ao entender o processo educativo como libertador, busca fornecer subsídios para que os sujeitos da ação educativa possam

exercer sua autonomia, optando pelas alternativas mais adequadas à sua necessidade, subjetiva ou coletiva (LIMA, 2004).

Assim, a Educação Ambiental crítica surge como possibilidade de revisão de nossos valores e de nosso relacionamento com o nosso próprio ambiente, nossa casa. Segundo Loureiro (2004), o desafio da Educação Ambiental é desvendar a complexidade da realidade, “pensar a utopia mediatizada” pelas determinações objetivas e históricas, de maneira que possamos **agir com consciência, renovando a própria consciência para reconstrução da realidade**.

Fundamenta-se em uma educação que enxergue o “ser humano” como um “ser inacabado”, sujeito a uma constante mudança, (...) “sendo exatamente por meio desse movimento permanente que agimos para conhecer e transformar e, ao transformar, nos integramos e conhecemos a sociedade, ampliamos a consciência de ser no mundo” (LOUREIRO, 2004 p. 68). Ou ainda como propõe uma dos maiores nomes brasileiros da teoria crítica⁷

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado

⁷ A expressão “Teoria Crítica” está vinculada às reflexões e formulações produzidas pelo *Instituto de Pesquisa Social*, conhecido internacionalmente como *Escola de Frankfurt (...)*. Fundado em 1923, o instituto se tornou uma das mais influentes orientações filosóficas nos países ocidentais. (...) A *Escola de Frankfurt* foi criada por um grupo de intelectuais com o objetivo de contribuir com pesquisas que permitissem a compreensão crítica e global da sociedade contemporânea. Para isso, se utilizou da teoria e do método dialético formulado por Karl Marx em diálogo com outros pensadores, dentre eles Weber, Hegel e Freud, em busca da construção de uma visão integradora de ciência e filosofia e de uma atuação transformadora das relações sociais. Tem como algumas de suas características: (1) a análise dos processos de legitimação do Estado na sociedade de consumo; (2) a crítica ao uso ideológico da ciência e da tecnologia na reprodução da sociedade; (3) a negação da neutralidade do conhecimento científico; (4) o exame minucioso da “indústria cultural” que, no capitalismo, fabrica necessidades materiais e simbólicas favoráveis ao individualismo, à competitividade desigual e ao consumismo; (5) a argumentação em favor da racionalidade emancipatória e da liberdade; (6) a crítica à racionalidade instrumental, por favorecer processos inerentes à acumulação capitalista (eficiência produtiva, quantificação da realidade e dicotomia sociedade-natureza).(...) Pela *Escola de Frankfurt* passaram nomes consagrados (...).No campo estritamente da educação, esse diálogo se torna visível nas figuras proeminentes de Henri Giroux, um dos fundadores da denominada “pedagogia crítica”, Peter McLaren e Paulo Freire, educadores que muito influenciaram os estudos e práticas pedagógicas no Brasil, Europa e Estados Unidos (LOUREIRO, 2005, p. 325-326).

e consciente de seu inacabamento, histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opção, de decisão (FREIRE, 2007, p.110).

Neste sentido, a percepção de si mesmo como sujeito ativo, em relação com a sua comunidade, abre espaço para um posicionamento crítico frente à realidade.

Segundo Lima (2004), os educandos ao identificarem os problemas e descobrirem a possibilidade de assumir a sua história, ultrapassam os limites que estagnam seu desenvolvimento e humanização. Neste sentido, o projeto político pedagógico da Educação Ambiental, segundo Carvalho (2004) pretende contribuir para mudança de valores e atitudes, na formação do *sujeito ecológico*:

um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental (p. 19 e 20).

Genericamente se denomina Educação Ambiental um grupo muito diverso em visões de mundo e concepções educativas, assim, a Educação Ambiental crítica e transformadora não é consenso entre todos que praticam a Educação Ambiental. Como bem coloca Carvalho (2004), a Educação Ambiental é representada por diversas linhas, com conceitos, práticas e metodologias próprias e nem sempre nítidas. Segundo essa mesma autora, a própria educação constitui-se como um espaço, um ambiente social, que acolhe uma variedade de práticas de formação de sujeitos, resultado da história social da educação, produto de forças divergentes disputando pela ação educativa.

Guimarães (2004) enxerga a configuração do cenário da Educação Ambiental dividido em dois grandes blocos: a linha conservadora e a crítica. Entre elas não existe uma evolução ou desenvolvimento conceitual; elas se baseiam em visões contrárias de mundo e sociedade. A vertente conservadora não questiona os padrões e valores da sociedade e se posiciona inapta a transformar a realidade, já que ela mesma é um dos mecanismos de reprodução, conservando a maneira de conformação da realidade de acordo com os “interesses dominantes – a lógica do capital”. Acredita ainda que ao transmitir conhecimentos ecológicos e corretos (sob o ponto de vista daqueles que estão no poder), possibilitaria aos sujeitos a compreensão da problemática ambiental.

Já a vertente crítica da Educação Ambiental, aborda a realidade em função do movimento “dialético/dialógico, em que a interação de forças, seus conflitos e consensos” são as bases da construção dessa realidade, em um movimento de retroalimentação entre partes e todo.

Essa é uma abordagem que traz a complexidade para a compreensão e intervenção na realidade socioambiental, que ao contrário da anterior que disjunta e vê o conflito como algo a ser cassado porque cria a desordem social (complexifica a realidade), na perspectiva crítica, o conflito, as relações de poder são fundantes na construção de sentidos, na organização espacial em suas múltiplas determinações (GUIMARÃES, 2004, p. 28).

Diferentes autores estudam as linhas teóricas da Educação Ambiental. Tozoni-Reis (2004), num estudo cujo universo de pesquisa foram professores universitários das universidades públicas do Estado de São Paulo, que em sua prática pedagógica abordavam a Educação Ambiental, constatou a existência de diferentes concepções sobre a relação entre seres humanos e natureza, que resultam em diferentes vertentes da EA. Elas podem ser sintetizadas em três grandes grupos:

- Aqueles que pensam a relação do homem na natureza como sujeito natural. Esta concepção romântica, segundo a autora, apresenta os sujeitos como vilões, que se tornariam bons caso retornassem à natureza (“paraíso perdido), fato necessariamente inerente à subjetividade do ator social.
- Aqueles que consideram a relação do homem na natureza como sujeito cognoscente. Nesta concepção, a transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre o ambiente determina o relacionamento da sociedade com seu meio natural, ou seja, basta apropriar-se de conhecimentos científicos para preservar a natureza. Tozoni-Reis (2004) conclui: “Essa tendência refere-se ao caráter utilitarista da relação dos indivíduos com o ambiente em que vivem: saber (conhecimentos técnicos e científicos) usar, para poder usar mais e sempre, mas sempre usar” (p.34).
- E ainda, a vertente que considera a relação homem-natureza intencional, por parte dos sujeitos históricos. Esta relação se baseia em um processo político de apropriação crítica e reflexiva de informações, atitudes, valores e comportamentos. A idéia é que este relacionamento foi construído historicamente, através das relações sociais, intrinsecamente ligado à cultura e à história.

Esse último posicionamento resulta em uma concepção de Educação Ambiental coerente com os princípios da Educação Ambiental transformadora e emancipatória, que tem como meta a construção de uma sociedade sócio-ambientalmente sustentável. Nesta perspectiva, a Educação Ambiental voltada à sustentabilidade equitativa

(...) é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e

social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidades individual e coletiva no nível local, nacional e planetário (FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs, 1995).

Observa-se no nosso dia-a-dia que o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias continua aumentando o potencial de transformação e interferência sobre a natureza e estremecendo a relação estabelecida entre os humanos e seu meio natural, apesar de haver grande produção de conhecimento na área ambiental e de a Educação Ambiental ter seu histórico marcado por muitos eventos, atuações e publicações há décadas. A questão ambiental vem recebendo cada vez mais destaque, o que pode ser notado por meio da produção de pesquisas, projetos, propostas teóricas, eventos envolvendo diversos setores da sociedade e também cursos que tematizam a questão ambiental. Além disso, autoridades do mundo todo ao longo dos últimos anos reuniram-se em diversas ocasiões para discutir a temática sócio-ambiental e encontrar soluções para a problemática.

Constata-se, portanto, que a produção de conhecimentos e até mesmo uma discussão sistematizada sobre eles não garante o fim da insustentabilidade do modelo econômico em curso. Para uma transformação do cenário, faz-se necessário despertar nos cidadãos a responsabilidade para com o ambiente em que vivem, o que implica em reflexão crítica e participação ativa sobre a realidade.

Vale lembrar que neste contexto a natureza é encarada de forma mais abrangente, contrariando a visão antropocêntrica, em que se foca a preservação da natureza ecológica, mas não se enxergam os outros aspectos dela, como a política, a cultura, a economia, entre outros, como determinantes da situação degradante. Muito menos questionam os padrões de relacionamento da sociedade com o ambiente.

3.5 Contextualizando o ambiente estudado

Com as preocupações da Educação Ambiental crítica e transformadora, este estudo procura tratar a questão ambiental de maneira histórica, evidenciando que os conflitos existentes derivam de uma maneira específica de organização da vida em sociedade e não de uma tendência própria do ser humano em destruir o planeta.

Em busca de um desenho de realidade que considere suas múltiplas determinações, diferentes sujeitos sociais participaram do estudo. Definiu-se, portanto, como sujeitos do estudo os moradores de uma comunidade centenária, remanescente do

município do Guarujá, localizada na Prainha Branca, na Serra do Guararu, pertencente à região intitulada popularmente como Rabo do Dragão, que se encontra na porção leste da ilha de Santo Amaro. Como moradora do Guarujá e freqüentadora da Praia Branca, achei que seria interessante não só conhecer melhor a realidade daquela comunidade, mas também poder contribuir através da Educação Ambiental Crítica, com o fortalecimento das relações entre os membros comunitários e das relações entre estes e o meio natural que os circunda, a Mata Atlântica.



Figura 1 – Vista aérea da Ilha de Santo Amaro (Guarujá) - SP

A Serra ocupa toda a área do Rabo do Dragão, aproximadamente quatro mil hectares de mata, representando o maior conjunto de ecossistemas bem preservados de Mata Atlântica serrana do Município do Guarujá, com nascentes, córregos, cachoeiras, vegetação de restinga, praias e manguezais (PMG, 2005). De um lado a Serra faz limite com o oceano Atlântico e de outro, o Canal de Bertiooga.

Em Dezembro de 1992, a Serra do Guararu foi tombada, através da resolução 48 do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), da Secretaria de Estado da Cultura, e Lei Municipal nº. 2625/98. Além de representar grande importância ambiental e cultural, a área

apresenta relevante importância histórica: ruínas e construções que datam dos primórdios do “descobrimento” do Brasil. Porém, apesar da região estar legalmente protegida, o mangue que margeia o Canal de Bertioga encontra-se sob uma das condições mais críticas, do ponto de vista social e ambiental, da Baixada Santista, dado o seu acelerado desenvolvimento urbano. Os apelos de especulação imobiliária, turística e industrial são os principais responsáveis pelo estado de degradação (IPECAB, 2002).

O ambiente natural da Mata Atlântica com sua rica biodiversidade também se encontra em risco, pois é muito frágil, e está sujeito a ação antrópica descontrolada. A balsa para o transporte de passageiros e cargas, as estradas, as marinas, as moradias (na sua maioria, irregulares), o comércio de pequeno porte, o desmatamento para abertura de trilhas e pequenas plantações são determinantes dos problemas ambientais vividos e sentidos pela população.

Os contrastes e conflitos existentes na região reúnem, por um lado, os remanescentes florestais e patrimônios de imensurável valor, as comunidades antigas e tradicionais, os proprietários de áreas com interesse na conservação e, por outro lado, as moradias irregulares e os especuladores que vêm na manutenção da Mata Atlântica e nos mecanismos legais de preservação entaves para o desenvolvimento predatório (SOS MATA ATLÂNTICA, 2002).

A comunidade caiçara da Prainha Branca é a última comunidade tradicional remanescente no município do Guarujá. Famílias habitam o local há mais de uma centena de anos e guardam características culturais próprias, além de manter preservada grande parte da vegetação com a qual coexiste.

A vegetação nativa de Floresta Ombrófila densa, vista por todo o trajeto de trilha até a praia, encontra-se em diferentes estágios de regeneração: pioneiro, inicial, médio e avançado, dependendo do local observado.



Figura 2 – Trajeto por trilha até a Prainha Branca.

Em grande parte do morro que dá acesso a Prainha Branca, a vegetação é bem conservada, atingindo estágio avançado de regeneração, portanto, sua fauna e flora apresentam alta biodiversidade devido à complexidade estrutural e ao número de espécies. A vegetação apresenta fisionomia florestal fechada, e diversos extratos com árvores, arbustos, ervas terrícolas, trepadeiras, epífitas, etc.



Figura 3 – Visão frontal da Prainha Branca.

As representantes arbóreas possuem distribuição diamétrica de amplitude relativamente grande (diâmetro do caule, na altura do peito: DAP) fornecendo bom produto lenhoso. É notável a presença de epífitas (líquens, musgos, bromeliáceas, hepáticas, orquídeas, piperáceas), samambaias e trepadeiras lenhosas, que se encontram em abundância.



Figura 4 – Figueira (do gênero *Ficus*, família Moraceae) centenária localizada na Ponta da Armação

A serapilheira (folhagem, frutas, sementes e restos animais depositados sobre o solo) encontrada sobre o solo é significativa, apresentando intensa decomposição. A deposição desta sobre o solo e conseqüente decomposição da matéria orgânica, provinda da parte aérea das árvores, restos de animais e restos fecais indica atividade microbiana do solo e renovação de nutrientes que ficam, assim, disponíveis para reabsorção das plantas. A presença deste ciclo biogeoquímico é um indicador ambiental, sugerindo o grau de preservação da vegetação local.

Além disso, no local também são encontradas as vegetações de mangue e restinga. O manguezal é um ambiente costeiro, característico da transição entre

ambientes terrestres e marinhos e entre as águas marinhas e de rios. O mangue desempenha importantes funções para o ecossistema que compõe. É chamado de berçário, onde várias espécies de fauna aquática e terrestre, como peixes, moluscos e crustáceos encontram as condições ideais para reprodução e proteção. Desempenha também o papel de exportador de matéria orgânica para o estuário, contribuindo para produtividade primária na zona costeira e conseqüentemente para a subsistência das comunidades pesqueiras que vivem em seu entorno. A vegetação dos manguezais também possui papel de estabilizador do solo, impedindo a erosão e ao mesmo tempo firmando a costa, além disso, as raízes do mangue funcionam como filtros na retenção dos sedimentos. No entanto, o que se observa é que grande parte do manguezal já está alterada, pois uma parcela do esgoto de toda a comunidade é jogada nas águas que o margeiam. As espécies de peixes e crustáceos que foram sempre fonte de alimento para os moradores locais, segundo uma moradora, deixaram há tempos de fazer parte da alimentação da comunidade, pois eles temem que os animais estejam contaminados. Além disso, anualmente, e por vezes mais de uma vez ao ano, a lagoa do mangue transborda e deságua no mar. Neste período, os moradores evitam se banhar no mar.

A restinga, vegetação observada próximo à faixa de areia, em alguns trechos da Prainha Branca, é uma formação vegetal nativa que ocorre em solos arenosos e salinos e evolui de espécies forrageiras, até grupos arbóreos e arbustivos de maior porte; além de apresentar uma diversificada fauna e flora nativa. A vegetação ocorre na transição entre as dunas e a Mata Atlântica.

A restinga é considerada uma comunidade edáfica, pois depende mais da natureza do solo do que do clima. Este ambiente, apesar de ter grande biodiversidade, é muito frágil. Os estágios sucessionais ocorrem de forma mais lenta que as formações ombrófilas e estacionais, dado o substrato que não favorece o estabelecimento inicial da vegetação, principalmente por dissecação e ausência de nutrientes (Resolução CONAMA 007/96). Apesar desta dificuldade característica de estabelecimento, na Prainha Branca, boa parte da vegetação de restinga encontra-se preservada, assim como as outras formações vegetais descritas. Desta maneira, podemos perceber que a ligação que a comunidade tem com o ambiente, possibilitou a sua preservação até os dias atuais.

Alguns estudos, projetos e ações têm sido desenvolvidos na área, tanto por pesquisadores como pelo Poder Público, representado pela Prefeitura Municipal do Guarujá. Considerando que a Educação Ambiental não deve se pautar por ações pontuais, sendo um processo de formação permanente que, segundo Loureiro (2004),

deve vincular os processos educativos com outras práticas sociais, particularmente com as atividades econômicas e políticas, este estudo propõe analisar o envolvimento dos sujeitos sociais nas atividades desenvolvidas na comunidade, na reflexão de suas práticas sociais, econômicas e culturais. A proposta, a partir desse pressuposto, foi delineada para realizar-se com a comunidade caiçara, inicialmente através da Metodologia de Pesquisa-ação-participativa. Trata-se de uma metodologia que exige a participação radical dos pesquisadores comunitários e acadêmicos, sujeitos que se envolvem diretamente com o projeto e seus processos decisórios, na busca por promover ações relacionadas com a resolução de problemas coletivos.

No entanto, ao longo do projeto a participação dos moradores foi tornando-se cada vez mais escassa. As pessoas presentes em uma reunião, na maior parte das vezes, não compareciam à reunião seguinte, e novos participantes apareciam a cada encontro, o que dificultava a continuidade do processo, já que precisávamos retomar assuntos, metodologia e até objetivos do Projeto. Assim, “espremida” pelos prazos do curso de mestrado, discuti inicialmente com os moradores, e posteriormente, junto a minha orientadora, a necessidade de re-delineamento da proposta do Projeto, o que culminou em um estudo sobre o envolvimento dos moradores da comunidade nos projetos desenvolvidos da região, no sentido de compreender a atuação destes na configuração da realidade em que vivem.

Partindo dos princípios da Educação Ambiental crítica, o estudo considerou o processo dialógico, entre diferentes saberes e olhares, essencial na busca do rompimento com a representação utilitarista de natureza, pautando-se na necessidade de despertar nos sujeitos o sentimento de pertencimento, fundamental na construção de uma sociedade ecológica e socialmente responsável e politicamente atuante.

A própria Constituição Brasileira consagra o meio ambiente como direito de todos e bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida e atribui a responsabilidade e a sua preservação e defesa não apenas ao poder público, mas também à coletividade (BRASIL, 1988).

Desta forma, podemos formular como problema de pesquisa o “envolvimento da comunidade caiçara da Prainha Branca do município de Guarujá, SP, nos projetos desenvolvidos na região, para orientar as ações comunitárias em busca de melhoria da qualidade de vida”.

4 OBJETIVOS

Considerando que este estudo foi realizado em um litoral cada vez mais explorado pelo mercado imobiliário, na perspectiva de contribuir para que a população local consiga manter suas características tradicionais, visando também a conservação de todo o ambiente (natural e social), este estudo delimitou como objetivos:

- Identificar e analisar os projetos já implementados na comunidade, entrevistando os responsáveis pela realização destes nas instituições proponentes, e os moradores da comunidade alvo dos projetos e programas.
- Identificar e compreender o envolvimento da população nas atividades sociais até então desenvolvidas na comunidade da Prainha Branca: como se dá o exercício da cidadania comunitária, o engajamento das Associações de Moradores e os fatores que limitam estes processos, de modo a elucidar os aspectos que envolvem esta dinâmica e a potencialidade desta população de construir sua própria história.

5 METODOLOGIA

Educar é um fenômeno peculiar, uma necessidade ontológica de nossa espécie. Como seres conscientes, é pela educação que tomamos consciência de nossa consciência, ou conforme Adorno (2006), produzimos uma “consciência verdadeira”, “consciência emancipada”. No entanto, assim como todo produto social, a educação e também a ciência são condicionadas socialmente, progressivamente conformadas durante o processo histórico. Segundo Saviani (2007), o homem existe em um meio definido por coordenadas de espaço e tempo, é, então, condicionado e determinado por este meio, em todas as suas manifestações.

Este caráter de dependência do homem verifica-se inicialmente em relação à natureza (...) mas (...) também o meio cultural se impõe a ele inevitavelmente. Já ao nascer, além de uma localização geográfica mais ou menos favorável, o homem defronta-se com uma época de contornos históricos precisos, marcada pelo peso de uma tradição mais ou menos longa, com uma língua já estruturada, costumes e crenças definidos, uma sociedade com instituições próprias, uma vida econômica peculiar e uma forma de governo ciosa de seus poderes (SAVIANI, 2007, p. 44).

Desta maneira, todo sujeito, observador ou pesquisador, se envolve com os valores e idéias de sua sociedade e realidade histórica, refletindo em seu trabalho, os valores e princípios considerados em sua época (LÜDKE & ANDRÈ, 1986). Não permanecem, assim, sobre ela como detentores de uma verdade absoluta. Todos somos frutos do momento social em que vivemos.

Consideradas essas idéias, este trabalho utiliza como metodologia de pesquisa a abordagem qualitativa, pois parte do pressuposto de que há uma relação dinâmica entre a realidade do mundo e o sujeito, uma conexão indissociável entre o mundo objetivo e as representações dos sujeitos. Portanto, o conhecimento não se restringe a um rol de dados isolados, conectados teoricamente. Na perspectiva da pesquisa qualitativa, o sujeito observador é parte integrante do processo do conhecimento e interpreta a realidade, atribuindo-lhe significado que, por isso, não pode ser neutro. Isso significa que, para a pesquisa qualitativa, o objeto em estudo não resulta num conjunto de dados neutros para sua compreensão, mas possui significados e relações que os sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001).

Sendo assim, esta abordagem metodológica pretende romper com a concepção mecanicista, amparada na física matemática, elaborada sob uma lógica empírica e um

método analítico, que desde os séculos XVI e XVII almeja “unificar a ciência e criar uma *ciência da ciência*, (...), reduzindo o conhecimento à expressão bem- formalizada do mundo” (CHIZZOTTI, 2001, p. 13). Procura questionar a estabilidade dos fenômenos humanos, a estrutura fixa das relações e a ordem constante dos vínculos sociais. Segundo o mesmo autor, esta nova abordagem empenha-se em demonstrar a complexidade e as contradições dos fenômenos singulares, valorizando seus aspectos qualitativos, de maneira que no tratamento dos dados seja ultrapassada a aparência imediata das coisas e alcançada a sua essência.

Neste sentido, Saviani (2007), em sua obra “Educação: Do senso comum à consciência filosófica”, fala do processo histórico, e sua importância fundamental na constituição da realidade, fazendo uma analogia com o teatro. Na história, os fatos de bastidores, fatos essenciais para a compreensão da realidade, são pouco explorados. De forma contrária, faz-se referência aos fatos da “supra-estrutura”, ou seja, aqueles ligados às figuras dos atores, de forma cronológica, sem levar em consideração o motivo pelo qual naquele exato momento aquele ator estava em evidência, ou ainda, sem considerar o que aquele ator representava (quais as forças que o regiam), o que facilitaria a compreensão da matriz fundamental do momento histórico. “Ora, a compreensão da trama da história só será garantida se forem levados em conta os “dados de bastidores”, vale dizer, se se examina a base material da sociedade cuja história está sendo reconstituída” (SAVIANI, 2007, p. 40).

Destarte, podemos dizer que não trabalhamos com a realidade de maneira simples e pura, imediata e diretamente. Trabalhamos com a realidade assim como a enxergamos, como a captamos, e esta percepção varia de acordo com as subjetividades. Como nos coloca Demo (1987), o que temos da realidade é uma apreensão mediada, ou seja, “mediata”: percebemos a realidade a partir de um ponto de vista, ou seja, partimos sempre de um ponto, de um início que pode ser problematizável, já que está à mercê “também de condicionamentos externos, de ordem temporal e espacial, que explicam, entre outras coisas, as divergências de escolas e autores.” (p. 45)

Todo estudo, assim, é balizado por interesses de sujeitos, forças exteriores que os regem; e que determinam um recorte da realidade, já que nunca abrange ela de forma geral, portanto, segundo Demo (1987, p. 67) “são sempre interpretações porque são do tamanho da mão que os constrói”. O autor ainda destaca que a ciência investiga objetos em consonância com interesses da sociedade, especialmente aqueles da estrutura dominante. “A ciência não capta qualquer faceta ao acaso. Dedicase a tratar aquilo que

é percebido, no contexto social, como relevante. Não existem, assim, relevâncias de antemão importantes, mas relevâncias que interessam e por isto são importantes.” (p. 46). São escolhas realizadas pelos sujeitos, produtos de determinado momento histórico e da dinâmica que envolve a produção e reprodução das relações sociais.

Sendo assim, o objeto de estudo das ciências sociais é intrinsecamente ideológico, a ideologia está abrigada em seu interior, pois a pesquisa em Ciências Sociais lida com seres humanos que possuem um substrato comum de identidade (MINAYO, 1994).

As ciências naturais também são carregadas de ideologia, já que o cientista inevitavelmente se envolve com seu objeto de estudo, sujeito este localizado em determinado contexto e condicionado historicamente; contudo é parte extrínseca dele.

Ao optarmos por determinada teoria, ao elegermos determinado método como referência, tomamos posição, o que caracteriza o processo político. Indo mais além, simplesmente por ocupar uma posição qualquer na sociedade, sendo ela dominante ou dominada, somos políticos, posição que não precisa necessariamente ser partidária (DEMO, 1987). Portanto, quando adotamos a postura neutra, não optando nem pelo sim, nem pelo não, também estamos a nos posicionar, admitindo uma atitude política. Neste sentido, como bem coloca este mesmo autor, é recorrente apontarem para o fenômeno dos países não alinhados em política. Sob um primeiro olhar, parecem não ter posição tomada. Contudo, analisando mais a fundo, “o não-alinhamento é tão-somente outra forma de posicionar-se, ou seja, a adoção de outra linha de conduta. Não são propriamente países neutros, mas outro bloco de poder.” (DEMO, 1987, p. 72).

Ideologia não é qualquer sistema de crenças ou idéias, ou simples mundivisão, mas designa campo específico das idéias, ou seja, aquelas carregadas de justificação política no quadro de dominação vigente. Todo tipo de conhecimento é ideológico, porque a politicidade lhes é intrínseca. Por isso, metodologicamente falando, nunca se trata de extirpar, mas de controlar a ideologia. Não é praticável controlar de todo, porque o ser humano é sujeito (subjetivo), não entidade neutra, mas é importante que o pesquisador tenha a boa intenção de controlar, para não se enredar em deturpações incontroláveis da realidade. (DEMO, 2004, p. 20)

A ciência busca combater a ideologia, mas não pode eliminá-la, pois, segundo Demo (1987, p. 33) “tal isenção ideológica seria apenas a própria ideologia, sob a forma de uma estratégia de convencimento”. A ciência deve, assim, coexistir com a ideologia, trazê-la à superfície, desmascarando-a, controlando-a de maneira crítica, enfrentando seus disfarces e não a encobrindo.

A maneira como nos relacionamos (ou a ausência de relacionamento) com o nosso entorno, o local onde habitamos, e a maneira como nos “apropriamos” dos recursos naturais também é fruto de uma série de escolhas históricas, realizadas por nossa sociedade. A crise ecológica, energética, cultural, e, portanto, civilizatória é produto de nossas relações: dos homens com seus iguais e dos homens com o meio ambiente. Esta profunda dependência ocorre, pois, segundo Loureiro (2004), compreende-se que, na realidade, há aspectos tão estruturados e variáveis das relações das sociedades com o ambiente que não se pode entender um deles sem relacioná-lo com o conjunto. Assim como não se pode entender a humanidade, em sua especificidade, fora da natureza e a natureza sem considerar a sociedade pela qual se “olha”. Racionalmente seria como compreender, num movimento de mútua constituição, que o singular ganha sentido em suas relações e que o todo é mais que a soma de singularidades.

Contudo, apesar de negar a visão fragmentada e a neutralidade do processo de produção de conhecimentos, sobre uma dada realidade, social e histórica, questionando a objetividade neutra dos paradigmas tradicionais da ciência moderna, a abordagem qualitativa não descarta o rigor teórico-metodológico necessário a qualquer pesquisa científica. A pesquisa qualitativa se fundamenta em aspectos teóricos - metodológicos sólidos que permitam que o processo de produção de conhecimentos progrida em direção a uma análise que extrapole as informações fornecidas pelos atores sociais. Esta abordagem científica reconhece que o pesquisador possui uma determinada visão de mundo, crenças e valores, mas, alerta para o risco desse pesquisador basear-se somente em sua opinião e dedução, sacrificando assim os resultados da pesquisa. Neste sentido, a pesquisa em educação ambiental vem apontando para a necessidade de articular, no processo investigativo, relevância social com relevância científica (TOZONI-REIS, 2005). Não estamos aqui a negar a objetividade das pesquisas em ciências sociais, mas sim a problematizá-la, incluindo algumas questões mais complexas, indicando que ela dependerá dos critérios definidos e esclarecidos pelo pesquisador.

A ciência tem sim sua contribuição, ao fomentar a nossa criatividade e razão na elaboração de novos conhecimentos, além de contribuir com a educação (científica) (LOUREIRO, 2004). O que é inadmissível é que a ciência super-valorize o conhecimento instrumental sobre o reflexivo e sua suposta neutralidade encubra as contradições vivenciadas no interior da sociedade, já que se encontra submetida aos aspectos sociais, políticos e econômicos (TOZONI-REIS, 2004).

Neste sentido, outro fator a ser considerado é que apesar de ser uma abordagem qualitativa, ela não anula seu aspecto quantitativo, já compreensão deve vislumbrar o todo complexo, isto é, ambas as abordagens são importantes, interdependentes e estão sempre em interação, não podendo, assim, serem pensadas de forma oposta.

Minayo (1996) enfatiza as críticas às abordagens exclusivamente quantitativas, que limitam-se ao que é palpável e visível, tornando-se muito superficial e não dando sentido mais profundo e pleno às significações e valores para uma visão holística e sistêmica. Na perspectiva dialética, a dimensão qualitativa abarca o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito e as representações sociais que constituem a vivência das relações objetivas pelos autores sociais, que lhe atribuem significados. Assim, diferentemente de outras perspectivas, quantidade e qualidade passam a ser tratadas como inseparáveis. Em momento nenhum, porém, dados subjetivos são tratados objetivamente, pois a intenção da pesquisa qualitativa é aprofundar e ampliar o tratamento das questões, investigando aspectos até então ignorados pela ciência positivista.

Segundo Guerriero (2008, p. 462) o mérito científico da pesquisa qualitativa está em ouvir o outro, que se encontra situado em seu contexto cotidiano, isto é,

(...) não é possível fazer um experimento, isolando fatos específicos, ou retirar o pesquisado do seu contexto, ou ainda distinguir fato e valor, buscando causalidades lineares. Mesmo a pessoa do pesquisador, com suas crenças e valores, não pode ser excluída de sua relação com o pesquisado. Sendo assim, as informações geradas na pesquisa estão indissociavelmente ligadas à relação constituída entre pesquisador e pesquisado e sua comunidade.

Desta forma, o pesquisador se aproxima de “seu objeto” de pesquisa, outro sujeito; a relação que se estabelece entre eles deve ser criteriosa e também alvo da análise. A maneira como os contatos são estabelecidos, a recepção do pesquisador, a disponibilidade para depoimento, o local e a postura adotada na coleta de dados, sinais corporais, gestos, e até tom de voz, “tudo fornece elementos significativos para a leitura/interpretação posterior daquele depoimento, bem como para a compreensão do universo investigado” (DUARTE, 2002, p. 7).

Assim, observador e observados tornam-se solidários e comprometidos e conforme afirma Lévi-Strauss (*apud* MINAYO, 1994, p. 14) “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é parte de sua observação”.

Num território em que a interpretação, a diversidade, e a não-linearidade ocupam espaço privilegiado (já que passam a ser considerados), críticas não são encaradas como um problema a ser ignorado e rejeitado. Nas ciências sociais as críticas enriquecem a discussão que nunca se dá por encerrada. Desta maneira, consideramos aqui as críticas feitas à metodologia qualitativa, especialmente advindas da vertente positivista da ciência. Segundo Martins (2004), essas críticas são direcionadas ao tempo demandado, grande qualificação do pesquisador e quantidade de informações para a organização e análise dos dados. Assim, a eficácia do estudo depende, muitas vezes, da capacidade do pesquisador em definir caminhos e aproveitar o material coletado.

Outro questionamento é relativo à subjetividade, ou seja, envolvimento entre os pesquisadores e pesquisados. Assim, questiona-se a dificuldade da coleta de dados, dada a dependência do estabelecimento de confiança entre pesquisador e pesquisado.

Além disso, críticos questionam a *representatividade*, já que esta metodologia trabalha com estudos em unidades sociais, privilegiando estudos locais escolhidos (indivíduo, grupo, comunidade, etc.). A crítica incide no fato dos estudos não representarem a sociedade e se relaciona com a generalização e amostra, características primordiais na ciência cartesiana. “Pensar em amostra é reportar-se a um conjunto selecionado em determinada população, da qual seria representativo. A constituição da amostra deve ser casual, aleatória” (MARTINS, 2004, p. 293). A amostragem possibilita efetuar a generalização relacionando o estudo à população. Contudo, de acordo com o exposto, como garantir que o estudo seja representativo, se é constituído de subjetividades, complexidade e categorias não estanques?

De acordo com Martins (2004) não cabe à metodologia qualitativa a preocupação necessariamente com a representatividade ou generalização, pois “o que a caracteriza é o estudo em amplitude e em profundidade, visando a elaboração de uma explicação válida para o caso (ou casos) em estudo, reconhecendo que o resultado das observações são sempre parciais (p. 295)

Desta maneira, segundo a autora, o que sustenta a validade dos estudos empreendidos é a base sólida dos laços constituídos entre a teoria estudada, nossas interpretações e os dados empíricos coletados.

5.1 Pesquisa-Ação-Participativa: a primeira tentativa

Apesar de a Pesquisa-ação-participativa não ter sido utilizada como Metodologia durante todo o processo de coleta de dados junto aos moradores, dado os problemas que enfrentamos (posteriormente descritos mais especificamente), a Pesquisa-Ação-Participativa será teoricamente situada neste tópico, pois foi alvo de estudos e motivo de inspiração no que se refere à importância do trabalho coletivo e aos processos necessários para sua realização. Além disso, considerando os problemas objetivos defrontados, foi somente a partir da vivência oportunizada por esta metodologia que o estudo foi mantido na mesma localidade.

A PAP é uma modalidade de pesquisa qualitativa muito interessante para estudos em comunidades, já que proporciona que os moradores locais participem ativamente do projeto em todas as suas atividades.

Sendo assim, este estudo foi inicialmente delineado a partir da utilização dessa metodologia de trabalho, um tipo de pesquisa qualitativa concebida e realizada em estreita associação com a ação e com a resolução de problemas coletivos, onde os pesquisadores e participantes/representantes dos grupos sociais em estudo envolvem-se de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 2000).

A denominação deste tipo de pesquisa pode variar entre os autores que se dedicam a seu estudo e implementação. Designam a pesquisa-ação-participativa como pesquisa-participante, pesquisa-ação e ainda, pesquisa-participativa. Aqui utilizaremos o termo pesquisa-ação-participativa com o objetivo de ressaltar a participação inerente ao processo e também a busca por ações planejadas pelos participantes.

Esta modalidade de pesquisa procura articular o saber sistematizado do pesquisador acadêmico com o saber espontâneo e prático, mas não menos importante dos pesquisadores comunitários, para compreender a realidade na qual estão envolvidos. A parceria, tanto na investigação da realidade como na realização de ações, promove entre os pesquisadores, sejam acadêmicos ou comunitários, a oportunidade de compartilhar diferentes experiências. Trabalham na busca por soluções, através da intervenção na organização da sociedade e participação de todos os atores sociais envolvidos nos processos educativos que tematizam o ambiente. A opção por esta metodologia implica em considerar obrigatoriamente tanto a reflexão, a atividade do pensamento (para que o argumento tenha autoridade em si sobrepondo-se ao argumento

da autoridade) quanto intervenções alternativas por parte do sujeito (possibilitando o desenvolvimento de autonomia histórica) (DEMO, 2004).

Como já mencionado quando da caracterização da metodologia de pesquisa qualitativa, a pesquisa-ação-participativa nega a unilateralidade da ciência, o “teoricismo avesso à prática” (DEMO, 2004, p. 17), abrindo o leque e abrangendo fatores desconsiderados pela “versão” positivista da ciência, investigando coletivamente, analisando as subjetividades e indo mais a fundo na essência das questões.

O mesmo autor diz que este tipo de abordagem preocupa-se tanto com o aspecto educacional e formativo, “à medida que implica questionamento, consciência crítica, incentivo à formação do sujeito com capacidade de história própria (...) (p.16)”, quanto com o aspecto científico da pesquisa, devido à preocupação com a construção do conhecimento embasado em princípios metodológicos e epistemológicos.

Embora seja incompatível com a metodologia de experimentação em laboratório e com os pressupostos do experimentalismo (neutralidade e não interferência do observador, isolamento de variáveis etc.) a pesquisa-ação não deixa de ser uma forma de experimentação em situação real, na qual os pesquisadores intervêm conscientemente. Os participantes não são reduzidos a cobaias e desempenham um papel ativo. Além disso, na pesquisa em situação real, as variáveis não são isoláveis. Todas elas interferem no que está sendo observado. Apesar disso, trata-se de uma forma de experimentação na qual os indivíduos ou grupos mudam alguns aspectos da situação pelas ações que decidiram aplicar. Da observação e da avaliação dessas ações, e também pela evidência dos obstáculos encontrados no caminho, há um ganho de informação a ser captado e restituído como elemento de conhecimento. (THIOLLENT, 2007 p. 24)

Acreditamos que esta metodologia seja uma possibilidade de abordagem adequada às pesquisas em ciências sociais, pois ao tratar das questões por meio dos sujeitos diretamente envolvidos, mas nunca abrindo mão do rigor científico, pode chegar ao cerne dos temas investigados. Trata-se de uma pesquisa que produz conhecimento a partir dos fenômenos comunitários da prática educativa e que possibilita a aproximação concreta e histórica com o objeto de estudo (TOZONI-REIS, 2007). Além disso, a autora enfatiza que a pesquisa-ação-participativa possui desafio adicional: além de pesquisar, o de participar, além de investigar, o de educar, para nesse processo educativo, articular a teoria e a prática.

Como em qualquer tipo de metodologia, existem críticas direcionadas à pesquisa-ação-participativa, no que diz respeito à objetividade e à falta de precisão da pesquisa. Como justificado anteriormente, em relação às críticas atribuídas à metodologia de pesquisa qualitativa, a discussão e participação de pesquisadores

acadêmicos e comunitários não são, em si, contrárias à objetividade, nem à ciência, caso esta seja encarada de forma mais plural.

A compreensão da situação, a seleção dos problemas, a busca de soluções internas, a aprendizagem dos participantes, todas as características qualitativas da pesquisa-ação não fogem ao espírito científico. O qualitativo e o diálogo não são anticientíficos. Reduzir a ciência a um procedimento de processamento de dados quantificados corresponde a uma ponto de vista criticado e ultrapassado, até mesmo em alguns setores das ciências da natureza (THIOLLENT, 2007, p. 26).

Além disso, a pesquisa-ação possui qualidades recusadas pelos métodos tradicionais de pesquisa. Por meio das ações concretas ocorridas através da mobilização coletiva e da participação, informações podem ser geradas, fato que não poderia ser atingido por meio de observação passiva. Outro fato a ser destacado é que quando o próprio sujeito interfere em seus problemas, podem-se atingir níveis mais densos, profundos e realistas “do que no nível opinativo ou representativo no qual se reproduzem apenas imagens individuais e estereotipadas” (THIOLLENT, 2007, p. 26).

A participação radical da comunidade, que é processo primordial nesta abordagem de pesquisa, conforme Demo (2004), deve ser baseada em discussão, investigação e análise, em que pesquisadores comunitários e acadêmicos integram o processo de pesquisa. As teorias não se desenvolvem anteriormente para serem corroboradas ou testadas pelo investigador quando em contato com a realidade. A comunidade ao desenvolver suas próprias teorias e soluções sobre si mesma, delinea a realidade (HALI, *apud* DEMO, 2004).

Sob este enfoque, a pesquisa em Educação Ambiental cria condições objetivas de promover a responsabilidade ambiental, a partir do momento que o sujeito participa de investigações que tem como objetivo produzir conhecimentos para orientar as ações e a resolução de problemas da comunidade onde vive, instrumentalizando-o para ser responsável pelas atitudes transformadoras necessárias ao enfrentamento dos problemas.

Ao participar da pesquisa e do processo grupal, passa a se sentir responsável por seu destino, toma para si os problemas do local e da comunidade onde vive, propõe soluções para seus problemas, tornando-se protagonista de sua história. Segundo o mesmo autor, quando os problemas são dificilmente solucionados, a pesquisa-ação-participativa ao menos faz progredir “a consciência dos participantes no que diz respeito à existência de soluções e de obstáculos” (p.22-23), assim enseja condições de continuidade das investigações, ações e soluções, fundamental para que o processo educativo possa se concretizar, potencializando sua sustentabilidade.

A pesquisa-ação-participativa toma como ponto de partida, portanto, os problemas reais identificados pelo processo de investigação coletiva, para, após reflexão, romper com a separação entre teoria e prática na produção de conhecimentos sobre eles, fundamento do processo educativo (TOZONI-REIS, 2005). Torna-se imprescindível, assim, evidenciar, analisar e compreender a articulação destes processos educativos com outras práticas sociais, sobretudo as atividades econômicas, políticas e culturais.

Desta maneira, este estudo definiu como proposta inicial a atuação conjunta, participativa, na investigação do sócio-ambiente da comunidade da Prainha Branca, Guarujá - SP, assim como no processo de realização das ações transformadoras, atuação participativa em todas as etapas da pesquisa: identificação dos problemas sócio-ambientais, delineamento de propostas de ação, análise e promoção das ações com vista ao enfrentamento dos problemas identificados. Também foi planejado que todas essas etapas seriam acompanhadas de reflexões coletivas para compreensão mais completa e complexa dos problemas sócio-ambientais da comunidade.

No início do projeto, os moradores locais participaram, ainda que não de maneira tão comprometida, das atividades desenvolvidas, no entanto, a participação que caracteriza o processo planejado, na comunidade em que desenvolvemos o estudo, não foi duradoura, resultando na desmobilização do grupo. Muitas tentativas foram desempenhadas para promover a integração e a formação mais consolidada do grupo de trabalho, no entanto foram frustradas.

Os problemas de mobilização que identifiquei nas reuniões, somados ao tempo necessário para nova mobilização de um grupo de pesquisadores comunitários, parceiros no projeto de mapeamento ambiental da comunidade em conflito com o tempo de realização de um trabalho de pesquisa vinculado a um curso de mestrado, foram interpretados como indicadores da necessidade de reformular este estudo.

Contudo, esta primeira tentativa do estudo, um mergulho na comunidade, possibilitou que um diagnóstico local fosse esboçado, oportunidade de extrema relevância para os estudos posteriores, em que as dificuldades inicialmente encontradas foram aprofundadas. Desta forma, re-delineamos a investigação, definindo os processos participativos desta comunidade, compreendidos como principal problema da realização de nossa proposta inicial, como tema de estudo.

Resguardando a pesquisa qualitativa como referencial metodológico, redefinimos como modalidades de pesquisa a análise documental e a pesquisa de campo

para a compreensão o envolvimento dos moradores da Prainha Branca em projetos desenvolvidos na localidade. A análise de conteúdo e as entrevistas realizadas com os moradores locais e com outros participantes e proponentes dos projetos e programas, foram definidas como técnicas de coleta de dados.

5.2 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu de diferentes formas: conversas espontâneas e informais, que se configuraram como “entrevistas desestruturadas” com moradores locais e proponentes dos projetos, para as quais utilizei o caderno de campo para anotações; as discussões realizadas por ocasião das reuniões do grupo de trabalho, na proposta inicial deste estudo, também foram anotadas e resultaram em dados da pesquisa; entrevistas, a partir das quais foram coletados dados mais sistematizados com os moradores e com as pessoas que já haviam desenvolvido projetos no local; e a documentação referente aos projetos desenvolvidos.

Para as entrevistas, foram elaborados roteiros questões, com abordagens semelhantes, mas com especificidades diferentes para moradores e propositores. Mesmo assim, os roteiros serviram apenas como um guia, durante as entrevistas, que “semi-estruturadas”, configuraram-se em conversas sobre os temas propostos pelos roteiros, de maneira a deixar o entrevistado bastante à vontade durante a entrevista.

As entrevistas foram realizadas com onze moradores da comunidade da Prainha Branca, entre seis homens e cinco mulheres. Os primeiros entrevistados eram pessoas que haviam participado do grupo de trabalho organizado por conta da primeira proposta de estudo com a metodologia de pesquisa-ação-participativa. Posteriormente foram entrevistados os representantes das associações de bairro e outros moradores citados nas entrevistas. Dentre os onze moradores, dois, um homem e uma mulher também eram proponentes de projetos desenvolvidos no local.

Nove proponentes de projetos foram entrevistados, seis homens e três mulheres. Alguns projetos já eram de meu conhecimento e a partir das entrevistas com estes proponentes e moradores da Prainha Branca foram selecionados os demais.

A entrevista, principal técnica de coleta de dados utilizada, é um tipo de comunicação, estabelecida entre pesquisador e pesquisado, um diálogo planejado, com objetivos definidos (CHIZZOTTI, 2001). As informações obtidas sobre fatos e opiniões

“devem constituir-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar” (Idem, p. 57).

Segundo Minayo (1996), a entrevista é um dos principais instrumentos de coleta de dados em ciências sociais, que através da fala dos sujeitos, permite a revelação de acontecimentos, juízos, crenças, maneiras de pensar, julgamentos, emoções, modos de atuação, comportamentos, e suas manifestações conscientes ou inconscientes no cotidiano.

A entrevista possui grande vantagem em relação a outros instrumentos de coleta uma vez que, segundo Lüdke & André (1986), garante a apreensão imediata e o fluxo de informações sobre diferentes temas e a partir de diferentes entrevistados. A entrevista semi-estruturada, técnica adotada neste estudo, pode inclusive atingir um nível de profundidade psicológica elevada (CHIZZOTTI, 2001), pois trata de opções individuais e assuntos mais complexos. Segundo Triviños (1987) outra questão enriquecedora à entrevista é que esta técnica abre espaço à espontaneidade e liberdade do entrevistado, o que possibilita que informações mais profundas possam ser transmitidas por estes.

Segundo o mesmo autor, a entrevista parte de questões de interesse do pesquisador, mas a partir das informações cedidas pelos entrevistados, abre vasto campo de interrogativas, novas hipóteses e questões a serem analisadas.

Faz-se importante ressaltar também algumas considerações a respeito da relação do pesquisador com seus entrevistados. Entende-se que esta é uma relação de desigualdade, no sentido de que cada pessoa desempenha um papel diferente. Porém pode ser considerada também uma relação de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde (LÜDKE & ANDRÉ, 1986). Logo, as informações fornecidas pelos entrevistados podem variar substancialmente, dependendo do tipo de relação estabelecida durante a entrevista. Portanto, é importante que relações transparentes sejam estabelecidas entre os participantes e o pesquisador, em relação aos objetivos do trabalho realizado. Lüdke & André (1986) ressaltam que, se houver um clima de estímulo e de aceitação mútua durante o procedimento, as informações fluirão de maneira notável.

Todo o processo de coleta e análise dos dados envolveu o preparo da pesquisadora, na construção de uma base investigativa e discussões com a orientadora para que uma linha de questões e reflexões fosse trabalhada.

5.3 Análise dos dados

A tarefa de análise de dados implica a organização e compreensão de todo material coletado. Para Lüdke & André (1986), os procedimentos de análise de dados tratam de um preparo inicial do material coletado, dividindo-o em partes ou categorias, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento, essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado, mais profundo. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações.

Além disso, as autoras consideram que a análise dos dados não deve ocorrer somente após toda a coleta de dados, mas deve estar presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e formal após o encerramento da coleta das informações. Durante a pesquisa, desde seu início, deve ser realizado um contínuo estudo, verificando a pertinência dos dados selecionados frente às características específicas da situação estudada. Assim, decisões são feitas sobre áreas que devem ser mais enfatizadas e aquelas que serão irrelevantes. Esta análise constante ocorre a partir de confrontos com princípios teóricos do estudo e com a ajuda do que vai sendo “aprendido” durante a pesquisa.

Neste estudo, utilizamos como método de análise dos dados, a dialética. Método aqui, compreendido como teoria, como referencial teórico. Isso significa dizer que a dialética é entendida como uma forma de conceber a realidade: a compreensão dialética dos fatos é “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1988, p. 8). Esta concepção se fundamenta na idéia de que a natureza é um todo complexo e auto-organizado e constitui-se a partir da movimentação e interação das partes, estabelecendo leis próprias de realização (LOUREIRO, 2007). Segundo o mesmo autor, Marx acreditava que as essências humana e natural ao são distintas e coexistem dialeticamente na natureza. Realizamo-nos a partir desta unidade, a qual atribuímos significados, em diversas mediações, em nosso contínuo movimento de criação (*poiesis*).

Assim, cultura e natureza não são encaradas como opostas, já que os processos passam a ser interpretados como ocorrências históricas e os problemas, advindos de

formas específicas de organização da vida social e não de características imutáveis, determinadas, intrínsecas e lineares.

Aqui, o caos e a contradição não são enfrentados como problemas, mas como fatores constitutivos da realidade complexa. Segundo Loureiro (2007, p. 40) “(...) na contradição existem os antagonismos constituídos nas relações sociais, a complementaridade imamente e interpolação, ou seja, a definição de um no outro sem que o um seja o outro ou idêntico ao outro”. Desta forma, a dialética admite a convivência de pólos contraditórios na mesma totalidade.

Esta concepção leva a visão de que a realidade tal como está é um produto histórico em que as fases mais recentes possuem características novas, mas estas não são exclusivas, ou seja, a atualidade é formada por fatores que permanecem da fase anterior, além dos novos. A realidade não é um presente puro, mas guarda características históricas anteriores, e sua conformação se dá num processo de superação por incorporação da fase anterior. Konder (1988), ao abordar a questão da “superação dialética”, remete a expressão à interpretação de Hegel (1770- 831), e ao significado “triplo” dado pelo pensador à palavra “suspender”, sinônima à expressão: “a superação dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior” (KONDER, 1988, p. 26).

Demo (1987) esclarece a colocação e diz que na superação dialética deve predominar na nova fase o novo sobre o velho, no entanto,

o novo tem origem no velho, porquanto a contradição que ocasionou a superação já foi gerada no seio da fase anterior. Não existe o salto mortal histórico que não seja gerado na fase anterior, bem como não existe o *salto histórico*, no sentido de que o novo seja qualitativamente diferente do anterior (p. 87).

Assim, por meio do método dialético, busca-se captar o que é realmente importante para o pensamento marxista: as leis dos fenômenos estudados, os detalhes das articulações dos problemas, as evoluções dos fatos e as conexões estabelecidas entre os fatores que envolvem o objeto de estudo (TOZONI-REIS, 2004). Esta compreensão abarca não só o movimento da realidade e sua contraditoriedade, mas também os homens e as relações desempenhadas entre eles, rompendo com a fragmentação entre sujeito e objeto, e dando conta de um universo desdenhado pela ciência positivista.

Desta forma, a dimensão qualitativa, na perspectivada dialética marxista, compreende o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior aos

sujeitos e a forma desses sujeitos representarem o mundo que constitui a vivência das relações objetivas pelos autores sociais, lhe atribuindo significados. Portanto, a abordagem qualitativa sob a visão da dialética, conforme Sartre (*apud* MINAYO, 1996) não reduz as informações à superficialidade, ultrapassa este limite. Isto porque lidamos com a realidade social que é “complexa e totalizante, conflituosa e dinâmica, transbordando a possibilidade de codificação, de classificação, e de definição, de teste, etc”, características por demais superficiais para retratar a sociedade (DEMO, 1987, p. 99).

Numa visão em que se leva em conta a interação de múltiplos fatores na determinação da realidade, a lógica formal não consegue captar a realidade, “amarra o pensamento, impedindo-lhe o movimento necessário para compreensão das coisas”. (TOZONI-REIS, 2004, p. 15). No entanto, toda a lógica da ciência e indo mais além, a maneira de conceber a própria realidade até os dias de hoje, tem se baseado, de maneira geral, numa lógica unilateral, linear e fragmentária, características da metafísica, linha de pensamento em que o ser é imutável e a mudança, um fenômeno de superfície, (KONDER, 1988), pensamento que, ao longo da história, se sobressaiu à dialética:

(...) a metafísica prevaleceu, ao longo da história, porque correspondia, nas sociedades divididas em classes, aos interesses das classes dominantes, sempre preocupadas em organizar duradouramente o que já está funcionando, sempre interessadas em “amarrar” bem tanto os valores e conceitos como as instituições existentes, para impedir que os homens cedam à tentação de querer mudar o regime social vigente (KONDER, 1988, p. 9).

Neste sentido, a dialética não foi apenas “esquecida”, mas reprimida, já que a sua abordagem não interessava às classes dominantes, demonstrando mais uma vez como a realidade é um produto histórico e político, movido por ideais, interesses e luta de poderes.

Por meio desta repressão, a dialética permaneceu encoberta por algum tempo, e a metafísica, a lógica, assim como é pensada na ciência ocidental, passa a ser vista como algo “supra-histórico” e “supra-espacial”, esquema adequado para “ordenar qualquer realidade”, no passado, presente e futuro (DEMO, 1987), apesar de o fazer focalizando apenas alguns aspectos da realidade (aqueles mensuráveis matematicamente e, portanto, estáticos), em detrimento dos outros. Segundo Konder (1988), a metafísica possibilitou que a ciência se desenvolvesse nos aspectos estáveis da realidade, mas dificultou o desenvolvimento dos aspectos mais dinâmicos e instáveis, legando-os à superficialidade.

Aqui, levamos em consideração que a dialética também, assim como qualquer objetivação humana, é produto de determinado momento histórico. Contudo, justamente por se reconhecer determinada historicamente, é um esquema de entendimento da realidade que leva em consideração as

(...) estruturas da dinâmica social, não da estática. Não é, pois, instrumental de resfriamento e da história, tornando-a mera repetição estanque de esquemas rígidos e já não reconhecendo conteúdos variados e novos, mas um instrumental que exalta o dinamismo dos conteúdos novos, mesmo que se reconheça não haver o novo total (DEMO, 1987, p. 91).

Sendo assim, a dialética busca o entendimento dos fatos em seu processo histórico, pelo qual foram conformados, pois, apesar de a história ser real, é condicionada. Então, dá destaque às estruturas que detêm o processo histórico “e nas contradições o preservam, de tal sorte que o permanente é a provisoriidade dos conteúdos fásicos” (DEMO, 1987, p. 98). Assim, a partir da materialidade histórica da vida dos homens, busca-se distinguir, por meio do movimento do pensamento, as leis fundamentais de organização da sociedade, ao longo da história da humanidade.

O estudo em questão apenas leva em conta um recorte de todo o contexto, uma dimensão do todo que é a realidade. Desta maneira, é necessário considerar a totalidade da história da comunidade estudada, já que a dimensão abordada no estudo só tem sentido na constituição daquela realidade.

Neste sentido, este projeto toma como base a dialética, para identificar os fatos mais marcantes ocorridos na história da comunidade da Prainha Branca, de acordo com os próprios moradores locais; interpretar o que pensam os moradores da comunidade e os propositores de projetos; e analisar como a conexão entre estes pensamentos e fatos repercutem na organização da comunidade ao longo do tempo e na atualidade. Assim, os dados serão organizados por meio de sínteses inicialmente mais abrangentes e por vezes bastante abstratas, que ao serem analisadas resultarão em categorias mais precisas e simples. A partir destas categorias, far-se-á uma “viagem de volta”, buscando a “totalidade rica em determinações” (KONDER, 1988, p. 44), pretendendo buscar uma compreensão mais profunda dos fatores estudados naquela realidade, um entendimento dialético da realidade constituída.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 A divulgação do projeto e reuniões iniciais na comunidade

O projeto foi iniciado com visitas realizadas de casa em casa. Em todas as visitas pedia licença ao morador que estivesse presente, me apresentava e pedia alguns minutos de sua atenção para explicar um projeto que estava se iniciando. Nessas oportunidades apresentaria o Projeto, explicando seus princípios, objetivos e metas, enfim, apresentava um delineamento geral da proposta de estudo coletivo do ambiente na comunidade. Além disso, deixava claro ao morador que a primeira iniciativa era formar um grupo de trabalho, em que os moradores teriam espaço e voz para colocarem suas opiniões e assim, num ambiente de trabalho coletivo, dar encaminhamento a soluções de enfrentamento dos problemas identificados por eles. Esclareci que o projeto tinha princípios e metas a seguir, mas que os pontos a serem tratados partiriam justamente deles, moradores locais, maiores conhecedores da realidade da Prainha Branca.

Nestas visitas, muitos membros da comunidade colocavam seu ponto de vista em relação aos problemas internos, contavam sobre acontecimentos locais e levantavam questões a serem discutidas, que julgavam importantes. Em cada uma das visitas, dias e horários foram levantados, de maneira que a reunião do grupo ocorresse em ocasião adequada ao maior número de pessoas possível.

Muitos moradores gostaram e incentivaram a iniciativa, comprometendo-se a participar, pois justificavam que a comunidade precisava abrir um canal de comunicação entre seus moradores para fortalecer as relações internas, muito estremecidas pelo conflito causado pela proibição do “camping” no vilarejo. Assim, desde a primeira visita realizada ao local pude identificar na fala dos moradores os conflitos presentes no local eram fortemente vivenciados pela comunidade. Sem exceção, todos os moradores mencionaram acontecimentos relacionados ao problema do “camping”. Alguns moradores, porém, deixaram claro que não gostariam de participar de atividades que envolvessem outras pessoas da comunidade, alegando que o trabalho coletivo era impossível. Alguns diziam ter medo, outros, desconfiança e outros ainda, não quiseram justificar suas posições. Neste mesmo sentido, alguns moradores comentaram sobre alguns projetos que haviam passado pelo local com propostas e promessas, mas nenhuma ação que trouxesse benefício à comunidade.

Outro acontecimento marcante ocorreu em uma das visitas iniciais, em que me encontrei com dois representantes da Sociedade Amigos da Prainha Branca. Da mesma maneira, apresentei-me e expliquei o projeto, porém durante a conversa comentaram que qualquer atividade que eu quisesse desenvolver ali, deveria ter o aval da Promotora Pública, pois ela deveria ser informada a respeito de qualquer atividade que viesse a ser desenvolvida ali. Argumentei que não entendia a razão disso, pois nossas ações resultariam de acordos democráticos entre os membros da comunidade. Reconheci a atividade de “camping” como um problema que envolvia a todos, mas afirmei que ficava além da capacidade de um projeto desta natureza tentar resolver um problema que já estava em esferas superiores do Poder Público. Por outro lado, se isso fosse colocado em nossos grupos de trabalho, certamente seria discutido, mas não seria nosso principal objetivo. Deveríamos buscar a integração da comunidade, porém buscando os interesses comuns. Esclareci também que estava passando de casa em casa, que realmente ouvia diversas opiniões, mas que eu não me posicionaria neste sentido, uma vez que o objetivo do Projeto era trabalhar com a comunidade, em favor de sua integração. Eles insistiram para que eu conversasse com o advogado da Associação, que sabendo dos últimos acontecimentos da comunidade e também atuando como representante de uma importante ONG ambientalista da Baixada Santista, poderia me dar melhores orientações.

Marquei uma conversa com o advogado, em que apresentei o projeto. Assim, o projeto chegou até as mãos da Promotoria de Justiça de Guarujá que o “liberou”, com a ressalva de que não deveríamos tratar a questão do “camping” em nossas discussões coletivas. Desta forma, dei continuidade às visitas, avisando os moradores e ao final destas, concluí que as reuniões ocorreriam aos sábados pela tarde.

Logo na primeira reunião, tive dificuldade para abrir a sede o clube, espaço em que nos reuniríamos. A moradora responsável com quem havia combinado não estava, portanto, busquei outros moradores e finalmente consegui abrir a sede. Organizei o espaço com cadeiras em círculo e enquanto esperava os moradores interessados, montei o cartaz com 25 fotos da Prainha Branca com a ajuda uma pessoa. O cartaz tinha como objetivo mostrar o meu olhar sobre o local onde eles moravam, e desta forma, explicar a eles que o projeto visava captar o olhar deles, que conheciam muito melhor o local.

A reunião contou com a presença de 10 pessoas, dentre elas, 8 moradores da comunidade. Quando todos estavam presentes, em linguagem simples, apresentei o Projeto, explicando seus princípios, objetivos e metas, enfim, apresentei um

delineamento geral da proposta de estudo coletivo do ambiente na comunidade: no início e de forma coletiva, coletaríamos dados sobre a comunidade, fazendo um mapeamento ambiental.

Discutimos sobre a investigação coletiva e começamos a levantar opiniões e observações dos moradores locais, de maneira que expressassem a leitura do ambiente em que vivem, seguindo as orientações da técnica do **mapeamento ambiental** proposta por Meyer (1991). O mapeamento ambiental, como metodologia educativa e investigativa, é um levantamento e registro da situação sócio-ambiental da comunidade em diversos aspectos: 1-saneamento (água, esgoto, lixo), 2- transporte, 3-moradia, 4- flora e fauna, 5- recursos hídricos, 6- comércio, 7- organização social do trabalho, 8- serviços da saúde, 9- patrimônio histórico, 10- hábitos alimentares e 11- crenças. Com base nesse roteiro, a meta é realizar um levantamento das relações sociais estabelecidas no ambiente em que vive a comunidade.

Tínhamos a expectativa de que, ao tomar essa metodologia como referência poderíamos identificar mais detalhada e significativamente o ambiente onde vivem os sujeitos participantes do projeto, contribuindo também para que o resultado do mapeamento ambiental, posteriormente discutido, aprofundasse a compreensão coletiva do modelo de desenvolvimento da comunidade, pela discussão das origens e conseqüências dos problemas vividos pelos seus moradores. Desta forma, segundo Meyer (1991), os problemas ambientais poderiam ser tratados não mais de forma autônoma, sem sujeito social, mas compreendidos como produto das formas de organização da sociedade, no seio de uma cultura, considerados seus contexto sócio-histórico.

O mapeamento ambiental, portanto, é uma proposta metodológica capaz de gerar um processo interdisciplinar de ação educativa ambiental, de modo a promover a integração do conhecimento e a transformação social, por meio de uma aprendizagem global e não fragmentada, como a proposta libertadora de Paulo Freire (1985). Educadores-pesquisadores-educandos e educandos-pesquisadores-educadores, desta forma, mergulham na vida da comunidade buscando resgatar conhecimentos e experiências, que muitas vezes não são percebidos por todos em nossa ação cotidiana. Lembremos que estamos acostumados a não observar nosso ambiente, a percorrer o mesmo trajeto várias vezes sem notar as alterações contínuas do nosso entorno. Como resultado deste mapeamento gera-se um “inventário” da vida comunitária no ambiente, ponto de partida para o estudo. A partir deste, o grupo comunitário deve desenvolver

suas próprias teorias e soluções sobre si mesma, trazendo para a consciência a sua realidade social, fazendo uma revisão crítica do seu cotidiano.

Desta forma, o mapeamento ambiental pode ser considerado técnica adequada para a pesquisa-ação-participativa, pois ambos pautam-se pela participação radical dos sujeitos, pesquisadores comunitários e pesquisadores acadêmicos, empenhados no trabalho comum. A investigação coletiva deveria resultar num inventário que seria posteriormente discutido e analisado por todos os pesquisadores. A partir deste trabalho em conjunto, levantaríamos as principais questões e problemáticas, aquelas que os membros julgassem mais significativas para trabalharmos de forma mais específica, buscando soluções coletivas, em ações.

Durante as reuniões, deixei claro também que seria um trabalho de toda a comunidade, e assim, não nos posicionaríamos a favor ou contra nenhum grupo já formado ali. Deveríamos trabalhar como um grupo integrado, onde todos teriam direito de falar, opinar, decidir para o bem de toda a comunidade.

No entanto, apesar do meu discurso apontar para a não criação de facções, a favor de uma comunidade unida, as falas dos participantes indicavam outro sentido. Ficava muito clara ali, a divisão da comunidade em dois grupos.

No momento em que eu sentia alguma tensão, interferia na fala dos participantes, explicando que eu entendia perfeitamente a situação que estavam vivendo, a dificuldade em conseguir novos caminhos, porém ficaria longe das nossas possibilidades trabalhar as questões sobre “camping”, uma vez que qualquer decisão sobre este estava a cargo da Promotoria Pública e instâncias superiores. Desta forma, ficou claro na conversa que não tínhamos pretensão de mexer numa questão tão controversa e polêmica, já que a Promotoria Pública teria que acompanhar o desenvolvimento do projeto.

Tentei mostrar aos participantes que existiam muitas questões de interesse a todos da comunidade, que haviam ficado esquecidas e que não eram discutidas, devido aqueles conflitos gerados pela existência ou não do “camping”. Ainda assim, as falas dos participantes se voltavam para a mesma questão. O conflito, vivido entre os moradores que apoiavam o “camping” como atividade e aqueles que não apoiavam, era muito nítido. As acusações eram intermináveis, mal conseguíamos dar continuidade às questões referentes ao projeto.

Nas reuniões que se seguiram o cenário não foi muito diferente, embora em algumas ocasiões houvesse trégua. Um início de mapeamento foi rascunhado durante

uma das reuniões. Os moradores optaram por falar sobre a ausência de saneamento básico na comunidade, problema que os afligia. A água utilizada pelos moradores provém das minas e a partir destas existem encanamentos próprios de cada moradia. Porém, devido à perda na distribuição (encanamento antigo), a comunidade, em mutirões, construiu um novo encanamento, a partir da cachoeira localizada na Prainha. A cachoeira atualmente está restrita ao uso de apenas um proprietário: um ex-deputado, de muita influência política. Ele possui uma mansão na Prainha, e o terreno foi conseguido inicialmente através da compra de uma das casas localizadas ali. O restante dos moradores foi praticamente expulso do local. Construiu a mansão e também a única via de acesso até a praia, estrada pavimentada, que é utilizada pela comunidade apenas em caso de emergências, (ambulâncias, por exemplo) e também pelo poder público (Prefeitura, fiscalização, etc.). A vegetação que se localizava ao redor da casa e ao longo da via de acesso foi descaracterizada, substituída por pinheiros e eucaliptos. Assim como ele se apropriou do local, descaracterizando-o, também se apropriou da cachoeira, bem público que não poderia estar restrito ao uso de uma propriedade particular. Desta maneira, mesmo que os moradores já tenham construído todo o encanamento, que seria abastecido por esta cachoeira, eles até hoje não podem se utilizar da água, já que o “proprietário” assim o proibiu.

Estes graves problemas foram levantados pelos moradores durante uma das reuniões, a maioria das pessoas conhecia toda a situação e todas pareciam não se conformar com isso. Para um dos participantes, este foi um caso que ficou esquecido e que deveria voltar à discussão de todos. Desta forma, se comprometeu a tentar novo contato com o político, pois era um pouco mais próximo dele: disse acreditar em boas notícias e que as traria na reunião seguinte.

Por um momento na reunião essa conversa trouxe vida a assuntos importantes e esquecidos, despertando nos moradores a vontade de engajarem-se na busca de soluções, apoderando-se da realidade e tentando modificá-la para o bem comum.

A esta altura fui informada, por uma moradora local, que algumas pessoas estavam “contra mim”. Houve rumores na comunidade de que eu estaria “macomunada” com a Sociedade de Amigos da Prainha e com a Promotoria do Guarujá na questão do “camping” e, por causa disso, muitas pessoas deixaram de ir às reuniões. Contudo, insisti em marcar novos encontros.

Por muitas vezes e durante muitas reuniões tentava esclarecer aos participantes que, apesar de eu saber que o “camping” era uma questão central para alguns deles,

poderíamos trabalhar questões que indiretamente se referiam a isso, buscando alternativas para a comunidade, na busca de melhoria de renda para as famílias. Após o levantamento dos dados (mapeamento ambiental), seria mais fácil identificá-las. Também tentei esclarecer que, apesar de cada um deles ter uma posição em relação à questão do “camping”, e que dificilmente mudariam suas opiniões, para desenvolvermos o Projeto e buscarmos melhorias para a comunidade, precisaríamos trabalhar como um Grupo.

Ao longo do tempo a participação dos moradores foi se modificando. Duas pessoas estiveram sempre interessadas, no entanto, apenas uma delas era moradora. As pessoas presentes em uma reunião, na maior parte das vezes, não compareciam à reunião seguinte, e novos participantes apareciam a cada encontro, o que dificultava a continuidade do processo, já que precisávamos retomar assuntos, metodologia e até objetivos do Projeto.

Com o tempo (ocorreram oito reuniões no total), o número de participantes diminuiu bastante. Assim, devido aos problemas já mencionados, viu-se a necessidade de re-delineamento da proposta do Projeto, o que culminou em um estudo sobre a participação dos moradores da comunidade nos projetos desenvolvidos da região, no sentido de compreender a atuação destes na configuração da realidade em que vivem.

6.2 3.2. A Pesquisa Alternativa: Analisando o envolvimento dos Moradores da Prainha Branca

Dada a impossibilidade de pesquisa e produção coletiva de conhecimento, por meio da pesquisa-ação-participativa, a proposta do projeto voltou-se para a análise do envolvimento dos sujeitos sociais nos projetos já desenvolvidos na comunidade. Este estudo, a partir dos dados coletados, considera o diálogo entre os saberes popular e o acadêmico, para analisar o contexto comunitário e as múltiplas determinações que configuram aquela realidade. O envolvimento dos sujeitos é aqui analisado em meio a esta totalidade em que se insere a comunidade da Prainha Branca, sua história, sua organização, seus conflitos e seu futuro.

Os processos participativos movem populações em direção à tomada de consciência e condução de seu destino, se os sujeitos buscarem aprofundar o conhecimento de si em suas relações com o meio que os envolvem e trabalhar coletivamente pela emancipação da comunidade. “Saber “ler” a realidade com

suficiente espírito crítico, duvidar, perguntar e também argumentar” é fundamental para que a comunidade coloque “em xeque a história de exploração e desvende alternativas de futuro” (DEMO, 2004, p. 66). Neste sentido, este projeto analisa o envolvimento dos membros da comunidade da Prainha Branca nas atividades desenvolvidas no local, como se dá o exercício da cidadania comunitária, o engajamento das Associações de moradores e os fatores que limitam estes processos, de modo a elucidar os aspectos que envolvem esta dinâmica e a potencialidade desta população de construir sua própria história.

6.3 Compreendendo os projetos desenvolvidos no local

Após o re-delineamento da proposta do trabalho, os projetos desenvolvidos na comunidade passaram a ser alvo de nosso estudo, focalizando tanto os proponentes de projetos, como a comunidade influenciada. Alguns dos projetos já eram de meu conhecimento, e os demais, foram selecionados a partir das entrevistas, pois tanto os proponentes de projeto quanto os moradores eram questionados a respeito de outros projetos já desenvolvidos na comunidade.

A seguir dediquei um espaço para uma breve descrição dos projetos, sob a ótica dos proponentes. Por vezes, as falas dos entrevistados foram editadas para se encaixarem ao contexto estudado, no entanto, não foram modificadas, são citações *ipsis lliteris*.

6.3.1 O que dizem os proponentes sobre os projetos

- Projeto “Caminhos da Mata”, Secretaria Municipal de Ambiente, Guarujá

Caminhos da Mata é um projeto educativo desenvolvido desde 2005, cuja proposta é possibilitar que jovens das escolas Públicas do Guarujá conheçam melhor a cidade onde moram. Segundo o professor entrevistado (proponente 1), responsável pelo projeto, existem 24 roteiros e a Prainha Branca é um deles. A turma é levada até o local, onde fazem a trilha, passeiam na praia e, ao final, tomam banho de mar. O professor comenta que muitas crianças que participam, freqüentemente não conhecem nada além do bairro onde moram e isso limita a sua percepção do mundo:

“Você tem que entender o mundo que você mora, dentro da sua casa, ao redor da onde você mora, o seu bairro, a cidade onde você mora, o país onde mora e assim sucessivamente, para você ter uma visão global das coisas”.

Além disso, nos passeios as crianças conhecem um pouco de história do local, além de conteúdos de geografia e biologia, aprendidos por meio da atividade de campo. O professor comenta que o enfoque maior do projeto é a educação ambiental, que trata da responsabilidade de cada um para com os problemas da atualidade:

“(...) trabalhar questões como aquecimento global, economia de energia, uso racional de água, poluição atmosférica e (...) como você, criança, adolescente, adulto, jovem está inserido nesta questão, porque você é parte disso. Isso não é um problema que é dos outros, é um problema que é seu”.

A comunidade da Prainha, segundo o entrevistado, não impõe restrições ao trabalho, atende o público bem nos comércios locais, quando a visita é realizada na Prainha Branca, no entanto, esta é a única participação dos moradores no que se refere ao Projeto Caminhos da Mata.

- Projeto PARACOM, Instituto Caá-Oby, Sócio-ambiental

O Projeto PARACOM é um projeto educativo que consiste em aulas e palestras oferecidas para a sociedade em geral, e nesta etapa, ele se realizou na Prainha Branca, local onde já havia uma demanda, mas que havia sido reprimida por causa dos conflitos internos. Foram entrevistadas duas pessoas responsáveis pelo curso (proponentes 2 e 3).

O curso foi oferecido em quatro finais de semana e contou com aulas sobre direito, cidadania, zoonoses, saúde pública, segurança alimentar, biologia e geologia aplicadas ao local. O instituto proponente ofereceu materiais para as aulas teóricas, lanches nos intervalos das aulas e contaram com 34 inscrições antecipadas.

Segundo o proponente 2, o objetivo do curso era gerar maior coesão social no grupo,

“tentar criar um capital social melhor (...). Uma série de matérias que trazem, agregam informação suficiente para que as pessoas, se quiserem, passem a mudar alguns aspectos da vida naquele exato momento. Então a idéia é melhorar esta quantidade de conhecimentos que eles têm para que eles possam de fato transformar, ou brigar com mais armas.”

Um dos proponentes do curso é advogado representante da Associação de Amigos da Prainha Branca, desta forma, conhecedor dos problemas e “rachas” locais. Assim, os dois proponentes trabalharam a divulgação de maneira a esclarecer para a comunidade que o curso era direcionado à comunidade como um todo, sem vínculos partidários e acreditavam ter atingido este objetivo. No entanto, no dia da entrevista, um dia antes do início do curso, estavam receosos com o que poderia acontecer durante as aulas, temendo que os moradores entrassem em conflito.

Os dois responsáveis comentam também que este não é o primeiro projeto planejado para o local. Segundo eles, o Instituto/ONG Caá-Oby já esteve vinculado às Universidades Públicas UNESP de São Vicente e UNIFESP de Santos e à Prefeitura do Guarujá, no intuito de desenvolver um projeto de “Estudo da Capacidade Suporte” do local. O objetivo de desenvolver este projeto seria levantar o potencial do local, calcular o número de pessoas adequado para frequentá-lo, a frequência de visitas, quais

atividades poderiam ser desenvolvidas, de maneira a minimizar impactos sócio-ambientais no local, focando principalmente o turismo ecológico e de aventura.

No entanto o projeto não foi implementado porque o apoio financeiro garantido pela Prefeitura guarujaense foi negado e, além disso, houve boicote por parte de alguns moradores da comunidade, que se vincularam a uma Universidade particular do Guarujá e apresentaram um projeto com o “mesmo estudo”, porém com interesses diferentes: o estudo vinha para legitimar novas e maiores construções, alegando um “potencial turístico enorme” (proponente 2).

Segundo ele, o estudo proposto pela ONG pretendia mobilizar os moradores da comunidade à participação nas atividades organizadas pelo projeto:

“(...) você parte que isso ia ser uma coisa que ia ser encaminhado para que o grosso da comunidade participasse, uma atividade para boa parte da comunidade. Quem bateu de frente? Meia dúzia de pessoas que têm “camping” e que quer transformar seus “camping”s em hotéis (...). Então você vê como a coisa é de raiz. O cara sentiu o sabor do dinheiro e ganhou quarenta mil reais num mês, num verão fatídico, viu que era fácil ganhar e quer ganhar mais e esta pouco ligando para a comunidade”.

Os dois proponentes ainda comentam sobre outros projetos conhecidos por eles que eram desenvolvidos no local. Um dos projetos citados não foi estudado, mas eles fazem uma breve descrição: trata-se de um mapeamento dos olhos d’água da região [nascentes], com financiamento da Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), desenvolvido por oceanógrafo morador do Guarujá.

- Projeto de arte com crianças

Também citado pelos proponentes do Projeto PARACOM, este projeto artístico é realizado por um artista plástico, morador de Vicente de Carvalho, Guarujá, que tem o objetivo de trabalhar com as crianças da comunidade local. Conversei com o proponente do projeto (proponente 4) em conversa informal e ele me explicou que as ensina a trabalhar com resina e a confeccionarem enfeites, chaveiros, pequenos objetos em geral que poderão ser vendidos aos turistas, principalmente nos feriados e temporada, de maneira que a renda possa ajudar em suas casas. A iniciativa é do próprio artista plástico e os materiais para elaboração dos objetos são comprados por ele mesmo.

Além disso, o artista é bastante conhecido no local e aproveita sua influência para mobilizar as crianças, organizando campeonatos de surf ou quaisquer outras atividades esportivas e culturais, aos finais de semana.

- Estudo sobre conflitos sócio-ambientais da Prainha Branca

Estudo realizado por estudante de “Agronomia marítima”, residente na França (proponente 5), que objetiva realizar uma abordagem histórica dos conflitos sócio-ambientais da região. O estudo da área de gerenciamento costeiro foi sugerido pelo orientador no Brasil, professor da UNESP de São Vicente. A estudante estava ainda iniciando suas entrevistas no local, no entanto, explicou que pretendia realizar uma abordagem dos conflitos relacionando-os

“(...) com o meio ambiente e todas as irregularidades, problemas de terra, posse e propriedade, porque entra também no gerenciamento”.

A estudante chegou à comunidade por meio de um dos representantes da Sociedade de amigos da Prainha Branca e até aquele momento não havia sentido qualquer dificuldade imposta pela população (o que a atrapalhava era apenas a língua).

- Projeto “Gente de Fibra”, Fundo Social de Solidariedade

O projeto que lida com artesanato foi coordenado por duas assistentes sociais (proponentes 6 e 7) do Fundo Social Municipal de Solidariedade (Guarujá), ação que fez parte de um trabalho mais amplo, de desenvolvimento de núcleos de geração de renda, dentro das comunidades. As duas profissionais foram entrevistadas, em momentos diferentes. O trabalho buscava resgatar características da cultura caiçara do município e vinculá-las a atividades de geração de renda. Na comunidade da Prainha Branca isso foi realizado por meio de conversas com a população, que se declarou interessada pelo projeto, e de forma coletiva, comunidade e profissionais, decidiram que trabalhariam com o artesanato da fibra de bananeira.

“Aí nós começamos a conversar com eles sobre essa questão da identidade, como é que era o artesanato antigamente, com o que eles mexiam, e aí surgiu esta história da fibra da bananeira e tudo mais...” (proponente 6).

O projeto contou com o apoio das duas assistentes sociais, uma artesã parceira que ia com elas aos encontros semanais e, inicialmente, a ajuda de outra artesã moradora da comunidade, uma senhora indígena com grande potencial artístico. Estabeleceu-se uma parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Guarujá e, inicialmente, o SEBRAE também esteve envolvido.

Os materiais de consumo e os instrumentos (teares) utilizados para a produção provinham do Fundo Social de Solidariedade. A população foi responsável pela coleta

da bananeira, que conforme a proponente 7 é um recurso natural abundante na região e não haveria degradação ambiental. Além disso, o custo das demais matérias-primas utilizadas na artesanaria, como o cloro, também era bem baixo, e a peça final confeccionada possuía valor interessante.

No início o grupo contou com bastante participação das mulheres da comunidade, que chegaram a produzir belas peças de artesanato, no entanto, o trabalho não teve continuidade, pois como expõe a proponente 6:

“começamos a esbarrar em alguns problemas (...) era muito trabalhoso trabalhar a fibra da bananeira, então isso ia desanimando mesmo, porque assim acabava ficando para as próprias artesãs fazer a coleta da bananeira (...), pegar o caule, tratar o caule, fazer um monte de coisas e ainda por cima fazer o material final. Então, não dava...”

As duas profissionais acreditam que houve diversos problemas quando da realização do projeto, inclusive uma falha das próprias profissionais em mobilizar e atrair a parcela masculina da comunidade para dar assistência às mulheres nos trabalhos mais pesados. Além disso, houve outros problemas: ausência de local para trabalhar, armazenar a fibra e guardar os produtos acabados, restando apenas locais muito úmidos, o que resultou em perda de matéria-prima; isolamento da comunidade, o que dificultou tanto a inserção dos produtos feitos no mercado (apesar de terem feito coisas “bastante interessantes”) quanto o acesso das profissionais ao local de trabalho; e ainda, o conflito interno, que dividia a população e que causou desmobilização do grupo:

“Aí quando falo que a comunidade também acabou contribuindo neste processo de paralisação do trabalho, foi por conta disso, porque assim nem a própria comunidade conseguiu se sensibilizar e perceber que aquilo poderia ser uma fonte de renda para a comunidade inteira” (proponente 6).

“Acho que falta infra-estrutura e visão. Visão, entendeu? Por que eles tinham aquele clube lá, e não deixavam entrar. Manter a porta do clube fechado com só uma pessoa tendo a chave e que mora do outro lado da ilha? É um absurdo! E a própria comunidade não enfrentava isso” (proponente 7).

Além disso, houve problemas relacionados ao cumprimento das atividades planejadas pelas instituições envolvidas: o SEBRAE não chegou a realizar os cursos de empreendedorismo, pois não possuía técnico que fosse até o local; e o Fundo Social de Solidariedade não enviou todos os materiais e ferramentas de trabalho prometidas.

Apesar de todos os problemas enfrentados, algumas mulheres da comunidade (número que variava entre 4 a 8) continuaram se reunindo por um tempo para

desenvolverem a atividade, até que o grupo parou de se encontrar e as assistentes sociais pararam de ir até o local.

- Projeto Agenda 21 Municipal

A proponente 6 comenta que pretende voltar a desenvolver trabalhos na comunidade, mas de maneira bem diversa. Atualmente ela trabalha na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e é responsável pela implantação da Agenda 21 Municipal, iniciativa do próprio Poder público. Segundo a proponente 6, a partir deste projeto foi formado um Fórum Municipal que coordenará as discussões dentro das comunidades. Desta forma, planejam um novo projeto educacional participativo que abrangerá a comunidade da Prainha Branca. Desta vez, conhecendo o conflito vivido na região, tentarão uma estratégia para mobilizar os moradores, através do trabalho com as crianças:

“E aí, a partir delas fazer todo o diagnóstico da comunidade, verificar quais as prioridades, porque através delas nós podemos chegar até os adultos. A gente tem que fazer o levantamento sócio ambiental de lá, o diagnóstico na agenda 21, (...), então estamos pensando em uma saída assim...”

- Projeto “Estrada Parque Serra do Guararu”, SOS Mata Atlântica e Iporanga

Este projeto educacional e também voltado ao turismo foi desenvolvido por meio de uma parceria entre a ONG SOS Mata Atlântica e a Sociedade de Amigos do Sítio Iporanga (SASIP), condomínio vizinho à Prainha. O projeto teve a comunidade da Prainha Branca como um dos públicos-alvo, mas não era seu único foco. No projeto estiveram envolvidos um biólogo da SASIP que foi entrevistado (proponente 8) e diversos voluntários, do Grupo de Voluntariado da ONG, cujo responsável também foi entrevistado (proponente 9).

Neste trabalho, as partes envolvidas na gestão do projeto tiveram diferentes funções. O proponente 8 nos explicou que a SASIP atuou como financiadora, administrando também a área de logística e pouco participou da execução do projeto.

“A gente trabalhou mais no “back ground”, um financiador que estava dando algum norte para as coisas, mas que não metia a mão na massa. A minha participação é muito mais nos bastidores, de definição de projeto, alguma coisa...”

O grupo de voluntariado coordenado por um profissional, representante da ONG ambientalista, atuou diretamente, interagindo com a população local. O projeto tinha

como objetivo colaborar com o desenvolvimento sustentável da comunidade, trabalhando com os moradores e suas lideranças, para o fortalecimento comunitário. Inicialmente foi realizado um diagnóstico sócio-ambiental da região e a partir de então, foram realizadas conversas com a população para identificação dos problemas reais enfrentados por eles, por meio da metodologia do modelo colaborativo. Apesar de o projeto ter em seu nome “Estrada Parque”, o proponente 8 diz que o trabalho realizado neste sentido foi ínfimo, apenas uma maquiagem (o portal, pontos de ônibus, “banners” localizados na estrada de acesso à região). A maior parte do projeto foi realmente desenvolvida com a comunidade, em conversas e reuniões, oficinas de educação ambiental, de artesanato, curso de arrais (condução de embarcações), palestra sobre sexualidade, oficinas sobre lixo, sobre como buscar recursos. Houve também várias intervenções com os voluntários, plantio de árvores, mutirão de coleta de lixo, etc. O projeto também colaborou, segundo o proponente 9, com a construção da trilha, viabilizando recursos, investindo em mão-de-obra local, mobilizando a comunidade em mutirões e, posteriormente, sinalizando-a.

“O objetivo inicial deste projeto era realmente o desenvolvimento sustentável da região, com modelo participativo e para isso, ia se fazer o resgate da cultura caçara deles, identificar os problemas, para poder fazer eles funcionarem sozinhos. Então, a comunidade ia se auto sustentar, a gente só ia dar os mecanismos para eles fazerem isso. Então, o objetivo era este, transformar a estrada em estrada parque, a segunda do Brasil” (proponente 8)

“O objetivo nosso lá era fortalecer aquela comunidade (...) e todas as capacitações que nós fizemos lá, a gente realizou com intuito de fortalecer as relações entre eles, porque assim a [ONG] tem uma coisa muito clara, não é a [ONG] que vai lá ser protagonista da história, os protagonistas da história vão ser eles, mas a gente sabe muito bem que precisa fortalecer estas relações. E assim, nesta época a sociedade ainda tinha um papel muito ativo” (proponente 9)

Após o trabalho realizado na comunidade, foi criado um centro de Educação Ambiental, localizado no condomínio Iporanga, coordenado por uma parceira da ONG, moradora da comunidade. Apesar disso, o centro logo foi desativado, uma vez que não houve participação e envolvimento da comunidade.

O trabalho se desenvolveu por cerca de quatro anos, entre os anos de 2000 e 2004, em fases com mais atividade e outras menos. Apesar de o projeto contar com o respaldo da ONG, que possui história e um grupo forte, conhecidos nacionalmente, o projeto enfrentou diversos entraves, os quais foram citados pelo proponente 8: o

isolamento físico da comunidade, trazendo dificuldades para as pessoas chegarem; problemas internos da SOS; falta de apoio político municipal; a falta de participação da comunidade, por estar desagregada. Segundo o proponente 9, após a imposição pela Promotoria Pública do Guarujá do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 13/97 que proíbi a atividade de “camping” firmado em 16/08/1999, mas só colocado em vigor a partir do início de 2006, a situação ficou complicada, a população local se desagregou e o projeto acabou se desmanchando em 2006.

Alguns objetivos foram atingidos, segundo o proponente 9, “pegadas foram deixadas”, no entanto, as relações comunitárias não se fortaleceram. Por algum tempo não houve atividades desta ONG na comunidade, muitas vezes por falta de participação, pois segundo o proponente 9, eles fizeram tentativas, mas agendavam reuniões, e quando chegavam até o local, ninguém os esperava. Neste ano de 2008, inclusive, algumas ações, com o apoio do grupo de voluntariado, foram organizadas na região. Em uma ocasião organizaram uma “Campanha da Bituca”, demanda da própria Sociedade de Amigos da Prainha Branca, que mais uma vez contou com o apoio da SASIP e da SOS Mata Atlântica. Foram providenciadas 200 camisetas e mudas de palmito para cada participante. Ao chegar à comunidade, apenas o representante da Sociedade de Bairro os esperava e os únicos participantes do mutirão foram os voluntários que vieram de São Paulo. Além de plantarem as mudas de palmito ao longo da trilha, fizeram plantio de agave em um local desflorestado, e coletaram “bitucas” de cigarro jogadas no chão.

O proponente 9, durante a entrevista comenta que existe o desejo da ONG em desenvolver atividades na comunidade e que enxergavam uma chance num projeto que acabara de iniciar. Contou também que durante seu planejamento, muitas reuniões foram marcadas, e por vezes seguidas, chegaram ao local e não encontraram ninguém. No entanto, conseguiram estruturar uma proposta de capacitação para jovens, com a ajuda de uma moradora, ex-presidente da Sociedade de Amigos da Prainha Branca. Trata-se de um curso para guias turísticos locais, demanda antiga da população. Os encontros iniciais que tiveram como tema a história da comunidade, contaram com a presença de aproximadamente 10 jovens. Os jovens devem também fazer uma viagem para conhecer um projeto bem sucedido, na Ilha do Cardoso e assim, ter a possibilidade de troca de experiências. Uma das proponentes/ professora deste projeto é moradora da comunidade e foi entrevistada. O projeto é descrito a seguir.

Alguns dos projetos da Prainha Branca são desenvolvidos pelos próprios moradores. Assim, aqui descreveremos alguns deles (os mais citados pelos proponentes e moradores), baseados nas entrevistas realizadas com moradores da comunidade, responsáveis por projetos (moradores - proponentes).

- Projeto Guias turísticos locais, SOS Mata Atlântica e Sociedade de Amigos da Prainha Branca

Este projeto educativo está em início de desenvolvimento e conta com o apoio da ONG ambientalista e da Sociedade de Amigos da Prainha. Uma das pessoas responsáveis pelo curso, moradora local foi entrevistada, (proponente-moradora 1). Ela comenta que o projeto já era planejado há algum tempo, e não havia sido implementado devido ao conflito interno vivido pela população.

O projeto partiu de uma demanda local, identificada por meio de um diagnóstico realizado no projeto da ONG anteriormente citado. Além disso, a proponente comenta que era uma situação recorrente grupos de turistas chegarem ao local e pagarem para qualquer menino que ali estava para guiá-los nas trilhas. Desta maneira, o objetivo é formar jovens moradores do local para atender a demanda turística que chega até a Prainha, gerando emprego e renda para a comunidade. Pretende-se estruturar o turismo local e instrumentalizar os jovens moradores da comunidade, para prestar serviço de qualidade ao turista, prezando por sua segurança e pelo bem estar sócio-ambiental da Prainha.

As aulas iniciaram há 2 semanas, partindo do histórico da região e estão planejadas para acontecerem duas vezes por semana. Existe um grupo de 15 jovens participando, dentre eles apenas duas meninas. Os temas abordados serão: receptividade, turismo, educação ambiental, noções sobre Mata Atlântica, primeiros socorros, entre outros.

A proponente-moradora 1 comenta que por meio deste curso eles pretendem resgatar alguns valores importantes, estimulando os jovens a preservar seu local, depredado por turistas, e também sua cultura tradicional:

“É isso aí que a gente quer, na verdade que a molecada se interesse pelo lugar, Porque eu não sou tão velha, mas antigamente a gente já tinha este negócio de gostar do lugar, da mata! Hoje em dia a molecada não vê isso mais. (...) A gente quer trazer essa molecada de volta, porque quando a gente não estiver mais aqui, para que eles lutem tem por isso aqui, como a gente está lutando pelos que deixaram”.

Pretende-se abrir um canal de comunicação entre Guarujá e Bertioga, as duas cidades mais próximas e que trazem o maior número de turistas, e delas com a Sociedade de Amigos da Prainha Branca, possibilitando assim, a organização de grupos guiados por um jovem morador local. As aulas vêm acontecendo sem dificuldades, por enquanto, apesar de a proponente-moradora 1 ter comentado diversas vezes sobre o conflito local e sobre seu medo em relação a ele.

- Aulas de inglês

Outro projeto desenvolvido na comunidade da Prainha Branca, voltado para educação, são as aulas de inglês oferecidas voluntariamente por um morador recentemente instalado na região, buscando preparar o morador local para atender os turistas estrangeiros. As aulas são direcionadas para os moradores em geral, abrangendo os adultos, apesar de o professor (proponente-morador 2) se mostrar mais preocupado com o desenvolvimento das crianças da comunidade. As aulas acontecem na escolinha da Prainha Branca, no entanto, quando da entrevista, o proponente-morador 2 disse que o projeto havia sido interrompido pela Diretoria de Ensino do Guarujá, devido a denúncias, por falta de ofício ou registro.

De qualquer forma, o proponente-morador 2 estava confiante de que conseguiria resolver os problemas para que as aulas retornassem após as férias de julho, contando com o apoio da população local:

“(...) tinha apoio da comunidade, estava sendo feito de uma maneira legal, no meu modo de ver, usando a sala que foi construída pela comunidade da Prainha Branca, ensinando as crianças e as pessoas da Prainha Branca”.

Conforme o proponente, as aulas de inglês são apenas o primeiro passo, já que o professor pretende cursar letras, por meio de um curso a distância. O passo seguinte, assim que as aulas forem liberadas, é ensinar espanhol para os alunos da comunidade.

Além destes projetos descritos, a nossa primeira proposta de intervenção na comunidade, por meio da metodologia de pesquisa-ação-participativa, é representada aqui como mais um projeto. O projeto de Educação Ambiental começou a se configurar em janeiro de 2007 e perdurou até setembro de 2007, entre visitas às casas dos moradores e reuniões com o grupo de trabalho. Desde o início do contato com a população, sentia resistência por parte deles em acreditar em minha boa intenção e comprometimento com a comunidade, mas acreditava que era apenas a fase inicial e com o tempo e dedicação, eles se “desarmariam”. Aceitei aquilo como um desafio e

persisti, mesmo com pouco envolvimento das pessoas e, por vezes, boatos maldizendo o projeto e minha pessoa.

Acredito que este receio da população em se envolver com novos projetos se deva a uma soma de fatores, dos quais cito alguns: aos inúmeros projetos que por lá passaram, alguns com a visão de que a ciência deve apenas especular fatos e seres, e desta forma, não trouxeram qualquer benefício para comunidade “explorada”; ao conflito com a especulação imobiliária, que possui como maior representante o ex – político, dono da mansão construída em plena comunidade, que descaracterizou o local sócio e ambientalmente e, ainda devido ao “clima de tensão” vivido pelos moradores da Prainha Branca, gerado pelos conflitos internos.

6.3.2 O que dizem os moradores sobre os projetos

Além dos projetos já descritos, existem outras ações já realizadas e em andamento, lideradas por moradores, principalmente aqueles representantes das Associações de Moradores⁸. Estas ações não serão descritas aqui separadamente, mas estarão presentes em trechos de depoimentos dos moradores. Membros da comunidade foram entrevistados e comentaram sobre os projetos realizados na Prainha Branca, de maneira geral (aqui também foram consideradas as entrevistas feitas com os moradores-proponentes que nos falaram sobre outros projetos além dos seus). Nos depoimentos dos moradores relacionados aos projetos desenvolvidos por proponentes externos, podemos observar duas tendências gerais:

-Aqueles pessoas que pensam que os problemas estão sempre fora da comunidade: projeto, proponentes, entre outros, que estes não trazem contribuições e que os moradores não têm participação na configuração problemática atual e,

-Aqueles pessoas que enxergam acertos e erros dos projetos, fazem críticas, mas reconhecem a participação ativa da comunidade na configuração da realidade.

Nesta primeira tendência, observamos depoimentos de moradores que acreditam que faltam pessoas realmente interessadas em desenvolver projetos na Prainha, alegam que os projetos são interrompidos tão logo se iniciam ou não se prolongam, mas que

⁸ Na Prainha Branca, hoje existem duas associações de moradores: a mais tradicional “Sociedade de Amigos da Prainha Branca” (SAPB), que representa a população desde 1972, fundada com o incentivo de um missionário jesuíta canadense (SOS Mata Atlântica, 2004) e a “Associação de “camping” e Comércio”, criada em 2006, após a imposição do TAC de proibição da atividade de “camping”.

gostariam que existissem mais atividades. Alguns deles reclamam das atividades desenvolvidas e da falta de apoio, se eximindo de qualquer responsabilidade relacionada ao término dos projetos. Nota-se também certa falta de autonomia, como se dependessem de projetos implementados por pessoas de fora para realizar atividades na comunidade.

“(...) aqui as pessoas não dão nada, eles não se interessam. Não as pessoas da comunidade, as pessoas do Guarujá. Eles começam, mas não tem uma pessoa que vem e ensine mesmo para a gente, entendeu? (...)” (moradora 1)

“Aí é que está, é isso que você viu aqui, mais nada que venha a ajudar alguém aqui dentro, a não ser a trilha que foi a única coisa de boa” (moradora 4).

“(...) se tivesse alguém que desse continuidade, que viesse mesmo, falar “nós vamos ensinar você”, seja lá o curso que fosse, né? Claro que a pessoa vai se animando...” (moradora 1).

Uma moradora chega a acusar proponentes de projetos, dizendo que nada de interessante foi feito para a comunidade e que existem apenas interesses financeiros por detrás de uma suposta preocupação com a população local.

“O pessoal é desconfiado, porque todo mundo que vem para cá vem com interesse de que está ajudando, mas o problema é que a maioria não vem para ajudar, vem para trazer pessoas de fora para nos atrapalhar, na realidade, para interferir, para entrar aqui e deixar a gente numa situação difícil, entendeu? (...) Aí a gente não confia mais, ninguém confia... Ninguém confia nem um no outro mais, nem nas próprias pessoas do lugar, a gente não confia aqui (...)” (moradora 4).

“Não foi feito nenhum projeto até agora... Eu sei, (...) Aqui ninguém quer fazer nada para ajudar alguém. (...) O pessoal que se enfia aqui e que tenta fazer como o ... está fazendo, é interesse dele: conseguir dinheiro anual que eu sei muito bem, que a Prefeitura dá, que é uma verba para ONG, entendeu? (...) o interesse qual é? É a grana que vai entrar!” (moradora 4).

Seguindo a mesma tendência estão os moradores que mal se lembravam de projetos desenvolvidos no local, até que eu os descrevesse para reavivar suas memórias. Ao falar dos projetos, muitos moradores se lembravam apenas das atividades de recreação e brincadeiras, e se esqueciam das atividades principais, atividades educativas, etc:

“Não, de outros eu não me recordo, eu pouco tenho... Não, não vi um outro não [além do meu projeto inicial, que o morador participou]. É muito pouco...” (morador 2).

“Mais nenhum... Você tentou, mas na realidade eu nem sei o que você queria fazer. E a gente ficou aí, no “ora, veja”, sem saber...” (moradora 4).

“Eu gostava, tinha brincadeira, a gente jogava dominó. (...) Eles faziam brincadeira, faziam gincana, faziam muita coisa” (moradora 1).

Seguindo outra tendência, moradores citam os projetos e descrevem as atividades desenvolvidas e até os problemas. Os projetos mais citados foram as aulas de inglês, o projeto desenvolvido pela ONG SOS Mata Atlântica, o PARACOM, da ONG Caá-Oby e o projeto de artesanato do Fundo Social de Solidariedade.

“Eles trabalhavam na conservação, assim do meio ambiente, na trilha eles deram uma força. Até plantar alguma plantinha... (...) eles recolhem o lixo, o que tem na trilha. E também teve o projeto da bituca (...)” (moradora 3)

“(...) o pessoal trouxe para cá, “recuperação” ambiental, as pessoas participavam, cursos aqui dentro. (...) teve um pessoal que deu, junto com pessoal da SOS, cursos de capacitação para o comércio, curso de atendimento, este tipo de coisa” (morador 5).

“As aulas de surf... Elas ainda estão rolando. Há pouco tempo teve o PARACOM, eu não participei, foi de final de semana e para mim final de semana... mas eles vieram com o intuito de ensinar a reciclar. (...) Sei que estavam formando guias turísticos, aqui na Prainha Branca (...) porque está acontecendo direto das pessoas quererem fechar grupos para vir para a Prainha e não encontram um guia” (proponente - morador 2).

“Por que tem vez que vem escola para cá, e arrancam muita coisa da Prainha, (...) então é isso que a gente não quer. Tudo bem que eles venham, façam a pesquisa na areia, mas não levem tanta coisa assim da praia, porque uma hora vai acabar” (...).

“E tu vê hoje o caminho, o caminho para nós foi uma evolução. Há quantos anos nós estamos trabalhando para ter um caminho melhor? A sociedade não ia ter dinheiro (...). Conseguimos através da SOS...” (proponente-moradora 1)

“Um longo tempo, tudo aprendemos, técnicas tudo, mais daí não foi pra frente porque nós não tivemos espaço (...) depois não teve liberação da estrada para nos passar. (...), se a gente tivesse continuado o projeto com a fibra de bananeira, seria um ótimo curso! (moradora 8).

“(...) dos projetos? Hmm, até no projeto que foi feito aí, que não foi nosso (...) ele queria que tivesse mais adultos, participação. Mas você esteve aqui, você viu que eram mais crianças” (morador 9).

Alguns deles reconhecem a dificuldade de se trabalhar no local, devido à falta de participação dos moradores e as rixas internas.

“Às vezes a comunidade quer trazer um projeto, e as pessoas tem aquele negócio: “Aí, é a Sociedade que está trazendo!” entendeu? Mas é o bem para

todos, é geral... então o defeito da comunidade ainda acho que é isso, esta tomada de consciência de dizer: “não! Não quero só para mim, individual, é para comunidade do geral” (moradora 3).

“A gente tinha medo das barreiras da própria comunidade, porque tem um pessoal que é contra nós, depois daqueles problemas que o falei, do “camping” e tal... (...)” (proponente-moradora 1).

“Isso, aí ate um pessoal do SEBRAE vieram para cá... eles queriam dar o curso, só que para dar o curso tinha que ter no mínimo vinte pessoas. Mas daí nós não conseguimos, começamos na entrada com dezoito, dezessete pessoas. (...)Aí tem muitas pessoas que não participam por causa disso, tipo assim sabe? (...) depois da proibição!” (moradora 8).

“(...) Mas o pessoal às vezes não se interessa, não se empolga muito (...) É o que eu te falo. O pessoal cobra, mas na hora que vem... pessoal começa bem no primeiro dia, no outro já não vai. Aí...”(morador 5).

“Nós mesmos que eu participo da comunidade, e de todas as outras atividades que tem, voluntariamente, mais se, por exemplo, eu comento que certa coisa foi a sociedade quem buscou, o pessoal já torce o nariz porque eu estou falando da sociedade. E é uma coisa que vai contra você” (morador 9).

Além disso, quando perguntados sobre os projetos realizados na Prainha, muitos moradores apontaram os projetos (ações) desenvolvidos pelas Associações internas (as duas: Sociedade de Amigos da Prainha Branca e Associação do Comércio, que têm opiniões opostas).

“Daí eles estão desenvolvendo um projeto pela Associação “camping” e Comércio. Acho que teve a reunião, mas ainda não foi deixado às claras o que ia ser feito, o projeto que ia ser feito” (morador 2).

“(...) nós estamos aí agora com um projeto que nós pegamos, que vai começar agora, é um projeto de artesanato nosso, nosso mesmo [Associação de Moradores].”(morador 5)

“Projetos aqui foi... (...)depois que pararam... a proibição do “camping”, aí foi que começou a aparecer os projetos, por que? para que este trabalho nosso voltasse, o “camping” voltasse. (...) que diminuísse a população, que fizesse as fossas suficientes para quem não degradasse meio ambiente, enfim...” (morador 6)

“Projeto mesmo? Nós temos serviços, mas assim, da comunidade mesmo, da sociedade amigos. Alguns você já conhece: a reconstrução do colégio, compra da embarcação para a retirada do lixo, né? Em parceria com a SOS mata atlântica, onde foi feito a trilha. Nós estamos também, agora com um curso de guia local (...) (morador 9).

“Eles fizeram também uma praia limpa, em relação ao lixo. Eles mesmo se responsabilizaram pelo lixo... Pessoal próprio da comunidade, da nossa associação [Associação de comércio]” (morador 2).

“Olha, os projetos que foram feitos aqui, ao longo destes anos, foi o projeto que já está finalizado, que foi a coleta do lixo, que foi uma briga da associação [de amigos da Prainha Branca], que até então não existia a coleta do lixo aqui dentro” (morador 5).

As falas dos moradores 2 e 5 são, inclusive, contraditórias, já que apontam a autoria de um mesmo projeto a Associações diferentes.

Como pode ser percebido vários projetos foram realizados no local. Alguns deles liderados por pessoas individualmente, outros, pelo Poder Público representado pelas Secretarias Municipais e outros ainda por instituições não governamentais. Nem todos eles, no entanto, contavam com a participação ativa da população nas decisões relacionadas aos projetos. Este é um ponto importante, pois a comunidade aprendeu a participar (quando isso chegava a acontecer) de projetos que vinham já planejados, com as atividades prontas para serem colocadas em prática, sem considerar a importância da participação da comunidade na discussão das ações que seriam realizadas. Durante conversas, entrevistas não estruturadas, com alguns moradores foi possível apreender alguns detalhes: sentiam-se vítimas pois falavam de projetos que vinham coletar informações, mas após terminarem a coleta, não retornavam para mostrar o resultado das pesquisas. Além disso, falavam que os projetos prometiam muitas melhorias, mas efetivamente pouco era realizado.

Alguns dos projetos realizavam parcerias com a Associação de Amigos da Prainha Branca, que desde 2004 possui uma liderança que agrada a uns, mas não a todos. Sendo assim, alguns moradores nem chegavam a participar das atividades.

Observa-se de acordo com projetos realizados em outras comunidades por diferentes instituições, como o caso dos Projetos realizados pela Fundação Amazônia (FVA) em Novo Airão, AM e PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) Chico Mendes, no seringal Cachoeira, Xapuri, AC (WWF, 2000) que o contato com pessoas em posição de liderança (muitas vezes não precisam ser eleitas, mas são pessoas com quem a população realmente se identifique) é uma estratégia utilizada no início dos trabalhos, para aproximação com a comunidade. Quando esta liderança não pode ser identificada, é interessante que o trabalho se volte inicialmente para a organização destas lideranças populares. Outro projeto realizado no sul da Bahia, com 356 comunidades camponesas, sob a coordenação do Projeto Jupará (Assessoria para o

Desenvolvimento de Comunidades Rurais) também foca suas atividades a partir do estímulo e fortalecimento da organização comunitária, que se dá por meio de visitas da equipe de coordenação às famílias.

Na Prainha Branca a situação é um pouco diferente, pois apesar de haver lideranças identificadas, elas não o são para a comunidade como um todo. A comunidade é fragmentada. Assim, se os proponentes dos projetos iniciassem o contato com uma das lideranças, provavelmente parte da população não participaria do projeto antes mesmo de conhecê-lo.

As dificuldades são encontradas em todos os projetos de Educação Ambiental realizados em comunidades. A equipe deve ser multidisciplinar e composta por número de profissionais que atenda às necessidades do projeto. A população da comunidade muitas vezes vê com receio a chegada de um estranho no local, que se propõe a trabalhar questões que à primeira vista não lhe dizem respeito. Além do que promover a participação comunitária não é tarefa fácil. Segundo educadora do Projeto Jupará, os moradores podem até ser simpatizantes do projeto, mas ainda está muito presente nas comunidades o machismo e o conformismo.

Contudo, alguns projetos de Educação Ambiental em comunidades são bem sucedidos, pois apostam na organização, capacitação e divulgação do projeto, para que as pessoas passem a perceber que existem alternativas possíveis, conquistadas pelo trabalho comum. Uma das proponentes do projeto, realizado em Novo AIRÃO - AM, comenta: “Aos poucos a comunidade começa a perceber que não basta ficar esperando pelo poder público e que no limite dos meios disponíveis pode-se encontrar alternativas para melhorar as condições e a qualidade de vida” (WWF, 2000, p. 35). Com o tempo e o trabalho comum, eles próprios percebem os benefícios de trabalhar em conjunto. Um dos participantes do Projeto Jupará comenta: “Ficando isolado, tudo fica mais difícil. Estando junto, um conta um caso, uma história e tudo corre bem. Sozinho, a gente nunca chega ao objetivo” (Idem, p.38).

Em alguns casos, após o desenvolvimento de projetos que visam a participação ativa e a autonomia da comunidade, a população consciente das contradições presentes na sua realidade, passa a atuar com força própria, promovendo novas melhorias e conquistas através da união de sua população. De qualquer maneira, o projeto só consegue chegar a tal ponto quando os seus participantes se sentem responsáveis pelo seu próprio futuro e pelo futuro de sua comunidade, nos aspectos social e ambiental.

6.4 Contribuições à História da Prainha Branca

Este capítulo foi elaborado a partir de relatos de moradores, proponentes de projetos e documentação relacionada a estes. A serra do Guararu localiza-se na região noroeste da Ilha de Santo Amaro (Ilha do Guarujá), na faixa compreendida entre o canal de Bertioga e o Oceano Atlântico. Esta porção da ilha é denominada de “Rabo do Dragão”, já que a ilha como um todo tem a forma semelhante a um Dragão e representa o maior conjunto de remanescentes de Mata Atlântica: Floresta Ombrófila densa, Mangue e Restinga de todo o município do Guarujá. O Rabo do Dragão compreende uma área de 4.000 hectares, dentre os quais 1.983,39 hectares foram tombados em 1992, por razões históricas e ambientais, sob a Resolução de nº 48 de 1992, Secretaria de Estado da Cultura (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004).

As ruínas históricas que ainda podem ser observadas no local, as quais trouxeram à região o seu tombamento, remontam à história de colonização do Brasil do século XVI. Para proteger a barra da Bertioga, foram edificadas dois Fortes: a Fortaleza de Santiago no continente, em Bertioga e, na margem oposta, na Ilha de Santo Amaro, a Fortaleza de São Felipe. “Essa região foi palco de lutas constantes entre portugueses e índios nos primeiros momentos da colonização” (TULIK, 1981, *apud* SOS MATA ATLÂNTICA, 2004, p. 19). O povoamento da Ilha de Santo Amaro se iniciava a partir deste ponto.

O local também guarda ruínas da “Ermida de Santo Antonio de Guaibê”, que foi construída em 1557, para consolidar a presença dos portugueses nas terras locais (PMG, 2006)⁹. A Ermida foi toda construída com pedras, argamassa de óleo de baleia e sambaquis, e segundo o mesmo documento, sua edificação contou com a ajuda de indígenas e habitantes da Vila de São Vicente. Contudo, acredita-se que os atuais vestígios arquitetônicos da Ermida datem do século XVIII e não do período de sua primeira construção. É provável que ela tenha passado por reformas ou até uma reconstrução em 1766.

⁹ O trabalho denominado “Desenvolvimento e Implantação de Políticas Públicas e Legislação Ambiental”, da Secretaria de Meio Ambiente, Prefeitura Municipal do Guarujá, 2006, pretendia transformar a região da Serra do Guararu em Unidade de Conservação. Tive bastante acesso ao planejamento do processo, época em que estagiava na Secretaria, no entanto, ele nunca foi implementado.



Figura 5 – Visão da entrada da Ermida de Santo Antônio de Guaibê

Os moradores da região comentam que por ali passou o Padre José de Anchieta, local em que ele realizou vários milagres. Desta forma, anualmente, nos dias 12 e 13 de julho (dias de Santo Antônio) os moradores da comunidade, comemoram este feito histórico, enfeitando e iluminando as ruínas da Ermida com velas, “tentando recriar o quadro deparado por Anchieta há quase 430 anos” (PMG, 2006, p. 16).

A região também abrigou nos séculos XVIII e XIX a Armação das Baleias. O óleo resultante da pesca das baleias era utilizado para iluminação pública e abastecia cidades como Santos, São Paulo e até o Rio de Janeiro (na época, capital do Brasil). A atividade perdurou por cerca de 200 anos e era comparada em magnitude com aquela desenvolvida no Rio de Janeiro:

Galpões foram construídos ali e no continente para o recolhimento de barbatanas, além de seis grandes tanques para o depósito de óleo de 100 baleias e 12 caldeiras servidas de 30 escravos no “engenho de frigar”, erguidos junto à ermida de Santo Antonio do Guaibê. As baleias eram abundantes nesta faixa litorânea. A atividade durou mais do que as localizadas no centro e norte do Brasil, porque as águas frias do Sul retiveram as baleias por mais tempo, uma vez que as espécies buscavam refúgio às perseguições (PMG, 2006, p. 19).

O local em pouco tempo se tornou um movimentado vilarejo, abrigando inicialmente as casas das pessoas que trabalhavam nas instalações da Armação da Baleia: administradores, autoridades, trabalhadores em geral, e depois, compradores e visitantes. O velho Forte de São Felipe guardava todos os apetrechos da nova indústria.

Além da matança indiscriminada de baleias, a vegetação da região foi em grande parte degradada, abrindo espaço para as novas construções. A lenha proveniente das árvores também era utilizada como combustível para a atividade industrial. Segundo um dos proponentes de projeto entrevistados, a vegetação que se encontra naquele local atualmente foi regenerada:

“Não é mata primária, é secundária, aquilo já foi, durante a Armação, (...) usado para extração de madeira e lá em cima tem os fornos perfeitos, intactos, dentro da terra (...). Tem os fornos, todos conservados, que eles cortavam a madeira, colocavam lá e transformavam em carvão para alimentar os tachos da Armação das Baleias para extrair o óleo” (proponente 1).

Contudo, após a desativação da indústria de óleo de baleia, o povoamento da região foi se diluindo, pois o local já não apresentava atrativos à permanência das pessoas, inclusive devido ao seu isolamento geográfico. Os dados indicam que a ocupação atual no núcleo da Prainha tenha ocorrido de maneira desvinculada daquela observada anteriormente: Segundo trabalho realizado pela SOS MATA ATLÂNTICA (2004, p. 19) “não existem referências que comprovem a continuidade do povoamento, o que faz crer na existência de um pequeno hiato entre a fase colonial e a contemporânea”.

A Prainha Branca localiza-se na fachada atlântica da parte noroeste da ilha de Santo Amaro, constituindo-se num exemplo de praia aberta e voltada para o oceano na direção sudeste. A Ponta da Armação corresponde ao extremo oriental da crista da serra do Guararu, cuja altitude atinge 179 m. Praias arenosas quaternárias, circundadas e limitadas por morros do pré-cambriano. Protegida por esses fatores geográficos, a Prainha Branca ficou à margem da urbanização que se desenvolveu na baixada santista. (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004, p. 04)

A floresta de encosta, por situar-se principalmente em áreas de difícil acesso e também a formação vegetação densa que se regenerou ali, Floresta Ombrófila Densa, foi pouco favorável à ocupação e acabou sofrendo impacto menos intenso. Por este motivo as serras da porção norte da Ilha de Santo Amaro encontram-se quase que inteiramente cobertas por Mata Atlântica de encosta.

No entanto, as limitações geográficas de ocupação parecem não ser a única razão pela qual a região ficou à margem da especulação imobiliária, desenvolvimento econômico e degradação ambiental da Baixada Santista.

Um dos fatos que podem explicar a estagnação econômica da região foi o entulhamento do Canal de Bertiooga, na segunda metade do século XVIII, em favorecimento do Porto de Santos. Com isso, todos os navios de grande porte foram obrigados a entrar pelo estuário

santista ou da Barra Grande, fazendo quase desaparecer os pequenos portos existentes ao longo do rio Bertioiga que, até hoje, só pode ser percorrido por canoas, lanchas e embarcações de pouco calado. Assim, tornaram-se sem serventia os Fortes irmãos (São Felipe na ilha de Guaibê e São Thiago em Bertioiga). (PMG, 2006, p. 20)

Segundo o proponente 1, a população mais recente da Prainha Branca é composta por caiçaras, vindos de Bertioiga, principalmente da região do Montão de Trigo e de duas ilhas próximas de Ilha Bela, pessoas que viviam da pesca, e que por muito tempo mantiveram esta tradição, passando de pai para filho. A comunidade até bem recentemente cultivou o trabalho comum e a tradição, por meio de festas, costumes religiosos, “linguajar” próprio, atividade econômica, etc.

De acordo com informações fornecidas por moradores locais (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004), até o final da década de 50, a comunidade sustentava-se a partir dos recursos naturais, e a extração era realizada tanto de forma individual como coletiva. A coleta era destinada ao consumo interno, para a sobrevivência dos moradores, e uma porcentagem muito pequena dos recursos era vendida ou trocada por outros valores não existentes no local, quando era possível fazer estoque. A alimentação era basicamente oriunda da pesca, e a roça era composta por produtos de origem caiçara: mandioca (também utilizada para a produção de farinha) cana-de-açúcar, banana, café e feijão.

Foi a partir da pavimentação da Estrada Guarujá-Bertioiga, Rodovia Ariovaldo Viana, SP 61, em 1958, que segundo os próprios moradores, toda a situação do local se modificou. Com o acesso mais fácil aos centros urbanos e, portanto, a novas oportunidades no mercado de trabalho, os moradores conquistam novos empregos, na vizinha Bertioiga, nas indústrias de beneficiamento de pescado nas margens da rodovia e também em outros locais. Paralelamente, foram criadas relações mais profundas com os municípios de Guarujá e Santos. Neste período, novos moradores chegam à Prainha Branca, fase também marcada pela subdivisão dos terrenos entre membros da mesma família. A progressão no número de habitantes da Prainha pode ser esclarecedora: doze famílias em 1928, 30 famílias em 1942, 294 habitantes em 1978 e aproximadamente 350 habitantes em 2004 (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004).



Figura 6 – Faixa de areia da Prainha Branca (notam-se algumas construções: bares, restaurantes, capela e moradias)

Apesar deste crescimento acelerado, de acordo com depoimentos dos moradores da comunidade alvo do estudo e da documentação dos projetos lá desenvolvidos, podemos notar que a maior parte das famílias lá residentes está no local desde o início do século e possuem, em geral, um grande vínculo com o ambiente, caracterizado pela vegetação de Mata Atlântica. A população da comunidade, mantém preservado o meio natural que a envolve e compartilha entre seus moradores alguns costumes tradicionais locais, mas atualmente existem poucos elementos que remetam a este passado de tradição comunitária. As festas tradicionais da “Tainha” e a “Festa Julina”, que ocorrem anualmente, e segundo moradores, contam com a participação de toda a comunidade, inclusive angariando verba para alguma obra comunitária, que ocorre todos os anos, inclusive construída com mão-de-obra local. São exemplos de obras comunitárias: reforma da escola local e construção do muro de contenção da maré na igreja. Outro elemento característico da tradição local são os mutirões, realizados de tempos em tempos, ações comunitárias organizadas, como a construção da trilha pavimentada de acesso à comunidade e a construção do encanamento para abastecimento de água (cuja fonte, uma cachoeira localizada na região, foi limitada pelo ex-deputado). Além destas características, existem outros detalhes como o forte costume religioso, demonstrado

pelas reuniões semanais do grupo de oração e também pelo “linguajar” próprio, percebido no convívio com os moradores.

No entanto, atualmente mais de 90% da população ativa da Prainha trabalha fora da comunidade (principalmente em Bertioga), excluindo somente os donos de comércio, alguns funcionários públicos que trabalham na limpeza e manutenção do local, e pouquíssimos pescadores que vivem de “bicos” (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004). Assim, a maioria da população não depende mais do meio para seu sustento, o trabalho, as técnicas tradicionais de pesca e artesanato e o conhecimento necessário para exercer estas atividades já não são passados como herança aos filhos, uma vez que não são necessários para a reprodução da vida. Atualmente a população reside no local (espaço geográfico), mas ao conviver fora da comunidade grande parte do tempo, mergulhada na lógica da sociedade capitalista, reproduz as características desta sociedade em seu meio. Muitas características comunitárias ainda são mantidas e reforçadas no convívio comunitário, mas aos poucos vão se “diluindo” em meio ao ritmo frenético próprio do capitalismo. Vale destacar que a comunidade residente na Prainha Branca é vizinha de 4 outras praias, onde hoje existem condomínios de luxo, mas que no passado abrigaram comunidades tradicionais. A comunidade da Prainha Branca se mantém, mas a duras penas.

Além disso, a principal atividade econômica dentro da comunidade deixou de ser a pesca e passou a ser o turismo. A comunidade que outrora possuía forma própria de organização social, fato que a distinguia da sociedade ocidental como um todo, agora reproduz em seu meio comunitário, características de um sistema que fez da competição a sua inspiração.

São bares, restaurantes e local para acampamento, os principais serviços oferecidos ao turista. (...) Com o advento da proibição do “camping” selvagem [1997], muitos moradores começaram a receber os campistas em seus quintais. Atualmente aproximadamente 25 famílias recebem turistas para cá em suas áreas. Esse número é impreciso devido à informalidade e ao caráter esporádico da prática. O resultado de tal situação é que, apesar de não possuírem infra-estrutura para trabalhar como “camping”, muitos moradores identificaram nessa atividade uma oportunidade de obtenção de renda. Com a possibilidade de receber mais turistas e em condições melhores que à época do “camping” selvagem, embora essas condições sejam ainda muito longe de satisfatórias, a Prainha Branca viu sua área invadida por até 8000 pessoas em período de pico (feriados de verão) (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004).

O número de pessoas que visitou o local, em épocas de pico, a partir do ano de 1999, era muito grande. Nos anos subsequentes, a tendência foi ascendente até que finalmente no verão de 2006, o número de turistas atingiu 10 mil pessoas. Esta

progressão no número de turistas determinante para se fazer cumprir o TAC (Termo de Ajuste de Conduta nº 13/97) no carnaval de 2006, já que grande parte da população estava descontente com o grande movimento trazido pela atividade de “camping”, o que gerou muitas denúncias.

Desta maneira, a atividade de “camping”, fonte de renda para algumas famílias locais, foi proibida, contentando uns e descontentando outros. Foi esta situação que gerou o conflito que a população vive atualmente e que interferiu diretamente na proposta inicial do projeto de pesquisa-ação-participativa e que, devido à sua relevância no contexto comunitário, será especificamente discutida adiante.

Conforme o Plano Diretor Participativo, Lei de Uso e Ocupação do Solo do Guarujá de Dezembro de 2006, a população residente na Prainha Branca é considerada comunidade tradicional. As definições de comunidades são diversas, variando de acordo com diferentes linhas teóricas e contextos histórico-sociais em que são criadas. Alguns autores definem-na de forma muito ampla e outros ainda, de forma extremamente simplificada.

Segundo o Decreto 6040 de 7 de Fevereiro de 2007, Artigo 3º: I, são considerados povos e comunidades tradicionais:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Segundo Urrutia (*apud* CARVALHO, 2002, p. 83) comunidade é o “cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham e condições sociais comuns, e face a elas, organizam seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria”. Outro estudioso, um dos grandes nomes na área, Robert MacIver possui uma definição diversa para comunidade: “qualquer área da vida comum, vila ou cidade, distrito ou município, ou mesmo uma área maior” ou ainda como “o viver comum de seres sociais”. Para este estudioso, as fronteiras de uma comunidade serão definidas de acordo com o espaço onde esta vida comum ocorre. Neste local os sujeitos sociais se relacionam por meio da colaboração, unificação e também através da competição e conflito.

Seja qual for a teoria empreendida para analisar a questão, Carvalho (2002), ao estudá-las pode perceber que existem alguns elementos que são sempre comuns: unidade social (geralmente pequenas, como bairros, aldeias e etc.); área geográfica determinada (*locus* onde a comunidade vive e se desenvolve); membros com algum tipo

de interesse comum (tradição, trabalho, compromissos); interatividade social constante (maior com a comunidade do que com demais agrupamentos); consciência do “ser comunitário”(não apenas participar ou ser ativo, mas sim pertencer, ser parte da comunidade) (CARVALHO, 2002, p. 85).

Este sentimento de união entre moradores comunitários, o entendimento compartilhado por seus membros é bem esclarecido por Tönnies (*apud* BAUMAN, 2003). Segundo ele este entendimento não é um consenso, mas é bem mais que isso, já que precede negociações e disputas, acordos e desacordos. Trata-se de um sentimento recíproco que une os membros de uma comunidade, a vontade verdadeira e própria daqueles que se vinculam. Algo tão natural para os membros do grupo, aqueles que fazem parte do “círculo aconchegante” (ROSENBERG, *apud* BAUMAN, 2003, p. 16) que intuitivo.

Este entendimento compartilhado pelos membros comunitários os diferenciam das pessoas da sociedade capitalista moderna, mas apenas à medida que a pequena comunidade se mantém isolada, protegendo suas tradições e se auto-sustenta, ou seja, gerencia e atende às necessidades de seus membros, dentro de seus próprios limites.

Um aspecto relevante na definição de "culturas tradicionais" é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 1994, p. 76).

Segundo Bauman (2003, p. 18) a comunidade que compartilha características comuns aos seus membros começa a encontrar dificuldades

(...) no momento em que suas condições começam a desabar: quando o equilíbrio entre a comunicação “de dentro” e “de fora”, antes inclinado para o interior, começa a mudar, embaçando a distinção entre “nós” e “eles”. A mesmidade se evapora quando a comunicação entre os de dentro e mundo exterior se intensifica e passa a ter mais peso que as trocas mútuas internas

Comunidades que mantiveram as atividades e esforços girando em torno do bem comum, que conseguiram preservar suas características e seu entendimento tácito compartilhado, mesmo envoltas à sociedade capitalista, existem hoje praticamente apenas em sonho. Bauman (2003) especifica inclusive que em sua concepção, existem realmente dois tipos de comunidades, a sonhada e a real. A grande parte das comunidades que se mantém unida (muitas foram expulsas do local de origem outras se

dissolveram) se assemelha muito mais a uma “fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna”.

O sentimento comunitário e a organização interna foram aos poucos minados na comunidade da Prainha Branca: não há mais ocasiões onde seus moradores se reúnam para discutir questões de interesse comum (já que a maior parte das pessoas prende-se somente ao que as desune) e principalmente não há uma busca pela união e identidade comunitárias. Acreditamos, portanto, que já não pode ser caracterizada como uma comunidade tradicional, embora tenha este potencial, caso se organize, por guardar em sua história um passado comunitário, de tradições e trabalho coletivo.

Neste sentido, com o intuito de compreender melhor a dinâmica interna da comunidade da Prainha Branca, os conflitos existentes foram estudados, tanto aqueles oriundos do meio externo, quanto aqueles gerados internamente.

6.5 Conflitos na comunidade da Prainha Branca

Atualmente a população da Prainha Branca vive em meio a diversos conflitos externos e internos. Tal fato pode ser observado nos depoimentos de proponentes de projetos e moradores, em que todos, sem exceção, abordam a questão dos conflitos em suas entrevistas, mesmo que nenhuma pergunta específica tenha sido direcionada a isso. Soma-se a esse fato, que, em grande parte das entrevistas, o conflito se torna o principal assunto da “conversa”, tomando mais tempo e espaço que os próprios projetos, alvos do estudo.

Esses conflitos também foram vivenciados quando da proposta inicial do projeto, como já descrito, oportunidade em que pude perceber que muitas questões por mim levantadas, culminavam de uma forma ou de outra, em discussões sobre os conflitos.

Nas entrevistas com proponentes de projetos e moradores da Prainha Branca, muitas vezes os conflitos assumiram posição de destaque. Os depoimentos nos indicaram três categorias de conflitos: entre moradores e a especulação imobiliária; entre moradores e o Poder Público; e entre os próprios moradores (conflito interno).

6.5.1 Conflitos entre moradores e a especulação imobiliária

- O que dizem os proponentes

Após a pavimentação da Estrada Guarujá-Bertioga em 1958, o fluxo de pessoas aumentou naquela região e conseqüentemente, na comunidade da Prainha Branca. Nesta época, como descrito no histórico da área, muitas pessoas se instalaram no local. O turismo também se acelera e devido à velocidade de sua ocorrência, dá-se de maneira desorganizada. Neste processo, a especulação imobiliária também se inicia e logo após, um Deputado Federal, com grande influência política, apodera-se de grande parte das terras, faz uma estrada de acesso asfaltada e limita seu uso, degrada enorme trecho de vegetação de Mata Atlântica para plantar eucaliptos e constrói, em meio a uma comunidade tradicional, uma ostensiva mansão:

“Um deputado (...), muito ladino, muito esperto... as pessoas ali tinham (...) pouca instrução, então ele se aproveitou da ingenuidade das pessoas, no intuito de querer fazer que (...) regularizassem a situação (...). Então ele usou de má fé e muita gente passou a procuração para ele e ele acabou tomando as terras

dessas pessoas e outras terras que ele não tomou, ele comprou a preço de banana, as pessoas não tinha noção.

[Hoje] ele vive ameaçando, aterrorizando, enfim... quer comprar tudo para ele e transformar no quintal de sua casa”(proponente 1).

“Fora a questão do poder muito presente que eles têm lá que é a história do [Deputado Federal], é uma questão de poder muito cruel que eles vivem lá e eles já sofreram muito por causa disso (...) negar que eles usem o que é de direito deles, este negócio deles não poderem usar água da cachoeira sendo que desde que a Prainha Branca é Prainha Branca é da comunidade, e aí chega o engraçadinho lá, fecha a cachoeira porque achava que poderia comprar... (...) esta discussão é uma ferida naquela comunidade (...). Perderam terra, então tem uma violência muito velada nesta comunidade, não da comunidade, mas uma violência externa e aí é lógico que eles vão se armar mesmo...” (proponente 6).

Os moradores que agiram ingenuamente, os filhos destes que lá ainda residem, e todos os demais moradores com quem tive contato, falam deste “morador/invasor” com uma mistura de sentimentos: medo, raiva, desconfiança. Após a invasão do local, muitos moradores saíram da Prainha e outros se realocaram nos terrenos de familiares.

Nas praias vizinhas à Prainha Branca também residiam comunidades tradicionais, que foram expulsas para a instalação de condomínios residenciais de luxo. Segundo o proponente 2, existe, inclusive, um estudo que mostra como se desmontou as comunidades vizinhas à Prainha Branca e como elas foram parar na Ilha de Ana, e agora estão saindo de lá (não consegui acessar tal estudo). Nota-se que alguns moradores imaginam o risco que correm, mas nem todos. Além disso, muitos não têm consciência de como a desunião deles, pode ser favorável à especulação imobiliária:

“(...) ai tem os vereadores interessados naquilo, que é amigo de alguém que tem interesse em fazer uma RPPN [Reserva Particular de Patrimônio Natural], então... quanto mais briga na comunidade melhor, porque eles se matam e eu vou lá e pego a área e faço uma grande reserva, um grande hotel, está vendo? Onde pode chegar esta coisa? (...) É todo o diferencial. É o último ponto coeso e sólido de vegetação do Guarujá, é a ponta do Rabo do Dragão, tombado. Imagina isso na mão de um marqueteiro? Quanto custa a estadia de uma pousada ali?”(proponente 2)

“(...) é complicado porque também existe uma fragilidade deles, eu acho que se eles não se organizarem (...) vai ser tudo mais difícil ao longo dos anos, porque os interesses imobiliários vão chegando... (proponente 9)

“Porque a gente sabe que tem “peculações” aqui na Prainha, então para a gente conseguir continuar morando aqui, a gente tem normas para seguir. Preservar, não cortar árvores (...) ter aquele crescimento desorganizado” (proponente-morador 2).

A especulação imobiliária soma-se ao turismo, que foi se intensificando no local. Apesar de grande parte dos moradores trabalharem fora da Prainha Branca, a principal atividade econômica desenvolvida no local passou a ser o turismo: bares, restaurantes e “camping”.

- O que dizem os moradores

Nas entrevistas dos moradores, os conflitos provindos da especulação imobiliária na comunidade também ganharam lugar de destaque. Os interesses imobiliários são grandes na região da Baixada Santista. Tanto Santos quanto Guarujá são ilhas, o que limita o crescimento das cidades. Em locais mais isolados e com vegetação nativa preservada existem interesses ainda maiores, já que são os locais preferidos dos turistas milionários. A Prainha Branca é vizinha de quatro condomínios de luxo (também instalados em praias com vegetação nativa preservada e onde residiam comunidades tradicionais) e, além disso, é a última comunidade tradicional encontrada na região. Alguns moradores têm consciência do grande interesse que existe sobre a área e como isso influencia as relações na comunidade:

“Eu sei que muitas pessoas grandes que tem muito dinheiro ficam de olho na comunidade, eles querem esta comunidade para fazer um condomínio fechado, uma coisa assim projeto, né? E a gente luta para que isso não aconteça (...)” (moradora 3).

(...) Agora a maioria só vem aqui no dia de feriado, de “camping”, põe barraca e volta. (...) e tem casa em outro lugar, mora em Campinas, mora em Cubatão, Guarujá, Bertioga... então o povo explora, ultimamente o “camping” só servia para tirar dinheiro, e não estava preocupado com os moradores (...). Eles iam embora antes da Associação passar para pegar o dinheiro do lixo. Nem dinheiro do lixo eles queriam dar”

“Quem tem “camping”, se você perguntar se o terreno é dele, você vai ver que não é! É um “camping” do cara daquela casa grande lá, que ele comprou... ele tem vários terrenos, que ele tomou das pessoas antigamente. (...) Teve gente que teve que sair daqui porque esse cara da casa grande comprou(...) vivem na favela no Guarujá” (proponente-morador 1).

“(...)É! Não foi interesse apenas simples de ajudar, não! Foi interesse da parte deles financeira e da parte do Iporanga (...) Porque existem dinheiro grande por trás, tudo isso foi dinheiro que entrou (...) Iporanga o que é? Iporanga é tudo, é tudo condomínio, que interesse eles vão ter aqui na Prainha? O interesse deles é mudar, fazer imobiliária, vender terra, é fazer prédio, este é o interesse deles. Eles querem tirar nós daqui” (moradora 4).

“Eu cheguei aqui para morar, fazem, já fez 23 anos, quando viram que eu fiquei... nossa! Que eu comecei a ajudar a moça que morava que, que terminou

sendo minha esposa. Quando ela passou a ser a minha esposa, nossa! Pessoal falou: este vai tomar tudo aqui, este é mais um (ex-deputado), (...) até hoje, o pessoal nascido e criado aqui, eles não aceitam, de coração eles não aceitam quem vem de fora” (morador 6).

“(...)Um projeto de um resort aqui na Prainha. Poxa, (...) eu acho que eles pensam que a gente não entende, pelo menos quando a gente olhou o projeto, porque no hotel Casa Grande tinha uma maquete do projeto, só esse pedacinho do morro aqui é que ia sobrar mata, o resto ia ser pousadas, shoppings” (proponente-moradora 1)

Os moradores da comunidade da Prainha Branca ainda co-habitam a mesma localidade, apesar da especulação imobiliária cada vez maior na região¹⁰, a velocidade que chegam as informações, os novos produtos industrializados que os turistas levam até o local, de maneira geral, o convívio com este mundo externo “globalizado”. Neste turbilhão de situações, muitos costumes tradicionais vão sendo deixados de lado até serem esquecidos, já que a sua manutenção é feita por meio da vivência em comunidade, e pela passagem de informações de geração em geração.

Além do mais, a tensão vivenciada pelos membros da comunidade, em função da constante ameaça externa de invasão por parte de grandes empresários, condomínios de luxo, comerciantes atrás de lucro, políticos poderosos e outros mais, gera em muitos moradores receio, medo e raiva, e faz com que eles se “armem” nas relações estabelecidas com pessoas fora da comunidade e nas próprias relações internas. A tensão vinda do exterior se aloja na comunidade, fazendo com que, com o passar do tempo, os moradores reproduzam-na nas relações entre eles mesmos e entre eles e pessoas não integrantes à comunidade.

Em um meio em que a violência e o medo tornam-se parte do cotidiano dos moradores, só se pode esperar mais violência. Enquanto a comunidade se manteve afastada da lógica econômica do mundo capitalista, seria normal que relações e atitudes valorizadas em comunidades, como ações voltadas ao bem estar comum fossem vislumbradas. No entanto, percebe-se que o local vem sendo invadido tanto no que diz respeito à posse de parte das terras, quanto por turistas, que hoje parece ser a principal atividade econômica do local. A invasão, portanto, não é apenas de pessoas, mas

10 Porém, a localidade (como se pode notar nas figuras 1 e 3) é delimitada geograficamente por montanhas de um lado e pelo mar no lado oposto o que, em grande parte, contribui para a manutenção da população no local.

também dos hábitos e costumes comuns da lógica em que estas vivem: individualismo, consumismo, valorização do novo em detrimento da tradição, a lógica da substituíbilidade.

Em comunidades tradicionais, onde o objetivo é trabalhar pelo bem estar comum, as relações estabelecidas entre as pessoas é de troca complementar, cujo objetivo “é suprir cada pólo com aquilo que lhe falta a partir do que sobra do outro” (ABDALLA, 2004, p.61), já que as pessoas caminham na mesma direção, voltados para os mesmos objetivos. Na troca competitiva (característica predominante da organização social no sistema capitalista) o objetivo é “a obtenção de vantagens ao máximo e a retenção do retorno obtido, assim, os dois pólos divergem em seus objetivos, pois o de cada um aponta para si próprio” (Idem, Ibidem).

Como nos diz Loureiro (2007, p. 17). estamos atravessando um período em que, muito além do que já foi visto, a formação social se globaliza “e passa a afetar em maior ou menor medida todas as demais possibilidades “alternativas” de vida social que foram objetivadas ou idealizadas nos últimos três séculos”.

Esta globalização pode ser percebida por fenômenos supostamente ingênuos como a moda, que além de se renovar a cada estação (gerando consumismo e desperdício em grande escala), padroniza a maneira de vestir, se comportar e até de falar. Além disso, ao produzir o desejo das classes menos favorecidas de também se adequarem aos novos padrões, gera revolta e consequentemente violência. Indo além, Gramsci (*apud* MARTINS, 2005, p.144) já ressaltava esta padronização:

Com essa concepção de mundo absorvida acriticamente no dinâmico devenir histórico-social em que vivem, os indivíduos subalternos passam a ter um comportamento em certa medida padronizado no interior das relações sociais. Eles passam a julgar os fatos, os acontecimentos, os comportamentos, eles passam a sentir, a valorizar, a pensar e agir de acordo com a concepção que lhes foi dada, ou melhor, (...) imposta mecanicamente pelo ambiente exterior (...), o que faz da formação econômica e social um espaço profundamente coeso, unitário, um ambiente onde os grupos sociais, sobretudo os subalternos, têm comportamentos, ações, ideias e valores padronizados.

Estes valores e padrões que unificam grande parte da população atendem a interesses da classe dominante, são ferramentas de manutenção dos interesses e da própria estrutura social. Gera-se, portanto, um conformismo, que se reflete na história de um povo em indiferença e passividade.

Segundo Bourdieu (2007) a lógica de unificação do mercado exerce sobre regiões com identidade própria uma dominação simbólica e econômica, não de maneira

a abolir propriamente suas particularidades regionais, mas constituindo-as em estigmas negativos¹¹. Desta maneira, na confrontação com a cultura dominante, tão fortemente estruturada, quando o membro comunitário reconhece a sua identidade tal como fora imposta pelo dominante, inicia-se um processo de “desenraizamento” e “desnaturamento” de suas tradições regionais:

O mercado dos bens simbólicos tem em suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade por outra (BOURDIEU, 2007, p. 129)..

Assim, no convívio com estas novas características e “qualidades” da sociedade circundante, os moradores comunitários passam a reproduzi-las em seu meio, sendo seres sociais somos produto de (e também produzimos) um tempo e de uma sociedade em que estamos inseridos, determinados pelas condições históricas postas pela lógica capitalista, em todas suas contradições. Ao vivenciar uma nova realidade, o grupo, que segundo Sartre (*apud* TOZONI-REIS, 2007a) é um todo dinâmico e em constante vir a ser, pode alterar-se, perdendo suas características peculiares.

Neste sentido, considerando o movimento dialético próprio dos processos grupais, Sartre (*apud* TOZONI-REIS, 2007a, p.90) diferencia “Grupo” de “Aglomeração”. Para ele aglomeração trata-se de um conjunto de pessoas que até podem ter uma meta comum, e se localizar em um mesmo espaço geográfico, porém, o que as caracteriza é a “serialidade”. Podem ser, por exemplo, um grupo de pessoas numa sala de cinema, ou uma fila de pessoas em um caixa de supermercado. Formam uma justaposição de pessoas, que, apesar de possuírem o mesmo objetivo, buscam-no

¹¹ Segundo Bourdieu (2007, p. 112), “as lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações [ele dá especial destaque à ciência e aos cientistas nesta disputa] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e a identidade do grupo”.

de forma individual, sem se relacionar: “um conjunto humano sem uma unidade interna” (TOZONI-REIS, 2007a, p. 90). Um grupo, contudo indica a totalização. Mas para se alcançar este nível de unidade, o grupo, além de ter objetivos comuns, deve tê-los de forma coletiva, o que os faz descobrir que a interdependência entre os membros do grupo é fator imprescindível para satisfação dos interesses. A vida em grupo exige, além disso, que a comunicação entre seus membros seja direta e multilateral, possibilitando que estes defendam ativamente seus interesses.

Tratando-se de um processo dinâmico, os grupos só se manterão em totalização se se organizarem internamente, lutando contra a serialização. Este gerenciamento deve sempre buscar a unidade e a manutenção do grupo, como objetivo primeiro.

Sob este prisma, o que se verifica por meio dos relatos dos moradores comunitários e de observações da dinâmica interna, é que a comunidade da Prainha Branca atualmente já não possui mais um local para reuniões, já não convoca seus membros para encontrarem-se, já não mais encontra razões para que se reúnam os membros da comunidade, buscando a organização do grupo como um todo. No local existem algumas pessoas que se identificam com a Associação de “camping” e Comércio, outras se identificam com a Sociedade de Amigos da Prainha Branca, grupos que possuem uma unidade interna, mas não se relacionam entre eles (ao menos de maneira cooperativa) e outros ainda, não se identificam com nenhuma das duas associações de bairro e preferem não participar de eventos e reuniões.

De qualquer maneira, a organização interna do grupo não tem como prioridade a unidade da comunidade. Além disso, não há um canal direto de comunicação entre seus membros, uma reunião em que eles possam deixar de lado as desavenças e lutar, como comunidade, em prol dos objetivos comuns. Durante entrevista não estruturada no início do projeto, com um dos membros da comunidade, neste caso membro da Associação de “camping” e Comércio, este comenta que há algum tempo os membros da comunidade não se reúnem para discutir melhorias para a comunidade com um todo. O “grupo” não tem lutado contra a serialização...

6.5.2 Conflitos entre moradores e o Poder Público

- O que dizem os proponentes

O turismo continua sendo desenvolvido na Prainha como sua principal atividade. Em certo momento, em 1997, foi expedido um TAC, Termo de Ajuste de Conduta, pelo

Ministério Público de Guarujá, que vinha a proibir a atividade de “camping” praticada na Prainha Branca. No entanto, segundo um morador da comunidade, o Poder Público não tomou iniciativa quanto à fiscalização da faixa de areia, no intuito de proibir a atividade. Os moradores se organizaram, e passavam dia e noite na trilha de acesso ao local, avisando os turistas que a atividade havia sido interrompida na faixa de areia. Segundo outra moradora, alguns membros da comunidade se arriscavam indo de barraca em barraca avisando sobre a proibição da atividade.

Até 1997, os turistas que freqüentavam a Prainha praticavam o “camping” selvagem, ou seja, barracas eram localizadas na praia e campo, não contavam com infra-estrutura mínima, como água e banheiros. Os problemas acarretados pela inadequação desse tipo de “camping” fizeram com que moradores, liderados pela SAPB, promovessem uma campanha proibindo tal tipo de acampamento. Esse movimento, no entanto, não teve a participação unânime dos moradores, pois alguns temiam perder a renda obtida nos restaurantes e bares (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004).

Com o tempo, os moradores conseguiram conter a atividade na faixa de areia, mas não tiveram qualquer apoio do Poder Público, autor da lei proibitiva. Paralelamente a este fato, alguns moradores começam a hospedar turistas em seus quintais, praticando a atividade de “camping” inicialmente de maneira controlada. De qualquer maneira, o Termo de Ajuste de Conduta não foi cumprido pelo Poder Público por 9 anos:

“Neste interim, ninguém se importava com a Prainha Branca, a grande verdade é essa. E somente através deste prefeito atual [entrevista concedida em 2007] é que houve esta tentativa de resgate (...). É que hoje o Guarujá tem um número de favelas insuportável, então existe um projeto de congelamento destas favelas. Como lá houve também uma ocupação meio que desordenada, eles querem congelar, através das leis ambientais que proíbem as construções... (proponente 1)

A fiscalização era de responsabilidade da Prefeitura (a fiscalização deveria ser cumprida, sob pena de o Ministério Público a multar diariamente). O TAC, contudo, não foi posto em prática pelo Poder Público até recentemente, na época de carnaval em 2006. No ano anterior à sua imposição (na prática), a comunidade de aproximadamente 350 habitantes recebeu cerca de 10.000 turistas, no final de ano. Segundo o mesmo proponente, o TAC proibia o “camping” na faixa de areia da praia (local em que havia a grande concentração de barracas, na época em que foi expedido o TAC, em 1997), mas não proibia nos quintais das casas, porém o Ministério Público, já no ano de 2006, entendeu que houvesse abrangência total e fez com que a Prefeitura de Guarujá, por meio de fiscalização, cumprisse o acordo.

A Prefeitura que até o momento não esteve presente em quaisquer outras questões administrativas da comunidade, instaurou um termo que proíbe uma das principais atividades econômicas do local. Segundo os proponentes, a Prefeitura sempre esteve muito alheia às necessidades dos moradores locais. Por vezes desaprovou projetos que tinham o objetivo de ajudar aquela população e, além disso, liberou a construção da mansão do ex-deputado:

“(...) lá existia um posto policial e ninguém chega lá, foi inaugurado há quatro anos um posto médico que não tem médico, entendeu?” (proponente 1).

“O momento político não foi muito interessante, porque a Prefeitura era contra (...) dificultaram quase que tudo. Então, era complicado por que você queria fazer alguma coisa, conseguia aprovar em nível estadual, chegava no nível municipal atravancava (...) foi realmente desmotivadora.”(proponente 8)

“(...) tem uma questão muito cruel que o Poder Público também faz lá, que é esta coisa da barganha do voto, isso sempre foi muito presente lá, até hoje, porque tem esta coisa assim: ah! A maioria da Prainha Branca vota em Bertioga (...) e o Poder Público não tem o menor prurido de falar, falam na cara dura, “ah! A população não vota aqui, se votasse...” (...) Então, ainda tem mais essa, imagina? que município eu pertencço? De que município posso realmente ser parceiro?”(proponente 6).

A Prefeitura se esquivava dos compromissos no local, mas aos feriados e finais de semana, devido a uma Ordem Judicial, fiscaliza a Prainha Branca. Este contexto problemático se agrava ainda mais, pois, desde o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta que proibiu a atividade de “camping”, já passaram pelo Guarujá três promotores Públicos:

“é o terceiro Promotor que passa por lá! (...). Agora um não consegue dar continuidade ao serviço do outro” (proponente 2).

“Como é que um cara desse vai julgar?” (proponente 3).

“Ele não julga. Ele vai lá faz a ordem, a ordem está feita e ele manda cumprir. E quando manda cumprir, já aconteceu, mandou cumprir, fechou...” (proponente 2).

A partir do cumprimento do TAC, e em meio a tantos conflitos, os moradores da comunidade começaram a se desentender, já que alguns tinham maiores interesses na continuidade do “camping” do que outros.

- O que dizem os moradores

Embora a Prainha Branca esteja localizada na Ilha de Santo Amaro sendo, portanto, comunidade tradicional pertencente ao município de Guarujá, muitos

moradores não se sentem representados por essa Prefeitura, que não apóia e não administra as questões da comunidade. Assim, estas pessoas buscam estreitar seus elos com a cidade vizinha, Bertioga.

“(...) Eu achava que aqui eles... a Prainha é muito esquecida, eles só lembram daqui na época da eleição. Sabe? Porque aí, que nem a gente, eu moro aqui, fazem 43 anos, nasci aqui, mas eu uso médico em Bertioga, tudo o que eu quero é em Bertioga, compra, então a gente mais, é coisa de Bertioga, emprego (...). Eu votava no Guarujá, eu votava, mas assim, tudo o que a gente queria, pedia no Guarujá, nunca vinha nada, entendeu?” (moradora 1).

“... nós somos muito carentes das coisas da própria Prefeitura que: “Ah! vamos fazer isso, saneamento básico!” Mas eles vêm dizer alguma coisa, mas não vem mesmo colocar...” (moradora 3).

“Às vezes a gente não tem muito do êxito porque a maioria do pessoal aqui é pessoas humildes, assalariado, não tem condições financeiras, aí você vai buscar fora, e fica travado. (...) aí fora o pessoal trava muito, segura, porque às vezes também não há um interesse, o interesse do Poder Público aqui” (morador 9).

Os moradores reclamam que o Poder Público proibiu a atividade econômica na Prainha Branca, sem garantir novas alternativas para a população. O contexto é problemático, pois a comunidade encontra-se geograficamente bastante deslocada do município de Guarujá e até mesmo de Bertioga, locais em que os moradores vão à busca de empregos, já que a comunidade não consegue mais sobreviver das atividades ali desenvolvidas. Além disso, é a Prefeitura que fiscaliza os quintais dos moradores e retira as barracas de campistas, mas não fiscaliza a faixa de areia, local em que os campistas instalam barracas sem qualquer infra-estrutura, e sem gerar renda para a comunidade.

“Quando é na praia o pessoal fica lá, ninguém vem, ninguém fala nada, ninguém retira, como teve as várias fotos batidas de feriado, a praia amanhecer assim, cheia de barraca.” (morador 2).

“o meio ambiente [Secretaria de Meio Ambiente] também, eles que vivem aí fora, que não vivem aqui dentro, ficam batendo palma, lá está livre, lá está bem, lá está sossegado... mas não é assim, quem vive aqui, precisa do trabalho daqui. Eu tenho 64 anos, em qual firma eu vou trabalhar? Qual firma vai me pegar para trabalhar? (...) se fosse só eu, ..., mas na verdade tem vários aqui” (morador 6)

A população tem limite de acesso e deslocamento na sua própria área. Os moradores fazem críticas aos meios de transporte até a cidade do Guarujá, já que se leva

mais de uma hora para chegar ao centro da cidade e é necessário pegar dois ônibus (e, portanto, pagar a tarifa dobrada) para percorrer um trajeto de aproximadamente 15 quilômetros.

Por meio dos relatos de proponentes de projetos na Prainha Branca e de moradores locais, percebe-se o descaso, por parte do Poder Público, com a população. Os moradores denunciavam que a comunidade da Prainha não tem feito parte das ações do Estado (representada pela Prefeitura de Guarujá) e fica à sorte do próprio destino.

A hegemonia desta lógica, carregada por uma classe social (a burguesia) se deu a pouco mais de duzentos anos, a partir da Revolução Francesa. No século XVIII, a burguesia, juntamente aos trabalhadores urbanos e camponeses, formava a base da pirâmide social estratificada, aqueles que pagavam todos os impostos e mantinham o conforto do clero e da nobreza. A burguesia lutava contra o poder hegemônico da aristocracia, abraçando causas como as injustiças sociais e a melhoria na vida dos trabalhadores, tendo como lema a “liberdade, igualdade e fraternidade”. Ao tomar o poder e tornar-se classe dominante, difundindo o capitalismo por todo o globo, a burguesia passa a guiar o mundo e a construir ferramentas de sua manutenção no poder, abrindo mão dos valores inicialmente pregados. Saviani (2000), em *Escola e Democracia*, esclarece todo o processo, desde que a burguesia se posicionou como revolucionária e lutou contra o domínio do clero e nobreza. A dominação neste caso é vista como não-natural, mas social e histórica:

Esse raciocínio não significa outra coisa senão colocar diante da nobreza e do clero a idéia de que as diferenças, os privilégios de que usufruíam, não eram naturais e muito menos divinos, mas eram sociais. E enquanto diferenças sociais, configuravam injustiça; enquanto injustiça, não poderiam continuar existindo. Logo, aquela sociedade fundada em senhores e servos não poderia persistir. Ela teria de ser substituída por uma sociedade igualitária.(...) Na medida em que a burguesia, de classe em ascensão, portanto, de classe revolucionária, se transforma em classe consolidada no poder, os interesses dela não caminham mais em direção à transformação da sociedade; ao contrário, os interesses dela coincidem com a perpetuação da sociedade (SAVIANI, 2000, P. 39-40)

No momento em que a burguesia se torna a classe hegemônica, impondo seus princípios, idéias e maneiras de agir a toda a população, ela perde seu papel revolucionário. Este papel é então assumido por outra classe social, justamente aquela explorada pela burguesia. Abdalla (2004, p. 51) discute a dominação da burguesia nas diversas esferas da vida social:

(...) Como classe dominante no capitalismo, [a burguesia] construiu (a partir de sua *práxis*) uma racionalidade fundamentadora de sua presença e ação no mundo, a partir da qual se

erigiram determinadas formas de pensar a realidade, de teorizar sobre ela e de se relacionar concretamente com a natureza e com o outro. Ao determinar um novo processo civilizatório, essa classe social, passou a dirigir o mundo não só sob os aspectos econômico, social e político, mas também e, fundamentalmente, espiritual e cultural. Com o novo modo de produção (o capitalismo) firmou-se também uma nova ciência, uma nova filosofia, uma nova axiologia, uma nova ontologia e novos eixos mediarão o contato do ser humano com a natureza e com os demais seres humanos (ABDALLA, 2004, p. 51).

Sob a lógica então dominante, o capitalismo, a relação mais compactuada entre as pessoas é a competição, onde os mais fortes vencem os mais fracos, que são “eliminados”. A competição, inclusive, é vista como natural, e justifica-se alegando que na natureza, os animais também competem.

No entanto, segundo Loureiro (2004) este é um equívoco, já que o ser humano não deixa de ser um ser natural, mas o é em sua especificidade humana, com características peculiares (história, cultura, trabalho), não podendo ser comparado a natureza de forma genérica. Somando-se a isso, a aceitação de que a competição é natural e que deve ser empreendida em qualquer relação social reforça os interesses da classe hegemônica, que justificam a inevitabilidade da miséria e da desigualdade social, relegando a exploração e as disputas ocorridas ao longo da história. Outro fator a ser considerado é que os animais (e outros seres vivos também) competem, mas na natureza, a competição não predomina sobre todas as outras formas de relacionamento (relações simbióticas) estabelecidas: mutualismo, cooperação, comensalismo, etc. De qualquer forma, todos os outros seres vivos de um ecossistema evoluem juntos (co-evolução) e vivem em interdependência, de maneira que em certa medida, todos dependem uns dos outros.

A “lei natural” dentro da lógica capitalista possibilita que inúmeras estratégias sejam empreendidas para que grandes corporações se tornem cada vez maiores, desprezando o sofrimento de trabalhadores e a destruição de pequenas empresas. Pois, apesar de o comportamento econômico continuar a ser humano e, portanto, “sujeito aos valores da ética humanista”, no repisar das relações que estão à serventia do capital:

(...) o comportamento econômico foi separado dos valores éticos e humanos. Com efeito, a máquina econômica deveria ser uma entidade autônoma, independente das necessidades e desejos do Homem. Foi um sistema que decorreu naturalmente e de acordo com as suas próprias leis (FROMM, 1999, p.18).

O desenvolvimento do capitalismo manipulou as variáveis que o determinavam, desta maneira possibilitou que o que fosse bom para o desenvolvimento do sistema prevalecesse sobre o que fosse bom para a humanidade. Mas isto foi possível apenas

porque se ocultou a desonestidade embutida no conflito, admitindo que o que era bom para grandes empresas seria automaticamente bom para todo o povo. Reforçando este discurso favorável apenas à classe dominante, somava-se outra afirmação:

(...) as próprias características que o sistema exigia dos seres humanos – egocentrismo, egoísmo e avidez – eram inatas na sua natureza e que, portanto, não era apenas o sistema que as alimentava, mas a própria natureza do Homem. As sociedades em que o egocentrismo, o egoísmo e a avidez não existiam eram consideradas “primitivas”, os seus habitantes “infantis” (FROMM, 1999, p. 19).

As características comuns às comunidades tradicionais: trabalho em grupo, cooperação, altruísmo e a valorização do conhecimento tradicional vão justamente de encontro com a lógica difundida. Como são seres “primitivos”, devem se ajustar ao contexto para se “desenvolver”, adaptar-se para poderem competir de igual para igual com as demais pessoas. Se não o fizerem, ficam à periferia do “desenvolvimento”. Neste movimento de desvalorização por parte da sociedade e do Estado, os membros comunitários cedem à pressão do sistema, abrem mão de seus valores e costumes tradicionais para tornarem-se novos consumidores entusiasmados por novas mercadorias, num ritmo incessante de acumulação de bens materiais.

Erich Fromm (1999) ainda afirma que o egoísmo alojado neste contexto autoriza os dirigentes a estimarem muito mais o êxito pessoal à responsabilidade para com o povo, fato que nem mesmo intriga a população, tão focada em suas próprias questões, que mal dão atenção aquilo que transcende o seu domínio pessoal. Neste sentido, não há como se estranhar que o papel do Estado tenha sido completamente deturpado em relação a sua função original. Marx, Engels e Lenin já enxergavam o Estado como uma estrutura que coagia a sociedade civil. Segundo eles, o Estado

adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil, [mesmo sabendo que] ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para garantia mútua da sua propriedade e de seus interesses (...) [uma] forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época (MARX e ENGELS, *apud* MARTINS, 2005, p. 126) (...). O Estado, instrumento de exploração da classe oprimida (...) é um poder público separado da sociedade e situado acima dela (...) uma força especial de repressão do proletariado pela burguesia (LENIN, *apud* MARTINS, 2005, 126).

Segundo o mesmo autor, é este mesmo Estado, determinado e determinante da sociedade capitalista, que submete as massas à classe hegemônica, tanto no que se refere a sua ideologia quanto a sua política e economia. E pode-se dizer que a sociedade

moderna ocidental como um todo foi, não apenas influenciada, (mas em grande medida muito além disso) por toda esta lógica que rege o capital.

Na Prainha Branca, nota-se o descaso do Poder Público ao simplesmente proibir a atividade de “camping”, sem considerar as peculiaridades daquela comunidade e sem que houvesse qualquer planejamento que levasse em conta o bem estar da população local, que acabara de perder sua principal atividade econômica. A questão é que a atividade de “camping”, tal como estava sendo realizada, causava grandes impactos sócio-ambientais, descaracterizando o local de forma agressiva. Mas já que o Poder Público iria dispor de recursos para fiscalizar o local, de forma completa, porque não limitar a atividade para que pudesse ser realizada de forma controlada? Sendo planejada, as características tradicionais do local poderiam ser mantidas e, inclusive poderiam se tornar estímulo ao turismo por suas peculiaridades culturais, além de gerar renda para a população. No entanto, a proibição pura e simples de toda a atividade foi a alternativa adotada, reflexo do desprezo para com a situação vivida pela comunidade.

Não existe saneamento básico em toda a área, e a ausência destes serviços de coleta e tratamento de esgoto, expõe a população a doenças graves. O posto médico utilizado no local é uma adaptação do Posto Policial, sem uso. Além disso, durante a temporada, não há médicos ou enfermeiros na comunidade, que passam a visitar o local, apenas fora de temporada, às segundas e sextas-feiras. A população se sente negligenciada, já que para receber tratamento médico no Guarujá, é necessário fazer a trilha de 1,5 Km até chegar à Rodovia Ariovaldo Viana e esperar pelo ônibus circular que os leve até a Praia do Perequê¹². O posto policial também foi desativado e alguns policiais aparecem esporadicamente, mais especificamente durante a temporada. São serviços básicos que deveriam ser prestados a população pelo Poder Público.

Não tendo a quem recorrer, os moradores expressam em seus relatos, que buscam estreitar os laços com a cidade vizinha e o Poder Público de Bertioga, que os recebem de maneira muito mais acolhedora, tanto no que diz respeito ao atendimento médico-hospitalar, e outros serviços públicos diversos, quanto ao oferecimento de vagas de emprego. Desta maneira, muitos transferem seus títulos eleitorais para o município, de maneira a exercer sua cidadania e escolher os seus verdadeiros representantes.

¹² Em caso de emergências, o ex-deputado “cede” a via de acesso à sua propriedade para passagem de ambulância.

6.5.3 Conflitos entre os moradores (interno)

- O que dizem os proponentes

O conflito interno da comunidade é marcado pela oposição entre os moradores que sustentam a idéia de desenvolver a atividade de “camping” no local, representados pela “Associação de Camping e Comércio”, criada em 2006 e aqueles que não apóiam o desenvolvimento desta atividade. Esses últimos, em grande parte, são representados pela “Sociedade de Amigos da Prainha Branca”. Como já mencionado, além destes dois grupos, existem alguns moradores que preferem não se envolver e não se posicionar em relação a esta questão.

Entre os anos de 1999 e 2000, quando o “camping” deixou de ser praticado na faixa de areia, muitos moradores passaram a hospedar turistas em seus quintais. No início a prática se deu de forma calma e controlada, mas ao longo do tempo, com a maior procura, muitos moradores passaram a utilizar seus quintais com a finalidade de hospedar turistas. Com a procura cada vez maior, alguns passam a desflorestar o seu terreno, retirando a vegetação nativa de Mata Atlântica e abrindo espaço para a alocação de barracas. Os freqüentadores costumavam pagar em média R\$ 5,00 a diária, para ficar nos “campings”. Este fato (e este baixo valor) com o tempo foi sendo divulgado e nos feriados, a praia, que não conta com saneamento básico, recebia milhares de pessoas. (chegando a receber nos períodos mais movimentados o referente a trinta vezes a sua população). Desta maneira, os moradores que não possuíam “camping” e/ou aqueles com valores mais tradicionais posicionaram-se contra a atividade, que vinha crescendo a cada verão. O resultado do conflito é a formação de “facções” com posições opostas:

“(...) um quer que libere o “camping”, ponto. E o outro não quer, está feliz com o que está acontecendo lá e (...) está achando ótimo que a praia deu uma melhorada e realmente deu mesmo” (proponente 1).

“(...) ali já é uma comunidade que tem fissuras profundas, né? (...) É uma coisa muito difícil de você reatar, na minha concepção, (...) porque eles estão em “pé de guerra”, o conflito de interesses é muito grande” (proponente 2).

“Fazer cumprir este TAC foi meio complicado porque era véspera de carnaval, eles já tinham comprado muita coisa, (...) são pessoas que se endividaram com toda essa história, isso (...) desagregou a comunidade, hoje para você retomar, juntar os cacos, mesmo que você diga que é importante. E eu falo, não adianta a gente chegar se está um quadro tão complicado como este. (...) É tudo muito complicado as relações, as informações são todas muito truncadas. É uma situação, eu diria a você, difícil. Eles são primos, é uma disputa muito cruel eu acho” (proponente 9).

“A briga vai ser eterna, não vai haver trégua porque é isso que alimenta a comunidade. Eu não sei se antigamente era melhor, mas mais ou menos desde que eu conheço a Prainha é assim [20 anos]. (...) antes de proibido o “camping”, já tinha galera que era contra o “camping”. Porque eles conseguiram uma coisa: que o “camping” fosse parado, que é destruição, que é o lugar. Tudo isso aí, beleza, a parte boa foi beleza. Mas eles conseguiram também que um monte de família aí não tenha mais como se sustentar... o turismo é a fonte principal da Prainha Branca, por mais que eu saiba que mais metade da Prainha Branca não trabalha com turismo. Então essa metade que não trabalha com turismo, para eles não interessa ver o lugar deles ser invadido por um monte de bicho” (proponente-morador 2).

Os proponentes comentam sobre a dificuldade de desenvolver seus projetos na comunidade que vive em meio a conflitos. De acordo com seus relatos, as atividades são programadas, os moradores não participam, dificultam e às vezes até boicotam os projetos:

“(...) a gente sabe que vai ser muito difícil fazer o curso lá, porque tem esta divisão clara, possivelmente se for o pessoal da Associação o outro pessoal não vai querer ir. Se for o outro pessoal a gente vai ter que saber tourear” (proponente 2).

“(...) Aí, com aquela briga das associações, que tem duas, ou quase três associações que brigam entre si. (...) Então, essa desmobilização por conta destes rachas internos da comunidade dificultou muito o trabalho, você deve ter sentido isso também. (...) Às vezes dava alguns problemas, não de bate-boca entre elas, mas uma coisa muito sutil, de “não vou fazer porque se não vai dar confusão com outro povo lá (...) E aí ficava um clima...Tenso, mas velado! (...) e assim, vai minando algumas ações que a gente gostaria de fazer junto com eles...” (proponente 6).

“a participação? Ah! Também não era 100%. É aquela coisa, tem os nichos certos na Prainha. Tinha o nicho que apoiava, o nicho que não apoiava” (proponente 8).

“(...) mas eles também não conseguem perceber que este racha interno faz com que os trabalhos desandem lá, eles não dão espaço para que outras pessoas entrem. (...). O psíquico da comunidade, do inconsciente coletivo da comunidade, eles não se dão conta de que é rachado, que é fragmentado, que é esquizofrênico, sabe estas coisas assim?” (proponente 6).

“Então a gente estava já querendo organizar faz muito tempo, mas por causa desta briga, que você falou, a gente acabou deixando para trás, para trás...” (proponente-morador 1).

Um dos projetos, inclusive, trata especificamente dos conflitos vivenciados na Prainha Branca. O projeto é desenvolvido por uma estudante da França que realiza intercâmbio universitário no Brasil. Conforme a estudante, o objetivo do estudo

“é entender, compreender os fatores de construção de território, como que está agora e fazer uma tipologia dos usos e atividades que tem na área, daí compreender como que chegou a este ponto de conflitos que tem agora...” (proponente 5).

Assim, alguns proponentes analisam a situação conflituosa, as lutas externas e as internas. Para alguns dos proponentes, a população ali residente vive em meio a uma crise em que se opõem valores tradicionais e da modernidade, e que acaba gerando uma crise de identidade na população:

“(...) tem uma violência muito velada nesta comunidade, não da comunidade, mas uma violência externa e aí é lógico que eles vão se armar mesmo... (...) isso dá margem a estes rachas internos que eles têm lá, já que fragiliza o que eles têm de mais fundamental lá” (proponente 6).

“(...) uma comunidade que perdeu seus laços iniciais, que desde lá de trás foi obrigada a se desagregar, na medida em que não tinha sustento, pelo peixe que seja, e foi trabalhar no Guarujá, foi trabalhar em Bertioga, ela foi perdendo seus vínculos. Ela tem uma ou outra tradição, uma ou outra festa, mas ainda assim, esta tradição e esta festa é permeada por um série de tensões, de tensões graves...” (proponente 2)

“(...) de todos problemas, o problema de agregados, de espírito de comunidade foi o que faltou para eles. Por quê? Porque é uma comunidade que tem a parte histórica, é lógico, tem os moradores tradicionais, dentro desses moradores também agregou muita gente de fora, que não está ligado à terra, então não está nem aí para o que está acontecendo na região” (proponente 8).

“(...) se a comunidade antes conseguia viver dela mesma, uma coisa de subsistência, isso mudou com muita rapidez, estas pessoas vão buscar fora da comunidade de um jeito outro, acho que este processo é um processo que a comunidade ainda não digeriu muito, por que quando você entra na vida um pouco mais íntima da pessoa, você percebe o quanto caiçara eles são ainda. E aí, para mim tem pouco dessa crise de identidade.”

“(...) palavras indígenas e portuguesas, então eles se vêem um pouco perdendo esta identidade, que eles gostam de manter por que é a raiz deles, e ao mesmo tempo é uma coisa que já não traz mais qualidade de vida, por quê? Porque precisa se adequar ao que este desenvolvimento desenfreado faz, assim, essa roda viva que vai engolindo as comunidades sem o menor respeito (...)” (proponente 6).

- O que dizem os moradores

Durante as entrevistas, todos os moradores fizeram referência aos conflitos vividos na comunidade. Em alguns casos, apenas fizeram menção quando se relacionava a alguma das perguntas realizadas. Em outros casos, os moradores falaram do tema em tom de desabafo e interpretaram as questões da entrevista como uma forma

de abordar a atividade de “camping” e os conflitos gerados a partir de sua proibição. Em seus depoimentos podemos definir dois blocos com opiniões opostas: a favor e contra o “camping”.

Inicialmente estão aqueles moradores que, defendendo o sossego da comunidade, apóiam o seu controle e/ou proibição:

“Então é Lei mesmo que as pessoas não podem acampar, as pessoas diziam viver disso, ficaram revoltados. (...) porque não dava mesmo para viver aqui na comunidade do jeito que estava. (...) A comunidade não comporta este tanto de gente, não tem banheiro público. A praia ficava imunda, porque as pessoas iam fazer suas necessidades dentro do mar, então vinha tudo, quando a maré trazia, trazia... né? Então foi bom, muito bom, acabar com o acampamento, das drogas, que existiam, muitas drogas que tinham” (moradora 3).

“(...) a gente sempre colocou nas reuniões que a gente precisava resolver a questão do “camping” aqui dentro (...) porque quando vem de fora a coisa pega para todo mundo (...) mas infelizmente nós não conseguimos controlar. (...) Além do mais, isto aqui é uma área tombada, não pode. Ai foi onde causou o problema, (...) até porque dava medo aqui na Prainha, do tanto de gente que tava. (...) a gente não dormia, não conseguia andar na praia (...) era um uso de drogas desenfreado por tudo o que era canto. (...) [O sargento da polícia disse que] desde que diminui a atividade de “camping”, as ocorrências caíram drasticamente, isso é um ponto, caíram em 90% mais ou menos dos acontecimentos aqui dentro. E outra coisa, ele falava, se não tivesse tomado esta medida, (...) ele dava mais dois anos para a gente perder a comunidade” (morador 5).

“Para nós que vive aqui na Prainha, a melhor coisa que ela fez na vida foi isso, proibiu o acampamento na Prainha. (...) veio mais de 10.000 pessoas para Prainha. Não tinha mais alimento para ninguém aqui na Prainha, por que os bares não suportavam. Era lixo para todos os lados, (...) Era muita gente, era muita droga, (...) dava vontade de chorar, a Prainha no estado que estava (...) Vinham até pessoas armadas, você via que não era um ambiente bom para os nossos filhos” (proponente-moradora 1).

Por outro lado, parte dos entrevistados defende a volta da atividade de “camping”, que gera renda para alguns moradores da comunidade, muitos dos quais, dizem estar em situação extremamente complicada desde a proibição da atividade. A maior parte das pessoas que defende esta idéia concorda que a atividade deveria sofrer modificações. Os moradores com “campings” que se reuniram na “Associação de Camping e Comércio” falaram sobre as discussões internas e dificuldades enfrentadas após a imposição do Termo de Ajuste de Conduta:

“Porque daí vem a organização (...) os campistas vêm e vão ter uma recepção melhor, vai ter pessoas para explicar o que pode e o que não pode, o que deve e

o que não deve fazer (...) O que também foi conversado aí foi sobre taxas de preços, quarto e “camping”, né? Igualar todos, mas aí as vezes não dá como fazer isso (...). [O valor] é pouco, porque vem gente de má qualidade, vem bagunceiro, então aí além do que você cobra um preço desse e você ainda tem que arcar com responsabilidade de recepcionar estas pessoas, é quase que dia e noite, porque se você marcar, eles fazem besteira...” (morador 2)

“Exatamente não estragar nada, e que isso ainda não foi feito. Eu já fiz, já fiz duas fossas, estou fazendo mais duas, já está quase pronto. Não mexi ainda nos banheiros porque é uma parte mais cara... e mesmo assim eu estou fazendo, com esperanças é claro, com esperança de que isso dê certo. Isso aí eu estou falando de mim, mas como eu sei como é que a gente está se movimentando, as opiniões... de alguns que eu tenho contato com eles.”

“A semana que vem se nós não tivermos serviço, se não aparecer ninguém, nos quartinhos, (...) nós estamos em uma situação muito delicada. Sem dinheiro, (...) definitivamente sem nada (morador 6).

Podemos notar também que na comunidade estão presentes visões de mundo e valores diferentes, uma tensão entre valores tradicionais e modernos, coletivos e individuais. De um lado, moradores que valorizam as características tradicionais do local, preservando as raízes, estimando o trabalho coletivo e voltado para o bem estar comum, embora reconhecendo a necessidade de certa adaptação aos valores da modernidade:

“(...) a comunidade ela tem suas dificuldades, mas a gente queria que comunidade, ela fosse preservada, de as pessoas terem esta consciência, os próprios moradores, de manter as coisas caixaras. Que voltasse aquele tempo em que as pessoas pescavam e chegavam, e eles repartiam aqueles peixes, (...) era comunitário, era tudo comum, então hoje em dia, a comunidade cresceu num certo sentido, o comércio, algumas pessoas cresceram muito individual e isso ficou... (...) Então é isso que eu quero: bem comum mesmo, e é assim que tem que ser! Caiçara é isso, viver em comunidade” (moradora 3).

“É isso aí que a gente quer, na verdade que a molecada se interesse pelo lugar, por que eles estão perdendo muito interesse pelo lugar (...) antigamente a gente já tinha este negócio de gostar do lugar, da mata! Pô! Você olha para o mar e pensa que o lugar maravilhoso! Hoje em dia a molecada não vê isso mais (...)” (proponente-moradora 1).

“E assim, todo mundo tinha... vai... eu tinha este pedacinho aqui, colocava 3 a 5 barracas, legal! Depois já não estava mais legal aquilo dali e já começaram a desmatar! Abriam cada vez mais e taca barraca! Então estava acontecendo isso! A ganância que tava virando na prainha (...). Eles não estavam vendo mais o meio ambiente, eles estavam vendo o dinheiro” (proponente-morador 1).

“(...) eu sou dessa maneira, se a gente vai trabalhar juntos mesmo, e mesmo que minha peça não vendeu, vendeu a do fulano, eu acho que se a gente tá no grupo, tem que ser igual” (moradora 8)

“(...) a gente sempre faz estas festas voltadas para o comum. (...) a verba é sempre para alguma coisa da comunidade, não é para particular (...) hoje o grupo trabalha melhor, porque ficava uma coisa dividida.”

“Manter! Manter, mas eu falo manter, Marina, não é porque eu não queira o crescimento, o desenvolvimento (...) é por que às vezes o pessoal quer uma coisa muito... aí foge da característica, que é o local ainda hoje, a característica da própria comunidade. (...) E hoje eu, com uma visão, (...) a gente percebe que é onde a gente ainda encontra o refúgio tranquilo. Eu falo para eles que a minha casa não é só aqui, é a comunidade. A minha luta também é muito por causa disso. O meu pai lutou muito para nos manter aqui. É muito dele também, então eu luto pela comunidade, não é para mim, para particular.”

“(...) na realidade é isso aí porque vai perdendo as características. Este fluxo exorbitante de pessoas: vai e volta. E a pessoa monta um comércio ali e já quer abrir outro lá. Ai é aquilo que você falou, a pessoa já não se contenta mais com o simples, sempre quer mais. Este é o nosso medo, a pessoa querer sempre mais e mais e mais...” (morador 9).

De maneira diversa, notamos nas falas de outros moradores aspectos valorizados pela modernidade. Alguns defendem o desenvolvimento econômico da região, em detrimento das raízes culturais, outros depoimentos são marcados pela individualidade e a competição em detrimento do pensamento coletivo e do bem estar comum, que caracteriza as comunidades tradicionais:

“(...) mas eu quero levar o nome da ONG que eu quero fundar. Entendeu? Então, eu estou com o nome, mas eu não quero divulgar para outro não vir a usar. Eu queria até patentear este nome, eu já tentei, (...)”

“Aqui na Prainha, sabe o que eu queria? Um projeto meu... são coisas que na realidade, muita gente não vai querer...” É! Eu gostaria de pegar um patrocínio da Petrobrás(...) porque eu sei que eles têm dinheiro para fazer um teleférico aqui. Então, eu queria fazer isso, mas se eu passar isso para Associação, eles vão se associar rapidinho com o (...), que já é da Petrobrás, e conseguiu o patrocínio deles, e vai conseguir isso só com a minha idéia. A minha idéia, você entendeu? Vai usar a minha idéia!” (moradora 4).

“(...) a turma, o pessoal da associação que a gente está resolveu que se um está pondo e outros não está, então põe todo mundo, a hora que a chapa esquentar, esquentar para todo mundo de uma vez só. E todo mundo colocou barraca”(morador 2).

“E eu cobro o preço normal que nós combinamos, no trato que fizemos [referente à atividade de “camping”] (...) Foi combinado! Mas numa hora dessa o pessoal descombina, este é um problema grave” (morador 6).

“Então tem um lado e outro. E é por isso que não tem união, quem trabalha lá fora quer que aqui fique isolado do jeito que está hoje, quem está aqui dentro quer que volte o “camping” para melhorar o comércio, melhorar o movimento, eles não querem porque dizem que isso prejudica a infância dos filhos deles” (morador 7).

Pelos depoimentos podemos observar que existem dois grupos na comunidade com prioridades e visões diferentes. Alguns moradores acreditam que o trabalho coletivo, os valores tradicionais e a conservação das características sócio-ambientais do local garantem a qualidade de vida que esperam. A maioria destes moradores trabalha fora da comunidade, já que apenas a partir das atividades internas não conseguem mais garantir sua sobrevivência. Estes, porém valorizam a manutenção das demais raízes comunitárias, costumes, hábitos e crenças. Outros moradores acreditam que com a atividade turística impulsionando o comércio, garantindo o crescimento econômico de alguns estabelecimentos e “campings” individuais, os moradores serão mais bem-sucedidos.

Esta oposição entre a valorização de costumes tradicionais (“velho”) e a supervalorização da modernidade (novo) extrapola os limites da comunidade e pode ser notada em fatos e acontecimentos do nosso dia-a-dia e no estilo de vida de parte da população. A substituição de artigos como roupas, eletrodomésticos, automóveis, entre outros, ocorre em ritmo alucinante. O mais novo (mais moderno) é desejado por todos, apesar de nem sempre ter melhor qualidade que o antigo. Trocam-se utensílios em perfeito estado de funcionamento por um novo, apenas porque todo o grupo de amigos a que pertence possui aquele tipo, ou porque está na moda.

O vídeo “História das Coisas”, de Annie Leornard, produzido nos Estados Unidos e acessível pela internet, explana que pelo menos 99% dos produtos consumidos pela população americana são descartados em um prazo inferior a seis meses, durante tempo insuficiente para garantir o processo vital utilizado para produzi-los. A sociedade regida pela **economia** é na verdade a sociedade do **desperdício**, do consumo, o que evidencia um paradoxo, já que apesar dos processos de gestão fazerem parte de nosso cotidiano, quando se referem à vida de cada pessoa, são negligenciados (TOZONI-REIS, 2008).

Em uma entrevista à Agência FAPESP, com o título “falsa neutralidade” o professor Molina, da Universidade de Quilmes, Argentina (2009), analisa como a lógica do capitalismo induz a população a tal consumismo:

Uma das linhas que está sendo desenvolvida é que essa política pode ser vista com clareza, por exemplo, no chamado código técnico. Esse gravador digital que você está utilizando, por exemplo, possui um design que encerra em si todo o contexto de sua concepção e está ligado a determinadas estratégias. Essas estratégias representam interesses – que, no caso de uma sociedade capitalista, correspondem aos interesses das corporações. São interesses que têm a ver com o consumismo tecnológico. O projeto do gravador já prevê quando ele sairá de linha, isto é, carrega consigo uma estratégia de obsolescência programada. Para que

você consuma mais, é preciso que na sua cabeça a aquisição de novos produtos tecnológicos seja entendida como um progresso. Você acredita que está progredindo e tem um aparelho melhor, de última tecnologia. Mas eventualmente os aparelhos mais antigos tinham mais qualidade. (...) É uma estratégia de consumo que se baseia na novidade. O produto é um bem cultural que se vale do valor simbólico que tem a “eficácia” na nossa cultura, levando a pessoa a pensar que os produtos desenvolvidos mais recentemente são melhores. Mas isso é uma falácia. (referencia: FAPESP, ano e página. Não esquecer de fazer a referencia completa na bibliografia)

O consumo supérfluo, sem sentido, alimenta o lucro das grandes corporações que lançam de tempos em tempos produtos muitas vezes similares em termos de utilização, mas com cores mais atrativas ou luzes mais brilhantes para seduzir os consumidores sedentos. Segundo Loureiro (2007), além disso, no capitalismo, a condição de cidadania está atrelada ao padrão de consumo, ou seja, o sujeito só pertence a determinada classe social se consumir no mesmo nível que os demais. Este poder da mercadoria é percebido em todas as sociedades industriais e se estabeleceu em escala global,

(...) sob um mercado que não satisfaz carências, pelo contrário, as demanda permanentemente, cujos efeitos são visíveis: superprodução e superconsumo para poucos e subconsumo, expropriação e exploração para a maioria, sob um modelo de desenvolvimento que prima pelo acelerado uso do que a natureza dispõe para a perpetuação da vida, viabilizando a compreensão do ciclo produção-circulação-distribuição-consumo e garantindo a ampliação da acumulação privada da riqueza socialmente gerada (CASANOVA, *apud* LOUREIRO, 2007, p. 16-17)

A garantia de prazer na aquisição de um bem, no entanto, é provisória, apenas enquanto este for considerado novo pelo seu "pertencedor", depois disso, será descartado como o restante. A sensação de prazer experimentada não depende apenas do fato de possuir, de ter, mas a sensação de conquista. Desta maneira, tão logo o desejo for conquistado, e a euforia deste momento acabar, novos produtos serão consumidos, num processo que acaba se tornando um vício para grande parcela da população.

A própria oposição entre o velho e o novo já denota uma limitação, uma defasagem na compreensão da realidade. Numa análise dialética, pensemos como as características novas ou modernas são configuradas sempre no seio das antigas, a partir das quais se modificam. O novo é diferente do velho, mas só foi formado a partir dele, num processo de incorporação por superação. O descarte do velho, da tradição, das características antigas nos remete à lógica linear presente no modelo positivista, em que para se atingir o desenvolvimento e progredir, deve-se esquecer o passado.

Grün (2007) refere esta oposição ao século XVI e XVII, período em que as ideias de Bacon, Galileu e Descartes, e outros filósofos e cientistas que inauguraram o

modelo mecanicista (e como já visto, influência muito presente até os dias atuais), estavam em seu apogeu.

O pensamento de Bacon já trazia marcas do esquecimento da tradição, o que pressupunha que atividade humana se realizasse em um "presente puro, liberto de memória, considerada nefasta para a ciência" (GRÜN, 2007, p. 29). Ele acreditava que o passado impedia a visão mais ampla e clara das coisas, e nos relegava à submissão em relação à natureza. "O respeito pelo conhecimento herdado implica um grande dano às ciências, pois não é possível superar e simultaneamente admirar os antigos" (Idem, p. 33) Desta maneira, para alcançar o progresso, instaurar a construção de um novo mundo e dominar a natureza era necessário esquecer as velhas filosofias (inclusive grandes nomes como Platão e Aristóteles) e romper com a tradição.

Segundo o mesmo autor, em Galileu, este postulado se perpetua. Para ele a natureza imutável só poderia ser descrita matematicamente, rejeitando o processo histórico e as relações estabelecidas entre ser humano e o ambiente natural. Além disso, todas as qualidades sensíveis foram desprezadas: o mundo resumia-se às propriedades objetivas, em detrimento do subjetivo, o que ajudou na determinação unívoca do mundo circundante. Sendo assim, a história poderia ser descartada, já que as descobertas realizadas por estes eram a razão e a verdade únicas.

Descartes também vem para reforçar o processo de esquecimento da história. Segundo Grün (2007, p. 54)

À época de Descartes, já havia uma desconfiança de que os hábitos e pensamentos fossem produzidos pela cultura. Na verdade, mesmo antes de Descartes, Montaigne já propunha que a verdade era relativa e intrinsecamente ligada à cultura em que era produzida. Na tentativa de eliminar tais suspeitas, Descartes busca descobrir um fundamento sólido e verdadeiro que não dependesse da cultura a que pertencia. É por meio de sua experiência sobre a diversidade de opiniões [possibilitada por viagens pelo mundo todo] que ele chega (...) [à] mudança da história, da cultura e da tradição ao "eu", a base de todo o conhecer.

Ele objeta inclusive sua formação inicial, já que por ser formado por professores mais velhos que ele, sua razão era influenciada pelo passado. Assim, ele busca de todas as maneiras eliminar a influência do tempo anterior, através de sua razão, base para o desenvolvimento da ciência:

Mas sou obrigado a confessar que, de todas as opiniões que recebi outrora em minha crença como verdadeiras, não há nenhuma da qual não possa duvidar atualmente, não por alguma inconsideração ou leviandade, mas por razões muito fortes e maduramente consideradas: de sorte que é necessário que interrompa e suspenda doravante meu juízo sobre tais pensamentos, e que não lhes dê crédito, como faria com as coisas que me parecem

evidentemente falsas, se desejo encontrar algo de constante e de seguro nas ciências (DESCARTES, *apud* GRÜN, 2007, p. 63)

Ao garantir o privilégio do "eu" em relação a todo o restante (a autonomia da razão única), a certeza das verdades inabaláveis descobertas por meio da ciência viriam para eliminar qualquer possibilidade de incerteza e caos presentes na natureza, além de atestar a superioridade e dominação desta pelo homem. E isto se dá em meio a uma suposta neutralidade da ciência.

Ao classificar e "organizar" a natureza, compartimentando e fragmentando para conhecer, o ser humano tenta eliminar e camuflar as interações e interdependência que o une às demais espécies, por meio da negação da história. A evolução do planeta ocorre de maneira interligada, as espécies se relacionam num mesmo ambiente e quando o espaço impossibilita uma interação direta, esta interação pode dar-se de maneiras outras, como a troca de energia. De qualquer maneira a evolução de uma espécie influencia as demais espécies, da mesma maneira, como esta também é influenciada, como o que ocorre a uma teia: quando um fio é puxado, todos os demais também se modificam. Trata-se da co-evolução, que ocorre ao longo do tempo, estruturando a história das espécies e do planeta Terra.

No momento em que negamos a história, recusamos e fragmentamos a nossa relação natural com o mundo exterior, jogamos na lata do lixo nossas raízes, rompendo um fio da teia, o que certamente traz (e muito já pode ser observado) e trará efeitos sobre ela integralmente. Percebe-se que os homens dentro do modelo mecanicista (servindo o capital) têm dificuldades em compreender o todo, apreender a complexidade da vida. Não se considera a história do planeta, das espécies e do ser humano como única, assim como não se enxerga a espécie humana integralmente. Enxergando apenas o fragmento da realidade complexa, sem vislumbrar quais reações nossas ações podem provocar no meio natural e na sociedade, podemos condenar o planeta e a nós mesmos à extinção.

A negação da memória e do passado é uma ferramenta inteligente na luta de classes. Ela é utilizada pela classe hegemônica para manter-se naturalmente no poder. Ao incutir na sociedade que a desigualdade social e a competição, em que o sucesso dos mais fortes se dá pela eliminação espontânea dos mais fracos, fazem parte de toda e qualquer realidade, a burguesia mantém as classes menos favorecidas conformadas.

Não se trata apenas de atualização, uma “estéril oposição entre o que é “novo” e o que é “velho”, mas [de uma] (...) disputa prática e política entre concepções de mundo e de sociedade¹³” (LOUREIRO, 2007, P. 22).

Frigotto (1995) demonstra como o rádio e, posteriormente, a televisão participaram deste cenário. Na década de 60 o número de aparelhos refrigeradores (geladeiras) era muito superior ao número de televisores. A evidência se dá por meio de uma progressão, pois com o passar do tempo o número de residências que possuíam televisões ultrapassa o número de residências com geladeiras. Ou seja, muitas famílias julgavam mais importante assistir às novelas, jornais e demais programas populares do que resfriar seus alimentos, para que não apodrecessem. Certamente, este fato não é isolado, mas foi determinado por um contexto maior em que o objetivo era a padronização da maneira de pensar e agir de toda a sociedade (ditada pela classe social dominante, detentora dos meios de comunicação de massa).

Para Gramsci (*apud* MARTINS, 2005, p. 145), forma-se o "homem-massa", em duplo sentido metafórico, pois fazem parte de um mesmo "bolo social", integrando o interior da mesma formação econômica e social e neste mesmo grupo, podendo ser manipulados como a massa de um padeiro, (ou do grupo social dominante). Segundo o mesmo autor, esta maneira homogênea de se pensar e agir, o senso comum,

(...) ganha outras perspectivas e contornos, diferentes daqueles normalmente difundidos. Para Gramsci, essa concepção de mundo que se torna senso comum entre os grupos e as classes sociais é um produto sócio-histórico, capaz de garantir a manutenção da direção e da dominação presente na formação econômica e social, mediante a orientação que dá ao desenvolvimento da moralidade individual e coletiva. Pelo senso comum vigente entre os subalternos, a injusta ordem a sociedade de classes torna-se algo natural, justificando as desigualdades de todos os tipos. Assim, qualquer ação transformadora deixa de ter sentido, uma vez que seria algo feito contra a própria natureza dos fatos, tornando a passividade sócio-histórica e a indiferença política a marca maior da moralidade dos subalternos (MARTINS, 2005, p. 145-146)

O aparelho ideológico da burguesia é amplamente difundido na sociedade capitalista, pela atuação nas diversas esferas sociais: mídia, imprensa, igrejas, escolas,

¹³ Para Gramsci, a visão de mundo de um indivíduo, de um grupo ou de uma classe social, a visão que se tem da realidade, é um dos fatores que configuram a formação econômica e social. Esta, por sua vez, é produto de um “(...) devenir histórico (...) [que faz com que] na realidade, (...) exist[am] diversas (...) concepções de mundo (...)” (MARTINS, 2005, p. 143). Assim, segundo ele, a classe social a que um indivíduo pertence, com seus modos de agir e pensar peculiares deve-se à concepção de mundo deste mesmo bloco social, padronizado justamente pela ideologia do grupo.

entre outros. Por meio desta difusão da visão de mundo do senso comum, "a classe dominante economicamente torna-se dirigente ética, política e culturalmente, controlando os corações, as mentes e as ações dos indivíduos das classes subalternas, que se submetem à hegemonia burguesa" (MARTINS, 2005, p. 146).

Para garantir que o sistema controlado pela burguesia fosse bem sucedido, o ciclo de produção e consumo deveria ser o mais acelerado possível, o que só seria admissível através de uma filosofia que, ao ser infiltrada em toda a sociedade, fizesse-nos acreditar que a felicidade e a qualidade de vida dependessem da posse de bens materiais. Partem desta idéia as duas premissas do próprio sistema industrial: que a finalidade da vida é o prazer máximo, marcado pela satisfação de todos os desejos e necessidades do ser humano (hedonismo radical), e que o egocentrismo, necessário ao funcionamento do sistema, gera harmonia e paz (FROMM, 1999):

A teoria de que o objetivo de vida é a satisfação de todos os desejos foi amplamente proclamada (...) por filósofos dos séculos XVII e XVIII. Tratava-se de um conceito que iria facilmente destacar-se quando o "benefício" deixasse de significar "benefício para a alma" (...) e passasse a ter um significado material, de lucro monetário, no período em que a classe média se desfez não só das suas algemas políticas, mas também de todas as dependências amorosas e de solidariedade e acreditou que existir *apenas* em função de si significava ser mais ela própria e nunca menos (FROMM, 1999, p. 16)

No entanto, segundo o mesmo autor, independente de análises teóricas sobre o assunto, podemos perceber visivelmente que a maneira de buscar a felicidade que almejamos não traz bem – estar. Vivemos em meio a uma sociedade infeliz, onde a depressão, a ansiedade e a solidão são sintomas corriqueiros da população. Além disso, o egocentrismo não conduz à paz e à harmonia e conforme esclarece Fromm (1999, p. 17):

Ser egoísta não se relaciona apenas com o meu comportamento, mas com o meu caráter. Ou seja: que querer tudo para mim; possuir, não partilhar, me dá prazer; que devo tornar-me ávido, porque, se o meu objectivo é *ter*, eu *sou* tanto mais quanto mais *tiver*; que devo sentir todos os outros como meus adversários: os meus clientes a quem quero iludir, os meus concorrentes a quem quero destruir, os meus trabalhadores que pretendo explorar. Nunca poderei estar satisfeito, porque não existe fim para os meus desejos; devo sentir inveja daqueles que têm mais e receio daqueles que têm menos. Mas tenho de reprimir todos estes sentimentos para poder revelar-me (aos outros e a mim próprio) como o ser humano sorridente, racional, sincero e amável que toda a gente pretende ser.

O mesmo autor faz referência aos modos "ter" e "ser" como maneiras diferentes e fundamentais de existência. O modo *ter* de existência se refere a posse, assim, nas pessoas e na sociedade onde este modo de existência é fundamental serão manifestadas

relações em que as coisas e as pessoas (até a minha própria pessoa) são minhas propriedades. O modo ser de existência faz referência a "ter existência" ou pertencer à realidade (raiz da palavra *es* nas linguagens indo-européias). "Denota a realidade da existência de quem ou do que é; confirma sua verdade e autenticidade" (Idem, p. 33). Trata-se da essência do ser ou objeto e não da aparência.

Esta diferenciação entre diferentes modos de existência é uma discussão antiga e está presente nas filosofias de nomes ilustres ocidentais, entre eles Platão, Hegel e Heráclito, além de na filosofia oriental budista. Em nosso meio, veremos mais facilmente o modo "ter" de existência, pois vivemos em uma sociedade voltada para a aquisição e acúmulo de bens e obtenção de lucro. Além disso, para a maior parte destas pessoas, esta é a maneira mais natural de existir, e muitas vezes, a única possibilidade aceitável.

No filme *Ilha das Flores* de Jorge Furtado (1989), o autor, demonstra como o "ter" é marca registrada de nossa sociedade. De maneira sutil o filme faz várias denúncias: à fragmentação do conhecimento, que nos levou ao conhecimento técnico avançado, mas nos impossibilitou a visão do todo; às peculiaridades do ser humano, dentre elas o maior volume de massa cerebral, que nos permitiu através da inteligência, nos libertar dos limites impostos pela natureza e construir a cultura, mas não eliminou a miséria no mundo; ao estilo de vida que a população de classe média brasileira vive, alienada da dura realidade da maioria da população; e a influência do capital e da propriedade privada na manutenção da desigualdade social. No filme ele mostra o caminho que faz um tomate desde o supermercado, a troca pelo dinheiro da dona de casa, que ao preparar o molho de tomate que servirá para sua família no almoço julga que este não serve para alimentá-la. Joga-o no lixo que é recolhido e levado pelo caminhão de lixo para o lixão, localizado no bairro de Ilha das Flores. Lá o proprietário de alguns porcos, paga para que aquele lixo sirva de alimento (lavagem) para seus animais. Seus empregados escolhem o que é apropriado para alimentação dos suínos. O que sobra do lixo fica à disposição de seres humanos, moradores da Ilha das Flores, que formam uma fila do lado de fora da cerca, e podem entrar de 10 e 10 e permanecer por 5 minutos escolhendo o que comer. Segundo o autor: "O que coloca os seres humanos da Ilha das Flores depois dos porcos, na prioridade de escolha de alimentos, é o fato de não terem dinheiro, nem dono".

O modo "ter" de existência garante a funcionalidade do sistema capitalista, mas ao dominar o coração e mente do ser humano, provoca cobiça e ânsia pela acumulação

de bens materiais, enquanto relega às classes menos favorecidas à própria sorte, à miséria, e à fome. O discurso que legitima a situação de desigualdade convence a massa da população ao justificar que os mais beneficiados trabalharam mais, ou são mais competentes e inteligentes, enquanto os menos favorecidos não gostam de trabalhar ou não tem capacidade para desenvolver-se.

A competição é naturalmente aceita e provoca o individualismo, a avareza, a exploração (do homem sobre a natureza e do homem sobre o homem) que geram revolta, violência, miséria e degradação. Trata-se de um ciclo sem fim, pois os desejos materiais se renovarão assim que forem conquistados, num processo ilimitado. E enquanto esta for a orientação de existência da sociedade ocidental, haverá sempre competição, disputada e exploração entre as pessoas, os grupos e as classes sociais: "O capitalismo não é apenas uma tragédia econômica – a anarquia da produção competitiva – mas uma tragédia humana na medida em que coloca os homens em condição de rivalidade consigo próprios e com a natureza" (MARX, *apud* PEDROSA, 2007, p. 73).

Na comunidade estudada observamos a falta de união entre os grupos de moradores. A "Associação de Amigos da Prainha Branca", associação de bairro mais tradicional possui representantes eleitos pela população e atua na região há mais de trinta anos, nas questões que dizem respeito à comunidade. Possui em certa medida uma identidade coletiva, uma integração e segundo seus representantes "lutam em prol do bem estar e da manutenção da comunidade".

O grupo da Igreja, liderado por uma moradora local também trabalha em conjunto com a Associação de moradores, conforme o relato da representante. Os moradores que formam este grupo valorizam a prática comunitária e o desejo de não só manter as tradições, mas resgatar algumas práticas já perdidas ao longo da história. É um grupo de pessoas que vêm lutando para manter as características e raízes comunitárias mesmo em meio à sociedade capitalista. A maioria das pessoas deste grupo se coloca contra o "camping" praticado no local, pois alegam que a atividade trouxe não só um movimento muito intenso (o que geraria renda), mas consequências negativas como tráfico de drogas, poluição, violência, entre outras características marcadamente associadas à sociedade capitalista.

Em oposição, o grupo liderado pela "Associação de Camping e Comércio" reúne-se para tratar das questões específicas do "camping", ou questões que indiretamente tenham relação com a atividade. No entanto, esta organização só ocorreu

depois da proibição da atividade, quando os problemas gerados pela atividade, sob os olhos do Ministério Público, superaram os benefícios.

Este grupo de pessoas pretende promover a volta da atividade, tem um objetivo em comum, mas trata-se de um aspecto específico para o desenvolvimento de uma atividade econômica, que gera renda para alguns moradores da comunidade, mas não trabalham pela integração da comunidade em seus diversos aspectos. Inclusive internamente, percebe-se claramente que as pessoas que compõe este grupo esperam vantagens individuais em detrimento do benefício coletivo. Pelo relato de um dos moradores que possui terreno para desenvolver a atividade em seu quintal, a tarifa cobrada chegou a ser combinada em uma das reuniões, no entanto, no momento em que o turista chega ao local, os valores são alterados para atrai-lo. O próprio morador denuncia a prática.

Outras pessoas residentes no local comentaram que não participam mais das atividades comunitárias já que há algum tempo muitas brigas tem ocorrido no desenvolvimento destas. Ficam esquivas e não se identificam com nenhum dos dois grupos identificados.

Entre os grupos existe um conflito constante, desde que a atividade econômica foi proibida. Não trabalham em comum e muitas vezes influenciam negativamente as atividades promovidas pelo grupo visto como adversário.

Considerando o exposto, percebe-se que não se trata apenas de uma oposição entre o grupo que valoriza a tradição e o grupo que valoriza aspectos da modernidade, mas concepções de vida, de homem e de sociedade diversos. São as características valorizadas no modelo sustentado pelo capitalismo (individualismo, esquecimento das tradições, homogeneização) adentrando nas comunidades tradicionais.

O fato é que, em todas as formações sociais haverá discordâncias, opiniões diversas e até opostas, conflitos e desavenças, apesar disso, algumas questões são comuns a todos, especialmente em comunidades, onde algum dia já existiu uma identidade coletiva. Em conflito constante, individualmente (ou mesmo em grupos rompidos e opostos) dificilmente a comunidade conseguirá melhorias internas. O grupo precisa identificar suas lideranças, e acreditar que a força da união de seus moradores (mesmo com opiniões diversas) só trará benefícios para toda a comunidade.

Assim,

(...) o fazer individual, baseado nos interesses e valores particulares, precisa ser superado pelos interesses coletivos, nos quais cada sujeito, a partir das "próprias forças", se reconheça como força social e se coloque (...) a serviço da superação da dominação e da exploração (MARX, *apud* TREIN, 2007, p. 130).

Como coloca Abdalla (2004) por meio do princípio da cooperação pode-se edificar formas alternativas de relacionamento humano, valorizando a ética, o humanismo dentro da concepção mais ampla de que o ser humano também é natureza. E isso só será possível por meio da organização e participação dos indivíduos na sociedade, que consciente das contradições presentes no modelo embasado no capitalismo, buscará a superação das desigualdades vivenciadas.

6.6 Participação

A participação é tema muito relevante em todo o estudo realizado na comunidade. Foi fator limitante de nossa proposta inicial de trabalho, utilizando a metodologia de Pesquisa-ação-participativa, e é um aspecto essencial na tomada de consciência em relação ao contexto de que fazemos parte e no exercício da cidadania. Por meio da análise das entrevistas de moradores e proponentes, poderemos ter uma visão geral da participação dos moradores da Prainha Branca nos projetos desenvolvidos no local: turísticos, educativos, ambientais e artísticos. Através da participação pretende-se compreender a dinâmica daquela comunidade, como os cidadãos residentes no local gerenciam seus problemas coletivos e o quão responsáveis se sentem pela configuração de sua própria realidade.

6.6.1 O que dizem os proponentes sobre a participação

Ao considerar o processo participativo elemento fundamental na construção da história de uma comunidade, analisamos os projetos desenvolvidos no local e se os processos participativos eram relevantes no planejamento e implementação destes. Ao entrevistar os proponentes de projetos realizados na comunidade da Prainha Branca, questionamos sobre a forma de participação (ou não) dos moradores nos processos participativos ligados às atividades dos projetos. Também foi questionado aos proponentes sobre a sua visão em relação às facilidades e dificuldades ligadas ao envolvimento da comunidade no projeto. Os projetos foram categorizados em três blocos.

O primeiro deles é representado por projetos que ocorrem sem a participação dos moradores locais. Dentre os projetos estudados, dois não contavam com a participação dos moradores. Um deles, devido a seu formato não-participativo, foi apenas nomeado: Mapeamento dos Olhos d'água da Serra do Guararu e, o outro, teve seu proponente entrevistado:

“Não, não... não existe [a participação da comunidade no projeto], a comunidade... existe a participação sim, o pessoal vai lá e compra uma garrafinha de água, então de certa forma, o pessoal vai e compra alguma coisa que existe ali e tal” (proponente 1 - Projeto “Caminhos da Mata”).

No segundo bloco estão os projetos em que os moradores participam das atividades, mas esta participação não ocorre de forma ativa, já que eles não interferem

nos processos decisórios que constituem estes projetos; ou seja, o planejamento e os temas abordados estão previamente definidos e não são de responsabilidade dos moradores. A seguir, destaco trechos dos proponentes responsáveis por estes projetos. Vale ressaltar que os proponentes 2 e 3 conscientemente optaram por este formato de projeto, por conhecer a realidade local conflituosa, os rachas internos da comunidade e acreditar que o método participativo não era apropriado ao contexto.

“Era uma demanda reprimida já há algum tempo, (...) e existia uma promessa de realizar na Prainha Branca. Aí, aconteceu tudo o que você viu, todo o lance em relação ao “camping” e tal e a coisa foi meio que parando, mas agora a gente retornou e começa amanhã o curso, tem 34 inscritos já. Este curso é exclusivo para eles e tem todas as matérias regulares (...) [o conflito é algo muito presente e] esta é uma preocupação que a gente tem que... a minha parte é a parte do Direito e da Cidadania. Eu já sei o que vão perguntar e eu vou passar outra coisa, então... (proponente 2)

“Aí é que está, por isso que eu falo, o turismo é uma matéria que você vai ter que saber o que vai falar, como você vai ter que...” (proponente 3).

“É! Se não a gente não vai realizar o curso, esta é a verdade!” (proponente 2 – Projeto PARACOM).

“Até agora, tudo bem, eu só falei com algumas pessoas (...), mas todas participaram bem até agora. (...) cheguei até aqui e o (...) [diretor da Associação de Amigos] me ajudou a entrar na comunidade porque chegar aqui (...) não tenho credibilidade na comunidade, (...) e daí vai aos poucos... Estas entrevistas mesmo comecei esta semana, mas o trabalho mesmo faz já dois meses com referências teóricas para... essas que vão me ajudar a explicar os conflitos e para dar um guia de leitura dos conflitos... (proponente 5 – Projeto conflitos sócio-ambientais da Prainha Branca).

No terceiro bloco de projetos estão aqueles em que os moradores participam de forma ativa, determinando junto aos proponentes os temas e objetos dos projetos. Alguns deles se utilizam de metodologias participativas para desenvolver o trabalho e possuem referenciais consistentes. Outros se dão de forma mais espontânea, a partir do conhecimento empírico, mas ambos garantem a participação da comunidade de forma efetiva:

“Ele é um artista plástico (...) que frequenta há muitos anos lá... e ele tem um trabalho com crianças que é muito legal. Ele ensina as crianças a fazer umas tartaruguinhas (...) e, em dia que tem bastante turista, eles saem vendendo. Mas quase todo sábado ele está lá também e ele junta a criançada, faz campeonatinho de surf com a criançada... é um cara que tem movimento lá. (proponente 3 – Projeto arte com as crianças).

“No primeiro momento as mulheres ficaram bastante empolgadas formando um grupo de vinte pessoas, (...) não era a gente que vinha com a demanda, elas que

vinham com a demanda (...) ao longo do tempo foi desmobilizando Até por dificuldade de acesso nosso (...) a gente marcava para sair daqui, chegava lá pelas 3h e ainda tinha que chamar as mulheres na casa delas. E assim... eu sinceramente ainda acho que o grande complicador, o maior, é a infraestrutura” (proponente 7 – Projeto “Gente de Fibra”).

“(...) é e vai ser mais uma vez um grande desafio, porque a gente sabe da característica da população. A gente acha que vai começar trabalhar com as crianças, é uma estratégia, com a juventude, com jovens... [projeto Agenda 21 Municipal] (...) Quem pode ser um ator principal que fará o diagnóstico [da comunidade]? As crianças, que vão até a cidade, que vão até as famílias, os vizinhos, então assim isso acaba mobilizando de uma outra forma a comunidade (...)” (proponente 6 – Proposta para o Projeto Agenda 21 Municipal).

*“(...) então é muito difícil trazer estas pessoas para mostrar alguma coisa sobre unidade, o comum de trabalhar juntos, eles não têm esse sentimento nem entre eles mesmos. Essa era uma grande dificuldade: chamava, mostrava que ia ter oficina e aparecia uma ou duas pessoas (...) O pessoal não vinha (...) não se envolvia. (...). Então as coisas foram sumindo, ficou alguns resultados”.
“Sim [houve participação da comunidade na elaboração]. Foi identificado desta forma, neste modelo participativo” (proponente 8 – Projeto “Estrada Parque Serra do Guararu”).*

*“(...) não foi ninguém, só o (...) quem trabalhou foi só o pessoal da [ONG]. Ai depois dessa última vez o (...) veio me falar que o pessoal cobrou muito que a [ONG] não veio. Ai eu falei, (...) quando a gente vem aqui, a gente não tem ninguém! Não adianta nada estar vindo aqui, tem que ter participação de vocês!
“No primeiro encontro tinha um monte de gente, no segundo encontro... foi mesmo esquema que você me contou, aí vai diminuindo, diminuindo... e você fala: Cadê o povo?” (proponente 9 – Projeto “Estrada Parque Serra do Guararu”).*

“(...) vocês vão ter que pegar a molecada daqui. Gerar dinheiro para a comunidade (...) a verdade, até agora estava atraindo 15 moleques, duas meninas e o resto era moleque. Mas ontem foram só dez, entendeu? Destes 15 vai acabar sobrando 5 ou 6 interessados mesmo” (proponente-morador 2 – Projeto “Guias Locais”).

Além disso, em seus depoimentos, os proponentes explicitam o que pensam a respeito da importância da participação da comunidade. Nota-se que alguns acreditam que a participação e união comunitária são essenciais na gestão dos problemas da própria comunidade e, além disso, são de responsabilidade dos próprios moradores. Neste sentido, eles devem atentar para a força da coletividade:

“É, a coisa é muito complicada mesmo, eles não estão... é até chato falar assim... mas eles não têm esta compreensão. (...) as pessoas, muitas vezes, (...) não conhecem a própria força que a união faz, como comunidade, né? eles estão puxando muito um para cada lado. Eu acho eles não vão ver talvez agora, mas lá na frente, o que eles perderam em termos de coletividade” (proponente 1).

“Então a gente vê que a própria comunidade não enfrenta a liderança dela. Se acomodam, (...) eles mesmos não lutam pelos espaços deles, os espaços coletivos (...) eu acho que é por causa desta liderança repartida deles. (...) Eu acho que estas facções criam neste grupo de pessoas medo, acomodação, que eles não se misturam. (proponente 7).

“Faltou, de todos problemas, o problema de agregados, de espírito de comunidade foi o que faltou para eles. Por quê? Porque é uma comunidade que tem a parte histórica, é lógico, tem os moradores tradicionais, dentro desses moradores também agregou muita gente de fora, que não está ligado à terra...”(proponente 8).

“(...) se eles [moradores da comunidade] não se organizarem, não se resolverem. (...) e a coisa da conservação ali é uma questão muito complicada, porque se eles se unirem, eles podem ter um papel muito mais ativo. Agora se ficar nesse processo de divisão, aí é muito complicado” (proponente 9).

“(...) mas que interessante esta coisa da comunidade colocar na mão de um terceiro, que não é da comunidade, a decisão sobre o que pode ou não pode entrar! (...) Colocar a questão do poder, que esta comunidade tem de história, de tudo na mão de outros que vão mandar quem entra ou quem não entra! Tira tudo, é para lá do paternalismo! (...) Por causa deste movimento também as coisas então começam e param, mas por outro lado também que eu acho que falta um pouco dessa auto-análise comunitária (...): quando eu tiro de uma comunidade o poder que ela tem e ela coloca na mão de outros sempre a solução (...). Eu acho que a comunidade não conseguiu perceber esse poder que eles têm enquanto comunidade e aí é mais fácil sempre apontar o dedo para fora” (proponente 6).

Esta última proponente ressalta a importância de os moradores terem consciência de sua responsabilidade no gerenciamento de suas questões, e desaprova o comportamento de alguns membros da comunidade (representantes comunitários), que delegam a terceiros a responsabilidade sobre questões internas e se abstém delas.

Um dos proponentes, no entanto, devido a atual conjuntura, acredita que as questões e problemas da comunidade devem ser gerenciados por instituições externas e/ou o Poder Público, pois os moradores da comunidade não serão capazes de fazê-lo:

“As pessoas não têm a menor condição de se defender, eles não têm como, eles não sabem como” (...) Eu tenho clara esta idéia, que construir neste momento uma ponte entre os dois. É uma coisa muito difícil, seja por meio de educação, seja por meio de encontrar o objetivo comum, porque os objetivos comuns a todos eles não são mais fortes que este objetivo específico econômico de exploração de uma atividade predatória. Este é o mais forte dos interesses que ao invés de unir, desuni. (...) Não tem mais o pensamento de comunidade em uma boa parte dela. (...) quem vai disciplinar é o ministério público, eu aposto o que você quiser... é força policial, como aconteceu, pode ver... Essa é uma medida necessária agora. Porque a comunidade desagregada não consegue”

(proponente 2 - advogado da Associação de Amigos da Prainha Branca e Projeto PARACOM).

6.6.2 O que dizem os moradores sobre a participação

Os moradores da comunidade foram questionados a respeito dos processos participativos dentro da comunidade. Em relação à participação **individual** dos moradores, em sua grande maioria os membros da comunidade dizem participar ativamente da vida em comunidade, seja por meio dos cursos e projetos realizados, seja por meio de participação nas atividades comunitárias e representação nas entidades dos moradores.

“É então eu já participei de outras diretorias (...). É, sempre participando em alguma coisa (...)” (morador 5).

“Eu pelo menos sempre participei de todos, só que a maioria não participa. (...). Mesmo interessando, não comparece, esta é uma realidade” (morador 6).

“Ai a gente se matava de ir buscar as bananeiras, era só as mulheres, e era muito trabalhoso. (...) Era muito cansativo e a gente parou (...). Foi... só esse que participei, acho que um ano, mas depois... parou! (...)”

“É, com certeza, porque a gente tem força de vontade, quer ver... que nem eu às vezes saio para fazer curso fora, eu já fiz curso de crochê, outro de bordado, ponto russo, tudo eu faço em Bertioga, porque aqui não tem (...)” (moradora 1).

“(...) porque projeto meu é mais coisa da igreja, né? Sou coordenadora da igreja. (...) Como tem as coisas da igreja, sempre vem gente visitar e a igreja tem que estar aberta e sempre tem que ter alguém para dar uma informação. É então não dá para ficar participando” (moradora 3).

“Sou eu mesmo que ministro as aulas [Aulas de inglês]”. (...) Nas aulas de surf, na verdade a gente trabalhava como voluntário mesmo” (Proponente-morador 2).

“Eu sempre ajudei por fora, voluntário assim... (...) eu gosto de participar de tudo. Eu gosto de ajudar, mas assim por fora porque não dá para eu ter compromisso, porque às vezes não tenho tempo (proponente-morador 1).

“É, eu sempre participo de tudo que envolve a comunidade, por exemplo, eu participo da igreja, eu participo bastante com o pessoal da [ONG], eu era coordenadora da igreja. Então eu participava bastante como coordenadora da igreja envolvendo o pessoal, então eu trabalhei bastante” (moradora 8).

“(...) ah! sim... eu participo no geral, tanto das coisas de fora, em reuniões, quanto das coisas daqui, participo praticamente de tudo que a comunidade, eu gosto de estar participando, em tudo. (...) E é isso, porque a gente conta com a minoria nas pessoas, mas eu participo por que eu gosto” (morador 9).

Apenas um morador fala que não participa muito das atividades comunitárias, e justifica a sua não-participação em função das diferenças com as pessoas, por conta dos conflitos vivenciados.:

“É muito pouco, eu participo assim e outras pessoas... conversando em relação da situação que se encontra a praia, então eu não me envolvo muito porque eu nem sei se vale a pena. Porque as vez você dá uma opinião, mas a opinião do outro não é a que você quer, é uma outra opinião...” (morador 2).

Além disso, os moradores também falam da participação da população da **comunidade em geral**, nos projetos e atividades comunitárias e explicam a não-participação efetiva dos membros da comunidade de diferentes maneiras.

Uma moradora acredita que a comunidade não participa devido ao pequeno número de cursos e projetos oferecidos, alegando que os problemas encontram-se fora da comunidade, e que os moradores gostariam de participar mais:

“(...) Mas aqui é muito difícil. (...) eu já vi falar de “vamo, vamo, fazer isso, aquilo”, mas no final não fazem nada! Entendeu? Fica a mesma, se a gente quer ter alguma atividade, a gente que inventa”. Mas é uma pena, né? Se tivesse mais curso, né? Eu achava que aqui eles, a Prainha é muito esquecida” (moradora 1).

De maneira diversa, outros moradores acreditam que a falta de participação se dá por uma somatória de fatos, externos e internos, que não contribuem para a continuação dos projetos no local. Observamos que nestes depoimentos, os moradores analisam os projetos já realizados, e apontam problemas enfrentados no desenvolvimento dos mesmos, além de realizarem uma “auto-análise” comunitária, atribuindo à própria comunidade parte do insucesso das propostas de projetos:

“(...) eu sei que pessoas que vêm fazer algum projeto aqui, fazer alguma coisa tem esta dificuldade, porque até nós que vivemos aqui é muito complicado, (...) nunca a gente faz uma coisa muito junta, direita, juntinha, assim, porque é sempre aquela divisão... é muito complicado. (...) a comunidade às vezes ela falha, a verdade é esta, mas se tiver alguém que chegue e fale, vamos fazer isso... é porque sempre as pessoas que vem fazer este projeto moram distante, como vocês, né? Você não pode ficar aqui, vocês tem a vida particular de vocês, tem que trabalhar (...). Tinha que ser um coordenador desse aí, que ficasse por perto. (...) É! Quando é alguém de fora parece que é um baque maior, dá uma segurança, uma certeza” (moradora 3).

“Boa participação! (...), foram as mulheres que mais participaram, nós éramos em 17 mulheres, e tinha só meu marido! (...) Mas também existe umas pessoas aqui na prainha que são assim (...) já querem ver de imediato o resultado. É queria ganhar dinheiro no dia seguinte (...) não é assim. (...) Aí tem muitas

peessoas que não participam por causa disso tipo assim sabe? Isso, isso depois da proibição [do “camping”]!” (moradora 8).

“(...) Então, esta dificuldade a gente tem. (...) Eu até falei para você, a gente fica chateado por que você quer começar algo (...) alguma pessoa quer vir a ajudar, e a própria participação fica meia... (...) A participação não é fácil, as pessoas participam no máximo por um ou dois dias. Começa a ter dificuldades, a engatinhar, a desistir e isso não é só no seu caso” (morador 9).

“É o que eu te falo. O pessoal cobra, mas na hora que vem... pessoal começa bem no primeiro dia, no outro já não vai. Aí... e quando vem, o pessoal não se interessa. (...). de modo geral, quando tem mutirão, a maioria participa, quando precisa mesmo todo mundo participa. Hoje como tem alguns contra a associação, quando tem algum evento e é promovido pela associação, então, tem um pouco de restrição” (morador 5).

Referindo-se também à participação da comunidade no gerenciamento de suas questões internas, alguns moradores em seus depoimentos comentam sobre a interferência de terceiros nas decisões comunitárias, que ocorre, na maior parte das vezes, por pedido dos próprios moradores e/ou representantes destes. Ao delegar a outros a responsabilidade sobre suas questões, a comunidade perde seu poder como grupo:

“Eles tiram fotos escondidos... (...) É que nem assim se sua parede está caindo, você derruba para fazer outra, eles vêm tiram foto e levam lá no Fórum e dizem que você está construindo... que você está aumentando a casa. Aí vem o pessoal embargar...” (morador 7).

“Na verdade, isso é pela associação de amigos. É o que eu... e pela prefeitura. Então, conforme eles pedem a prefeitura abraça e faz” (morador 6).

“O projeto [aulas de inglês] foi interrompido agora, (...) Com certeza foi alguém da comunidade, porque se ela não vem aqui, alguém deve ter avisado ela que estava acontecendo isso daqui. (...) é uma eterna discussão e cada um sempre vai ter seu ponto de vista, isso não vai levar a nada. Alguém pode fazer uma coisa boa, o outro vai ter uma opinião errada e vai denunciar. Isso vai ser até o fim dos tempos na Prainha Branca” (proponente- morador 2)

O pessoal cobrava (...) para fazer segurança, ou a retirada do lixo! Então o que nós fizemos? Nós começamos a cobrar o poder público. Só que, quando você faz isso, cobra o poder público, eles vêm só que é o seguinte: cobra todo mundo também. Aí o pessoal fica chiando, mas por quê? Por quê? vocês ficam mandando, vocês são os culpados por isso! (...) (morador 5).

A moradora 4 pede para o gravador ser desligado e comenta que as atitudes da Associação de Amigos da Prainha Branca são erradas, já que tudo o que precisa ser feito na comunidade eles pedem autorização prévia ao Ministério Público, que interfere, estagnando os processos. Diz ainda que se eles se importassem com a comunidade, ela

concordaria em esperar autorizações, mas eles apenas proíbem. Conforme ela, os representantes da Associação só agem desta forma para mostrar que têm poderes sobre a comunidade.

Podemos observar pelos depoimentos de proponentes e moradores que a participação é uma questão problemática na comunidade. Embora alguns membros comunitários garantam participar (individualmente) das atividades desenvolvidas no local, afirmam que a maioria da população não se envolve com as atividades.

A comunidade da Prainha Branca encontra-se fragmentada, devido a conflitos externos e internos, como pôde ser observado nas discussões anteriores. Qualquer formação social, contudo enfrenta subversões, já que individualmente seus membros nutrem opiniões diversas em relação à vida, ao homem e à sociedade, porém neste caso chega ao ponto extremo em que para não se envolverem em conflitos, moradores se eximem da responsabilidade sobre a sua própria comunidade.

Somando-se a isso a comunidade que até bem pouco tempo preservava valores tradicionais e coletivos se viu em meio ao rápido crescimento da atividade turística (e conseqüentemente do número de habitantes), nos últimos anos, o que trouxe com ela toda a influência da estrutura social em que foi gerada. As características deste modelo de desenvolvimento são diversas às características presentes em comunidades e muitas vezes, opostas. A diversidade, a tradição e o trabalho comum (conquistado através da participação de seus membros), marcas comunitárias, são avessas ao capital e à manutenção do poder da classe hegemônica e, portanto, desvalorizadas e condenadas por estas. A negação destes princípios e a supervalorização de outros tem papel fundamental na adaptação da população à ordem estabelecida, como coloca Abdalla (2002, p. 74),

A falta de acesso à educação, a ausência de estímulo à formação da consciência crítica, a importação da cultura e a superexploração da cultura de massas industrializada, a desvalorização da arte e das expressões culturais autóctones. O arremedo de modelos teóricos europeus e estadunidenses, a pauperização extremada, etc. são todos meios para o exercício da opressão e cumprem papel determinado na manutenção da racionalidade dominante.

A opressão das classes subalternas é uma tendência histórica de nossa sociedade: a dominação de uma minoria mais favorecida sobre uma maioria menos favorecida. Além disso, a competição e o individualismo, em um contexto em que as pessoas acreditam que o seu sucesso depende do insucesso dos demais, enfraquecem e desmobilizam as organizações e movimentos sociais, garantindo assim a manutenção

dos interesses e privilégios da classe hegemônica que, sem oposição organizada, continua a manipular a massa popular.

No Brasil a cidadania organizada realmente é minoria, pois de acordo com dados disponíveis, apenas 10% da população maior de 18 anos participa de associações. Situação parecida ocorre nos sindicatos de trabalhadores (DEMO, 2001). Tendo como referência apenas a sua vida, sua casa, sua família, sua empresa, seu cargo, seu carro, seu cachorro, etc., sem enxergar uma relação de interdependência com a sociedade e com a natureza, o sujeito social não vislumbra sua função na sociedade e no mundo. Como diz Paulo Freire (1996, p. 54), os sujeitos ao não participarem, estão a:

(...) renunciar à responsabilidade ética, histórica, política e social que a promoção do *suporte a mundo* nos coloca. Renunci[am] a participar, a cumprir a vocação ontológica de intervir no mundo. O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele, Afinal, minha presença no mundo não é a de quem se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da História.

A participação e organização da população na defesa de seus interesses não são, portanto, naturais em nosso contexto histórico, e existem apenas se conquistadas. Esta conquista só será possível, no entanto, se o sujeito for consciente da dominação e do condicionamento histórico e social a que é sujeito, mas porque histórico, passível de modificação. Sabe-se condicionado, mas não determinado, portanto um ser inconcluso e inacabado, podendo optar por ser objeto ou sujeito, observador ou participante da história. De qualquer maneira, a participação é um processo lento e é

(...) através dela que promoção se torna autopromoção, projeto próprio, forma de co-gestão e autogestão, e possibilidade de auto-sustentação. Trata-se de um processo histórico infundável, que faz da participação um processo de conquista de si mesma. Não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dádiva ou como espaço preexistente. Existe somente na medida de sua própria conquista (DEMO; 2001, p. 13).

Assim, em qualquer sociedade em que a maioria da população não é dominada, mas domina sua própria vida, nas decisões que lhe cabe, certamente houve um processo longo de tomada de consciência e principalmente de revolução contra o poder hegemônico. O mesmo autor descreve como este processo ocorreu na Europa, em meados do século passado, quando os trabalhadores sofriam excessiva exploração. Por meio de greves e paralisações dos trabalhadores em um movimento coeso e organizado, estes passaram a se impor e a defender seus direitos, superando a dominação da classe hegemônica que teve de ceder: “o próprio senso de sobrevivência acabou levando os

dois lados antagonizados à mesa de negociação e mostrou que um sistema não se viabiliza em cima da mera exploração, por mais que haja crescimento e progresso material.” (Idem, *ibidem*).

Segundo Tozoni-Reis (2007b), a doutrina liberal e principalmente a neo-liberal valorizam a participação e a liberdade, porém sob uma roupagem diversa: a participação formal em detrimento da participação real, único viés possível neste contexto de individualização, egoísmo e desigualdade social. A autora esclarece: “(...) a doutrina liberal – com todas suas adaptações estratégicas – fundamenta-se numa organização social pautada por um conceito moral de liberdade individual com **participação também individual**, na construção da vida democrática” (Idem, p. 154, grifo meu).

Contudo, a raiz epistemológica da palavra participação provém do latim “participare” que significa “tomar parte”, o que indica, portanto, uma ação coletiva, um “processo de parceria, real e objetiva, na **tomada de decisões coletivas**” (Idem, p. 152, grifo do autor).

Assim, considerando que a participação não se trata de um fenômeno natural em nosso contexto histórico, não se pode afirmar que a não-participação é um problema em si, mas precisamente o ponto de partida (DEMO, 2001).

No entanto, estamos a analisar uma comunidade tradicional, que apesar de estar inserida na sociedade capitalista, manteve características peculiares devido a sua história, estrutura e localização geográfica. Mesmo que a participação não seja um fenômeno natural nas sociedades ocidentais, ela é característica marcadamente tradicional de comunidades que valorizam o trabalho coletivo. Estas se auto-gerenciam e cada membro desempenha um papel importante na dinâmica e no bom funcionamento da comunidade. Demo (2001) destaca algumas características comunitárias com perfil participativo: é a comunidade que detém o poder, desta maneira, ele é interpretado como se viesse de baixo para cima; os representantes dos moradores são eleitos pelos moradores, num processo em que todos participam; a razão de existência do poder é o serviço à base; estes líderes (que podem ser qualquer membro da comunidade) devem prestar contas constantemente e se fizer necessário, podem ser depostos; e finalmente, as regras relacionadas ao exercício do poder devem ser estabelecidas por todo o grupo.

Na comunidade da Prainha Branca, somente as pessoas associadas à “Sociedade de Amigos da Prainha Branca” e em dia com suas mensalidades podem eleger seus representantes. Ou seja, a cidadania comunitária, neste caso, está associada ao pagamento de uma taxa mensal para a associação de bairro. Depois do conflito mais

recente relacionado ao “camping”, muitas pessoas deixaram de pagar suas mensalidades, e, sendo assim, não podem participar da eleição de seus representantes. Conforme um dos diretores, esta regra foi estabelecida em 2005, quando da reelaboração do estatuto interno. Grande parte dos moradores que deixaram sua filiação com esta associação de bairro, hoje se vincularam à “Associação de camping e comércio”, que também possui representantes, mas que, em geral, não mantém um bom relacionamento e não interagem positivamente com os representantes do outro grupo.

Levando em consideração os relatos dos proponentes de projetos e as discussões anteriores, percebe-se que a participação em projetos não tem sido frequentemente desempenhada na comunidade da Prainha Branca, mesmo quando os projetos desenvolvidos utilizam metodologias participativas e incentivam tal prática.

As pessoas se constituem como seres humanos, dentro de um determinado contexto natural, social e cultural, assim, o desenvolvimento individual de cada membro de uma determinada comunidade se dá quando estes tornam seus os conhecimentos e valores culturais do grupo ao qual pertencem. Na região estudada, a população vive em meio a um contexto tumultuado em que convivem (não pacificamente) a cultura tradicional e a moderna. Assim, apesar de tradicionalmente participarem da vida comunitária, se vêem em meio a novos valores, dos quais o individualismo (e, portanto, a não-participação) é umas das prioridades.

A comunidade em meio a conflitos externos e internos, como foi percebido durante o desenvolvimento inicial de proposta do projeto, vivencia-os em grande medida, fato também observado a partir dos depoimentos de proponentes e de moradores, em que todos sem exceção os mencionaram. Os membros comunitários encontram-se entre brigas e discussões, portanto, além de imersos em disputas, estão enfraquecidos como grupo com uma identidade coletiva. Desta maneira, sem nem mesmo terem consciência do processo de aculturação e dominação e dos interesses vinculados ao capital (controle ideológico, político e social) se fragmentam e perdem em termos de coletividade, de trabalho em grupo, e de diversidade cultural. Segundo Demo (2001, p. 32-33)

Uma sociedade civil não organizada, ou mais propriamente organizada para a submissão, não tem condições de defender seus interesses frente aos interesses dominantes e do Estado. (...) Ademais, a descaracterização cultural será sempre um expediente importante para reduzir nos dominados a capacidade de organização, reduzindo-os a conglomerados humanos.

O poder das classes oprimidas e de grupos sociais fragmentados (como no caso da comunidade da Prainha Branca) só será efetivo na medida em que se organizarem através dos seus interesses comuns e de uma identidade coletiva. Não será eficaz se vier de fora, mesmo que seja imposto através de leis e regulamentos.

A identidade coletiva de um grupo social se dá em torno de um “lastro cultural” próprio, fundamental para existência do sentimento comunitário. Qualquer comunidade, mesmo que aparentemente despojada de características culturais, possui peculiaridades conformadas na história de seu povo, dentre elas, valores, símbolos, crenças e hábitos que distinguem seu modo de pensar e agir, de ser no mundo (DEMO, 2001). Considerando que o modelo de civilização ocidental se impõe, como discutimos anteriormente, através da lógica da produção, do consumo, do individualismo, da competição, entre outras características, para que a comunidade se mantenha é essencial que seus moradores identifiquem-se como membros, nutrindo o sentimento comunitário. Isso não implica que todos os seus membros tenham a mesma opinião sobre todos os assuntos, que concordem em todos os pontos. As pessoas são diferentes e isto é visto em todos os grupos sociais, mas em uma comunidade deve prevalecer o sentimento comum de “sentir-se membro de um determinado grupo, de participar em um projeto concreto de vida” (Idem, p. 57).

Algumas características culturais peculiares resistem na comunidade da Prainha Branca, como festas, crenças religiosas, linguajar próprio, organização da população em mutirões para atividade específica, porém, nem todos moradores possuem uma identidade política e ideológica. Não se trata apenas de oposição entre moradores, mas este foi apenas o princípio de uma conturbada relação entre os diferentes subgrupos formados dentro da comunidade. Como observado na proposta inicial de trabalho, por meio da pesquisa-ação-participativa e pelos depoimentos de proponentes de projetos, os diferentes grupos evitam interagir e participar de atividades comuns, mostrando que os desentendimentos entre eles superam o sentimento de integração comunitária. Este fato acaba por gerar imobilismo por parte dos moradores, que ao se afastarem, deixam de participar em grande medida da vida da comunidade:

Mas, por que a comunidade que de certa forma resistiu e sobrevive ainda hoje¹⁴, põe em risco sua própria existência, destruindo seus laços comunitários, se perdendo entre desavenças de seus próprios membros? Por que não buscam coletivamente melhorias para a vida de toda a comunidade?

Acredito que muitos moradores esperam que as soluções os benefícios venham de fora, concedidos pelo Poder Público (ou por algum santo milagreiro?). A reconquista da cidadania só se dará por iniciativa e cooperação dos membros comunitários, valores perdidos na sociedade capitalista. Segundo Bauman (2003, p. 36) no capitalismo moderno houve um empenho em alterar o “entendimento natural” proveniente do ambiente comunitário, “o ritmo, regulado pela natureza, da lavoura, e a rotina regulada pela tradição, da vida do artesão, por uma outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada”.

Essa perda dos valores coletivos e comunitários resulta da Revolução Industrial que eliminou o trabalho comunitário, marcado pelo hábito, pela liberdade e pela interação entre os sujeitos, substituindo-os pelo trabalho do chão-de-fábrica, rígido e constantemente vigiado, necessário à produção capitalista. Estas eram as características da mão-de-obra que melhor serviria e se adaptaria à ordem vigente.

As velhas rotinas não serviam para esse objetivo – eram autônomas demais, governadas por sua própria lógica tácita e não negociável, e por demais resistentes à manipulação e à mudança, dado que excessivos laços de interação humana se entreteciam em toda ação de tal modo que para puxar um deles seria preciso mudar ou romper muitos outros. (...) Para que se adaptassem aos novos trajes, os futuros trabalhadores tinham que ser antes transformados numa “massa:” despidos da antiga roupagem dos hábitos comunitariamente sustentados. A guerra contra a comunidade foi declarada em nome da libertação do indivíduo da inércia da massa. Mas o verdadeiro resultado – ainda que não dito – dessa guerra foi o oposto do objetivo declarado: a destruição dos poderes de fixar padrões e papéis da comunidade de tal forma que as unidades humanas privadas de sua individualidade pudessem ser condensadas na massa trabalhadora. (BAUMAN, 2003, p. 30)

A sociedade industrial, ao “arrancar as raízes” do trabalho comunitário pretendia abafar qualquer manifestação de espontaneidade, iniciativa e cooperação, já que o novo trabalho era dotado de total impessoalidade e padronização. Este modelo influenciou toda a sociedade ocidental, após a chegada da industrialização.

¹⁴ Segundo Demo (2001, p. 91) “(...) o simples fato de que a comunidade sobreviveu historicamente, subsiste em meio a um ambiente adverso, luta para existir, significa alguma potencialidade, que a opressão dominante ainda não conseguiu extirpar.

Grande parte da população da comunidade da Prainha Branca não mais trabalha em seu próprio local e se desloca até os centros urbanos mais próximos, Bertiooga e Guarujá, onde são empregadas em empresas, comércios ou são funcionários públicos. Sua força de trabalho (atividade vital humana) é comprada e desenvolvem, assim, o seu trabalho, em grande parte, com pouca autonomia, criatividade e espontaneidade. Estas pessoas passam grande parte de seus dias em ambientes em que são privadas de opinar, privadas de exercerem a participação efetiva, e tomar decisões coletivas. Levando em consideração que todo ser humano é fruto de um contexto histórico e social, seria inclusive paradoxal se se comportassem de maneira diferente em seus lares e em sua comunidade. Muitos projetos estudados desenvolvidos no local também não visam à participação dos moradores nos processos decisórios, o que de certa forma, também contribui para este cenário. Inertes e sem iniciativa, não possuem canal de comunicação direta entre seus membros, nem se reúnem onde possam discutir questões de interesse comum e muitas vezes apontam para fora da comunidade todas as causas e soluções de seus problemas. Convivem (não pacificamente) em um ambiente tenso, que muito mais se assemelha com um bairro de periferia de um centro urbano.

Escrutínio autocrítico é essencial. A comunidade pode estar perdida em querelas internas destrutivas, ocultar níveis de desagregação histórica contínua, camuflar pelejas duras em torno de lideranças duvidosas, cultivar subserviências notáveis com respeito aos poderes dominantes, e assim por diante. (...) Quando a comunidade apenas critica, sem autocrítica, cai na vala comum da crítica qualquer. Para tornar-se autônomo, o ser humano precisa reconhecer sua falta de autonomia, tomando a isto como ponto de partida (BAUMAN, 2003,, p. 77)

Por outro lado acredito que os moradores comunitários não têm consciência do potencial que possuem como coletividade na busca por melhoria de suas condições de vida. E se o contexto não mais favorece a participação, a partir da qual, na prática, os sujeitos poderiam se conscientizar sobre a sua importância, cabe à educação formar os cidadãos para participação política.

Desta maneira, a Educação Ambiental crítica é vista como estratégia de intervenção democrática adequada, no sentido de instrumentalizar os sujeitos a serem senhores de sua própria vida, autônomos e capazes de fazer sua própria história, participando ativamente e configurando sua própria realidade. Conforme nos coloca Tozoni-Reis (2007b, p. 135)

(...) a educação ambiental, para que seja um movimento que, intencionalmente, instrumentalize os sujeitos para a prática social crítica e transformadora em relação ao

ambiente em que vivem tem que levar em conta a necessidade de organizar-se segundo as exigências da sustentabilidade, da participação, da cooperação, da interdisciplinaridade, da conscientização, da continuidade, da processualidade, da autonomia, da emancipação, da transformação e da coletividade.

Para que este processo educacional seja possível, os próprios envolvidos, moradores comunitários, devem se empenhar na observação do seu meio e dos problemas que vivenciam, para a partir da realidade concreta abstrair tanto quanto possível buscando reflexões coletivas e possibilidades de atuação prática no próprio contexto em que vivem. Segundo Tozoni-Reis (2007b, p. 147) o ponto de partida para isso pode ser o conhecimento dos próprio moradores:

[o conhecimento dos moradores] constitui-se ponto de partida, um primeiro olhar sobre a realidade a ser estudada, a identificação compartilhada da dinâmica da realidade vivida, do viver cotidiano da experiência para a reflexão, coletiva e compartilhada, dessa realidade, das opressões e explorações ocultas, dos determinantes das situações vividas, das necessidades e dos anseios de mudanças e transformações.

Neste re-olhar da própria realidade, participando das decisões, em busca de esclarecimento e soluções para seus problemas, os sujeitos podem construir sua própria história, garantindo sua liberdade e autonomia, e passam a optar pelas alternativas que julgarem mais coerentes com seu modo de vida.

Nesta perspectiva, Brandão (2005) argumenta a favor de formar a população motivada para transformar o cenário e o destino de sua própria vida e, não apenas, atuarem em problemas locais e isoladamente. Segundo este autor, só se transforma o que se conhece, portanto, o processo de produção de conhecimento sobre a realidade é tão educador quanto o processo de conhecimento presente na ação educativa mais tradicional.

O processo educativo empreendido aqui se preocupa com a tematização do ambiente, realizado por meio de diversificadas mediações sociais e ecológicas, manifestadas nas esferas individuais e coletivas compartilhadas, o que pressupõe contextualização histórica e temporal no momento de sua constituição (TOZONI-REIS, 2007) Supera a visão fragmentada da realidade que, segundo Lima (2004), encobre a conexão entre os motivos políticos dos problemas ambientais, e favorece a apreensão despolitizada e alienada dos sujeitos, já que rejeita a complexidade inerente à questão ambiental.

A educação ambiental é considerada, sob este olhar, um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, valores e comportamentos, que tem

como meta construir coletivamente uma sociedade social e ambientalmente sustentável: a educação ambiental transformadora e emancipatória, como sugerida por Tozoni-Reis (2005). A construção coletiva depende da participação, processo que gera a interação entre diferentes esferas sociais para a definição do destino coletivo e, segundo Loureiro (2004, p.71):

(...) em tais interações, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos. Participar, aqui, é promover a cidadania, entendida como realização do “sujeito histórico” oprimido. Num certo sentido rousseauniano, participação é o cerne do processo educativo, pois desenvolve a capacidade do indivíduo ser “senhor de si mesmo”, sendo, para isto, preciso libertar-se de certos condicionamentos políticos e econômicos também.

Assim, se entendemos a educação como atividade transformadora, faz-se necessário garantir aos aprendizes-sujeitos, elementos culturais que contribuam para sua autonomia, realizando livremente as escolhas que julguem mais adequadas às suas vidas e à comunidade e, desta forma, contribuir para que todos, individual e coletivamente, possam desempenhar seu papel de cidadão.

Assim, a participação nos processos decisórios contribui para que os participantes, conforme Paulo Freire (1974, p. 67) propõe “superem a contradição educador-educadores, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos”, confiando na cidadania comunitária como meio fundamental de mudança (DEMO, 2004).

A educação ambiental busca, portanto, por meio da prática cidadã, uma vez que o sujeito tenha consciência de que o seu contexto histórico o determina assim como ele determina a sua sociedade e, por isso mesmo, também é responsável pela realidade sócio-ambiental em que se encontra, a transformação das relações entre a sociedade e natureza. Neste processo, a cidadania garante ao cidadão o sentimento de pertencimento e de identidade numa coletividade (JACOBI, 2004), fazendo-o se sentir parte de um grupo social com quem possa compartilhar, de uma sociedade que o complementa e do meio natural que o contextualiza.

O grupo precisa poder curtir-se integralmente, dividir diretamente problemas, angústias, vitórias e derrotas. Precisa ressaltar sua identidade cultural à flor da pele, na certeza de um projeto comum que a todos move, demove, remove e comove. Precisa do aconchego que toda fé comunitária instiga, quando consegue convencer a amarrar num destino só as energias do grupo. (DEMO, 2001, p. 121)

Na situação vivenciada, a comunidade tradicional, apesar de fissurada, possuía potencial de trabalho em conjunto, desde que estivessem conscientes do contexto em que o estremecimento das relações comunitárias (e em alguns caso o rompimento) se deu, dos interesses políticos e econômicos (externos) que residiam sobre o fato e acima de tudo, do poder coletivo que possuem como comunidade.

Contudo, fatores objetivos como tempo e ausência de resultados para o trabalho de conclusão do mestrado, nos impediram, no entanto, de insistir por mais tempo no processo de fortalecimento da organização comunitária e das relações entre os moradores, vislumbrando a conscientização do grupo, através da educação ambiental. A partir deste ponto, buscamos estudar o processo histórico de envolvimento dos moradores da comunidade (mesmo que fragmentada) na configuração de sua própria realidade, na participação nos demais projetos implementados no local (e também se os projetos desenvolvidos visavam tal participação), nunca perdendo de vista o processo educativo que se estabelece durante o contato entre moradores e pesquisador.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar e compreender o envolvimento da população da comunidade da Prainha Branca nas atividades sociais até então desenvolvidas no local, através da análise de como se dá o exercício da cidadania comunitária, o engajamento das Associações de Moradores e os fatores que limitam estes processos. Pretendeu-se elucidar os aspectos que envolvem esta dinâmica e a potencialidade desta população de construir sua própria história. O envolvimento dos sujeitos foi analisado em meio à totalidade em que se insere a comunidade da Prainha Branca, sua história, sua organização, seus conflitos e seu futuro. Para tanto, foram entrevistados os proponentes de projetos já implementados no local e moradores da comunidade.

Durante o estudo, foram analisados projetos educacionais, ambientais e de artesanato. Além dos proponentes externos, algumas das pessoas que desenvolveram projetos na região eram moradores da própria comunidade, por vezes representantes das Associações de Moradores. Todos discorreram sobre as atividades realizadas: aulas teóricas e práticas, plantios de árvores, gincanas, campanhas comunitárias, visitas à comunidade com crianças do Ensino Público do Guarujá, oficinas de conscientização sobre a importância do fortalecimento comunitário, entre outras. As dificuldades encontradas durante o desenvolvimento dos projetos, também relatadas, apontam principalmente para a desagregação da comunidade, em função dos conflitos vivenciados interna e externamente.

Os moradores também são questionados sobre os projetos. Em seus depoimentos foram percebidas duas tendências: a primeira reúne pessoas que pensam que os problemas estão sempre fora da comunidade (projeto, proponentes, entre outros), que estes não trazem contribuições e que os moradores não têm participação na configuração problemática atual, se eximindo de qualquer responsabilidade relacionada ao término dos projetos. A segunda reúne pessoas que enxergam acertos e erros dos projetos, fazem críticas, mas reconhecem a participação ativa da comunidade na configuração da realidade.

É certo que alguns projetos não contavam com a participação ativa da população nas decisões relacionadas aos mesmos, da mesma forma que vinham coletar dados, partiam sem garantir que a população local participasse de questões que lhe cabiam. Este é um ponto importante, pois a comunidade aprendeu a participar (quando isso

chegava a acontecer) de projetos que vinham já planejados, com as atividades prontas para serem colocadas em prática, sem considerar a importância da participação da comunidade na discussão das ações que seriam realizadas. Durante conversas, entrevistas não estruturadas, com alguns moradores foi possível apreender um detalhe: sentiam-se vítimas pois falavam de projetos que vinham coletar informações, mas após terminarem a coleta, não retornavam para mostrar o resultado das pesquisas. Além disso, falavam que os projetos prometiam muitas melhorias, mas efetivamente pouco era realizado. No entanto, alguns projetos realmente lançavam mão de metodologias participativas e pretendiam reunir a comunidade para trabalhar questões de sua alçada, em alguns casos, inclusive almejando o fortalecimento comunitário. Muitos destes, no entanto, não foram bem sucedidos, já que é notável o receio que a população tem de participar das atividades, por certo devido a uma soma de fatores: ao histórico dos projetos não participativos lá implementados; ao conflito da população com a especulação imobiliária, que possui como maior representante o ex – político, dono da mansão construída em plena comunidade; e ao “clima de tensão” vivido pelos moradores, gerado pelos conflitos internos, o que impossibilitou que parcerias realizadas entre as instituições propositoras dos projetos com a Associação de Amigos da Prainha Branca, (com liderança que agrada a uns, mas não a todos) atraíssem a população como um todo, fazendo com que alguns moradores desistissem de participar de alguns projetos antes mesmo de conhecê-los.

É passo fundamental perceber que dificuldades são encontradas em todos os projetos de Educação Ambiental realizados em comunidades, (o que foi percebido devido à análise de outros exemplos realizados em outras localidades). Contudo, muitos projetos de Educação Ambiental são bem sucedidos, pois apostam na organização, capacitação e divulgação do projeto, para que a comunidade passe a perceber que existem alternativas possíveis, conquistadas pelo trabalho comum. Em alguns casos, após o desenvolvimento de projetos que visam a participação ativa e a autonomia da comunidade, a população consciente das contradições presentes na sua realidade, passa a atuar com força própria, promovendo novas melhorias e conquistas através da união de sua população. De qualquer maneira, o projeto só consegue chegar a tal ponto quando os seus participantes se sentem responsáveis pelo seu próprio futuro e pelo futuro de sua comunidade, nos aspectos social e ambiental.

Para compreender a configuração da realidade estudada, realizamos um levantamento da história da comunidade, segundo os relatos de moradores e

proponentes de projetos e documentação relacionada a estes. No local existem patrimônios históricos de grande importância, os quais trouxeram à região o seu tombamento. As ruínas de construções remontam à época do descobrimento do Brasil: Forte de São Felipe, Armação das Baleias e a Ermida de Santo Antônio do Guaibê, que ainda reúne a população todos os anos para comemorar os “milagres” de Padre José de Anchieta, que por ali passou. Apesar da vegetação já ter sido degradada por conta do aumento da população local, nos séculos XVIII e XIX, durante as atividades da Armação das Baleias (que por quase 200 anos forneceu óleo para iluminação pública de cidades como Santos, São Paulo e até o Rio de Janeiro, na época, capital do Brasil), a floresta de encosta se regenerou. Isso só foi possível por ser uma formação vegetação densa e situar-se principalmente em áreas de difícil acesso. A Floresta Ombrófila Densa foi pouco favorável à ocupação e acabou sofrendo impacto menos intenso. A comunidade se desenvolveu neste local e, de acordo com os moradores, até o final da década de 50, a comunidade sustentava-se a partir dos recursos naturais, e a extração era realizada essencialmente de forma coletiva. A coleta era destinada ao consumo interno, para a sobrevivência dos moradores, e a alimentação era basicamente oriunda da pesca, e da roça de produtos de origem caipara.

Foi a partir da pavimentação da Estrada Guarujá-Bertioga, em 1958, que segundo os próprios moradores, toda a situação do local se modificou. Com o acesso mais fácil aos centros urbanos e, portanto, a novas oportunidades no mercado de trabalho, os moradores conquistam novos empregos, na vizinha Bertioga, nas indústrias de beneficiamento de pescado nas margens da rodovia e também em outros locais. Neste período, novos moradores chegam à Prainha Branca, fase também marcada pela subdivisão dos terrenos entre membros da mesma família.

A população teve crescimento exponencial e atualmente mais de 90% da população ativa da Prainha trabalha fora da comunidade (principalmente em Bertioga). Assim, a maioria dos moradores não depende mais do meio para seu sustento, o trabalho, as técnicas tradicionais de pesca e artesanato e o conhecimento necessário para exercer estas atividades já não são passados como herança aos filhos, uma vez que não são necessários para a reprodução da vida. Ao conviver fora da comunidade grande parte do tempo, mergulhada na lógica da sociedade capitalista, reproduz as características desta sociedade em seu meio. Muitas características comunitárias ainda são mantidas e reforçadas no convívio comunitário, mas com a velocidade que chegam as informações, os novos produtos industrializados que os turistas levam até o local, o

ritmo frenético próprio do capitalismo, muitos costumes tradicionais vão se “diluindo” até serem esquecidos, já que a sua manutenção é feita por meio da vivência em comunidade, e pela passagem de informações de geração em geração.

A influência dos costumes e o modo de produção e consumo adotado pela sociedade capitalista vêm trazendo diversos problemas à comunidade. Os conflitos, gerados pela competição e individualismo, naturais na lógica capitalista, tornaram-se parte do dia-a-dia comunitário, fato observado nos depoimentos de proponentes de projetos e moradores, em que todos, sem exceção, abordam a questão em suas entrevistas, mesmo que nenhuma pergunta específica tenha sido direcionada a isso.

A especulação imobiliária se vê cada vez mais presente, representada fundamentalmente por um ex-deputado federal, com muita influência política que se apropria de grande parte das terras da Prainha Branca, faz uma estrada de acesso asfaltada e limita seu uso, degrada enorme trecho de vegetação de Mata Atlântica para plantar eucaliptos e constrói, em meio a uma comunidade tradicional, uma ostensiva mansão. A tensão vivenciada pelos membros da comunidade, em função da constante ameaça externa de invasão por parte de grandes empresários, condomínios de luxo, comerciantes atrás de lucro, e políticos poderosos, faz com que os moradores se “armem”, reproduzindo a mesma tensão nas relações estabelecidas com pessoas dentro e fora da própria comunidade e com o ambiente natural.

Vale destacar que a comunidade residente na Prainha Branca é vizinha de 4 outras praias, onde hoje existem condomínios de luxo, mas que no passado abrigaram comunidades tradicionais. Esta é uma tendência crescente, pois muito além do que jamais foi visto, a formação social vem se globalizando e afetando todas as demais possibilidades alternativas de vida. No entanto, esta padronização que unifica grande parte da população não acontece ao acaso, mas atende a interesses da classe dominante, já que são ferramentas de manutenção dos interesses e da própria estrutura social. Ao desvalorizar as tradições comunitárias, o altruísmo e o trabalho comum, amplia a crise de identidade já tão marcante na população, enfraquece a participação dos moradores na própria vida em comunidade, e acaba gerando, portanto, um conformismo, que se reflete na história de um povo em indiferença e passividade. Como são seres “primitivos”, devem se ajustar ao contexto para se “desenvolver”, adaptar-se para poderem competir de igual para igual com as demais pessoas. Se não o fizerem, ficam à periferia do “desenvolvimento”.

Na situação estudada, o que se verificou por meio dos relatos dos moradores comunitários e de observações da dinâmica interna, é que a comunidade atualmente já não possui mais um local para reuniões, não convoca seus membros para encontrarem-se, não mais encontra razões para que se reúnam os membros da comunidade, buscando a organização do grupo como um todo. No local existem algumas pessoas que se identificam com a Associação de “camping” e Comércio, outras se identificam com a Sociedade de Amigos da Prainha Branca, grupos que possuem uma unidade interna, mas não se relacionam entre eles (ao menos de maneira cooperativa) e outros ainda, não se identificam com nenhuma das duas associações de bairro e preferem não participar de eventos e reuniões.

A população comunitária, imersa em conflitos externos e internos, encontra-se fragmentada, desorganizada, desagregada e em meio a disputas de poder. Soma-se a isto, o fato de o Poder Público, principalmente no que se refere à Prefeitura de Guarujá, tratar a comunidade com total descaso. Os moradores denunciam que a comunidade da Prainha não tem feito parte das ações do Estado e fica à sorte do próprio destino.

Esta é uma tendência geral da economia mundial: o Estado, composto por pessoas eleitas pelo povo para representá-lo, sob a lógica do capitalismo e da economia de mercado, deixa de servir os cidadãos, para servir as grandes corporações e empresas, ou a quem mais lhe for interessante. O desenvolvimento do capitalismo manipulou as variáveis que o determinavam, desta maneira possibilitou que o que fosse bom para o desenvolvimento do sistema prevalecesse sobre o que fosse bom para a humanidade, fazendo-nos acreditar que é mais válido o Estado salvar grandes empresas da falência do que destinar investimentos para o desenvolvimento sócio-ambiental da nação.

Na Prainha Branca, o Poder Público simplesmente proibiu a atividade de “camping”, sem considerar as peculiaridades daquela comunidade e sem que houvesse qualquer planejamento que levasse em conta o bem estar da população local, que acabara de perder sua principal atividade econômica. A atividade de “camping”, tal como estava sendo realizada, causava grandes impactos sócio-ambientais, descaracterizando o local de forma agressiva. Mas já que o Poder Público iria dispor de recursos para fiscalizar o local sem restrições, porque não limitar a atividade para que pudesse ser realizada de forma controlada? Sendo planejada, as características tradicionais do local poderiam ser mantidas e, inclusive poderiam se tornar estímulo ao turismo por suas peculiaridades culturais, além de gerar renda para a população. No

entanto, a proibição pura e simples de toda a atividade foi a alternativa adotada, reflexo do desprezo para com a situação vivida pela comunidade.

Esta situação de proibição do “camping” provocou o desmembramento da comunidade e subgrupos de oposição foram formados. Os dois grupos possuem prioridades e opiniões diferentes. De um lado, os moradores acreditam que o trabalho coletivo, os valores tradicionais e a conservação das características sócio-ambientais do local garantem a qualidade de vida que esperam. A maioria destes moradores trabalha fora da comunidade, já que apenas a partir das atividades internas não conseguem mais garantir sua sobrevivência. Estes, porém valorizam a manutenção das demais raízes comunitárias, costumes, hábitos e crenças. Outros moradores acreditam que com a atividade turística impulsionando o comércio, garantindo o crescimento econômico de alguns estabelecimentos e “campings” individuais, os moradores serão mais bem-sucedidos.

Mas, a divisão interna observada não implica apenas em uma oposição entre o grupo que valoriza a tradição e o que valoriza aspectos da modernidade, mas em concepções de vida e de sociedade diversos. Podemos remeter esta oposição ao modelo de desenvolvimento idealizado desde a Revolução Industrial e hoje, ainda mais marcante, na sociedade capitalista. Houve uma troca de valores, uma inversão, um abandono das características anteriores e a supervalorização das atuais. Para alimentar a base da economia, o ciclo de produção e consumo deveria ser o mais acelerado possível, o que só seria admissível através de uma filosofia que, ao ser infiltrada em toda a sociedade, fizesse-nos acreditar que a felicidade e a qualidade de vida dependessem da posse de bens materiais. Trata-se de um ciclo sem fim, pois os desejos materiais se renovarão assim que forem conquistados, num processo ilimitado. E enquanto esta for a orientação de existência da sociedade ocidental, haverá sempre competição, disputada e exploração entre as pessoas, os grupos, as classes sociais e entre a humanidade e a natureza.

No momento em que negamos a história, recusamos e fragmentamos a nossa relação natural com o mundo exterior, jogamos na lata do lixo nossas raízes, rompendo um fio da teia, o que certamente traz (e muito já pode ser observado) e trará efeitos sobre ela integralmente. A evolução do planeta ocorre de maneira interligada, as espécies se relacionam num mesmo ambiente e quando o espaço impossibilita uma interação direta, esta interação pode dar-se de maneiras outras, como a troca de energia. De qualquer maneira a evolução de uma espécie influencia as demais espécies, da

mesma maneira, como esta também é influenciada, como o que ocorre a uma teia: quando um fio é puxado, todos os demais também se modificam. Trata-se da co-evolução, que ocorre ao longo do tempo, estruturando a história das espécies e do planeta Terra. Ao compartimentá-la e fragmentá-la, supervalorizando o individualismo e a modernidade, o ser humano tenta eliminar e camuflar as interações e interdependência que o une às demais espécies, por meio da negação da história. Percebe-se, assim, que os homens dentro do modelo mecanicista (servindo o capital) têm dificuldades em compreender o todo, apreender a complexidade da vida. Não se considera a história do planeta, das espécies e do ser humano como única, assim como não se enxerga a espécie humana integralmente. Enxergando apenas o fragmento da realidade complexa, sem vislumbrar quais reações nossas ações podem provocar no meio natural e na sociedade, podemos condenar o planeta e a nós mesmos à extinção.

A negação da memória e do passado é uma ferramenta inteligente na luta de classes. Ao incutir na sociedade que a desigualdade social e a competição, em que o sucesso dos mais fortes se dá pela eliminação espontânea dos mais fracos, fazem parte de toda e qualquer realidade, a burguesia mantém as classes menos favorecidas conformadas, insuflando conflitos e enfraquecendo a luta comum e a identidade comunitária. Em conflito constante, como o que vem acontecendo na Prainha Branca, a comunidade dificilmente conseguirá melhorias em sua qualidade de vida.

Mas, por que a comunidade que de certa forma resistiu e sobrevive ainda hoje, põe em risco sua própria existência, destruindo seus laços comunitários, se perdendo entre desavenças de seus próprios membros? Por que não buscam coletivamente melhorias para a vida de toda a comunidade?

Acredito que muitos moradores esperam que as soluções os benefícios venham de fora, concedidos pelo Poder Público (ou por algum santo milagreiro?). A reconquista da cidadania só se dará por iniciativa e cooperação dos membros comunitários, valores perdidos na sociedade capitalista. O grupo precisa identificar suas lideranças, e acreditar que a força da união de seus moradores (mesmo com opiniões diversas) trará benefícios para toda a comunidade.

Por outro lado acredito que os moradores comunitários não têm consciência do potencial que possuem como coletividade na busca por melhoria de suas condições de vida. E se o contexto não mais favorece a participação, a partir da qual, na prática, os sujeitos poderiam se conscientizar sobre a sua importância, cabe à educação formar os cidadãos para participação política. A Educação Ambiental crítica é vista como

estratégia de intervenção democrática adequada, no sentido de instrumentalizar os sujeitos a serem senhores de sua própria vida, autônomos e capazes de fazer sua própria história, participando ativamente e configurando sua própria realidade.

Sendo assim, o desafio da própria comunidade para se auto-sustentar diz respeito ao resgate, pelos moradores, do sentimento comunitário que ainda existe em cada cidadão, o que só será possível se a consciência coletiva atentar para a importância da organização coletiva, comunitária, entre seus membros (a despeito de opiniões por vezes incompatíveis) e da interação harmoniosa entre população e o meio natural que a envolve. Os processos de participação, envolvimento e cooperação, estimulados pela Educação Ambiental, ao gerar a mobilização da comunidade, poderão ser o princípio da mudança necessária.

Creio que os objetivos do trabalho foram alcançados, pois após as entrevistas com proponentes e moradores e, fundamentalmente devido à aproximação com a população, pôde-se ter uma visão ampla de como os moradores da comunidade se envolvem (e também os motivos de sua não participação) nos projetos e demais atividades sociais da comunidade, como vem ocorrendo o exercício da cidadania comunitária, o engajamento e os conflitos vivenciados. Esta análise demonstra que a comunidade, apesar de fragmentada, tem potencialidade de construir sua história, baseada nos princípios da sustentabilidade e equidade social, desde que atentem para o fortalecimento de sua identidade coletiva e trabalhem como comunidade em busca de melhorias de vida para sua população.

Em uma análise posterior ao desenvolvimento do projeto, possibilitada pelo mergulho na vida comunitária, visualizo algumas possibilidades promissoras para a educação ambiental em comunidades. Parte da população não se envolveu, pois devido a constante tensão que vive, tem receio de pessoas e instituições que vem de fora desenvolver seus projetos, fato que poderia ser amenizado se o pesquisador vivenciar mais profundamente a dinâmica comunitária, morando algum tempo no local, e dividir experiências, até que a comunidade passe a confiar nele.

Além disso, foi possível perceber que os moradores locais adultos estão imersos nos conflitos e divididos em grupos que não convivem pacificamente, fato que não ocorre com as crianças. Pude observar, tanto nos demais projetos lá desenvolvidos quanto na convivência com aquela população, que as crianças não se distinguem entre si, participam juntas, mesmo que seus pais sejam integrantes de grupos opostos. Desta maneira, uma possibilidade efetiva de proposta para educação ambiental seria trabalhar

com um grupo composto por crianças, certamente com atividades adequadas à faixa etária, mas que possivelmente poderiam ser extrapoladas com o tempo, atingindo seus pais. Houve também dificuldade para a formação do grupo, devido à restrição de tempo, situação que também poderia ser repensada, e a pesquisa realizada com grupos já formados.

Toda esta vivência foi fundamental em minha formação como profissional da área de educação e também pessoalmente, já que tanto a primeira experiência de pesquisa-ação-participativa, quanto a pesquisa efetiva posterior, ampliaram minha visão em relação às potencialidades e limites da Educação Ambiental, a importância da organização da sociedade, principalmente em comunidades que possuem peculiaridades culturais, na intervenção da realidade vivida e na transformação das relações entre a homem e natureza.

A luta pela manutenção de comunidades em meio à sociedade do consumo não é um problema apenas local, mas atinge certamente muitas comunidades em todo o Brasil. Assim, espero que este estudo possa contribuir de alguma forma, com o trabalho de profissionais que se identificam com a causa popular, na medida em que busca compreender a história e as contradições vivenciadas por uma comunidade do litoral paulista, circundada pela Mata Atlântica.

8 REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. **O princípio da Cooperação:** em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.
- AB'SABER, A. N. (Re) conceituando educação ambiental. In: MAGALHÃES, L. E. **A questão ambiental.** São Paulo: Terra Graph, 1994.
- ADORNO, T., **Educação e Emancipação**, 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- BAUMAN, Z. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico** 11ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDÃO, C. R. Comunidade aprendentes *in* **Encontros e Caminhos:** formação de educadores ambientais e coletivos educadores, Org. Luiz Antonio Ferraro Junior, Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm
- BRASIL, **Programa Nacional de Educação Ambiental**, ProNEA, MMA, Brasília, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Ambiental** (online). Brasília, 1999. Disponível em <http://www.mec.gov.br>, acesso em Agosto de 2006.
- BRASIL, **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**, Decreto 6040, Brasília, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm, acesso em Setembro de 2008.
- CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental Crítica: Nomes e Endereçamentos da Educação *in* MMA, **Identidades da Educação Ambiental**, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- CARVALHO, I. C. M. **Em direção ao mundo da vida:** interdisciplinaridade e educação ambiental: conceitos para se fazer educação ambiental. Brasília: Ipê, 1997.
- CARVALHO, V. S de Educação Ambiental & Desenvolvimento Comunitário. Rio de Janeiro, RJ: WAK, 2002.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**, 5ª Ed. Cortez: São Paulo, 2001.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente, **Resolução 007**, de 23 de julho de 1996.

MARTINI JUNIOR, L. C. DE, Por uma autoria de valor *in* **Meio Ambiente Industrial**, Revista Ed. 70 – Nov./Dez. 2007, Ano XII.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**, 2ª Ed., São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pesquisa Participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Líber Editora Livros, 2004.

DIEGUES, A.C.S, **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo, Cad. Pesquisa nº 115, São Paulo, ISSN 0100-1574, Mar. 2002.

DUARTE, N. **Comunicação oral**, UNESP- Campus Bauru-SP, 2007.

FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mesa redonda: **Conferência de Bali: Novas Diretrizes sobre as Mudanças Climáticas**, 2007.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs. **Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro: 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1974.

_____. **Pedagogia da Autonomia**, 36ª Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Educação e Mudança**, 30ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.

FROMM, E. **Ter ou Ser?** Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1999.

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO, **Responsabilidade social e Meio Ambiente**, 2006.

FURTADO, J. **Ilha das Flores**, Porto Alegre, RG, 1989.

FUTUYMA, D. J. **Evolução, Ciência e Sociedade**. In: 48º Congresso Nac. de Genética, Anais... Ribeirão Preto: Editora de Livros SBG, 2002.

GRÜN, M. **Ética e Educação Ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Em busca da dimensão ética da Educação Ambiental. Campinas, SP: Papirus, 2007.

GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (GPEA) **Comunicação oral**, UNESP- Campus Bauru-SP, 2007.

- GUERRIERO, I. C. Z. **Síntese das reflexões da reunião sobre ética em pesquisa qualitativa em Saúde, Guarujá, SP**, Ciênc. saúde coletiva, vol.13, no.2, p.459-463. ISSN 1413-8123, mar./abr. 2008
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica *in* MMA, **Identidades da Educação Ambiental**, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- IBAMA, **Como o Ibama exerce Educação Ambiental** /Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Coordenação Geral de Educação Ambiental, Brasília: Edições IBAMA, 2002.
- IPECAB, INSTITUTO DE PESQUISAS E CIÊNCIAS AMBIENTAIS DE BERTIOGA. **Projeto Itapanhaú**. Bertioiga, 2002.
- IPCC, **Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas**, 2007, acessível em: <http://www.ipcc.ch/index.htm>.
- JACOBI, P. Participação *in* **Encontros e Caminhos**: formação de educadores ambientais e coletivos educadores, Org. Luiz Antonio Ferraro Junior, Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- KONDER, L. **O que é dialética**. 18ª Ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002
- LEONARD, A. **A História das Coisas**, 2008. Disponível em <http://video.google.com/videoplay?docid=-7568664880564855303>.
- LIMA, G. F. da C. Educação, emancipação e sustentabilidade: em Defesa de uma pedagogia libertadora para a Educação ambiental, *in* MMA, **Identidades da Educação Ambiental**, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.) **Marxismo e Educação**: Debates contemporâneos, Campinas –SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.
- LOUREIRO, C. F. B Teoria crítica *in* **Encontros e Caminhos**: formação de educadores ambientais e coletivos educadores, Org. Luiz Antonio Ferraro Junior, Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico**: Natureza, Trabalho e Educação, Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação. São Paulo: EPU, 1986.
- MARKUS, G. **Marxismo y antrologia**. Barcelona: Grijalbo, p. 09-26, 1974.

- MARTINS, H. H. T de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa** Educ. Pesquisa v. 30, n.2, São Paulo, ISSN: 1517-9702, maio/ago, 2004.
- MARTINS, M. F. Conhecimento e Disputa pela Hegemonia: Reflexões em torno do valor ético-político e pedagógico do senso comum e da Filosofia em Gramsci *in*
- MARX, K. Processo de Trabalho e Processo de Valorização *in* **O Capital**, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001
- MEIO AMBIENTE INDUSTRIAL, Revista Ed. 70 – Nov./Dez. 2007, Ano XII.
- MEYER, M.A.A. **Educação ambiental**: uma proposta pedagógica. Em aberto, Brasília, v.10, n.49, p. 40-45, jan-mar. 1991.
- MINAYO, M.C.S. (org.); DESALANDE, S. F.; CRUZ NETO, GOMES, R. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento : Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo- Rio de Janeiro : HUCITEC – ABRASCO, 1996.
- MOLINA, F. T., **Falsa Neutralidade**, São Paulo: Agência FAPESP, 2009. Disponível em: <http://www.agencia.fapesp.br/materia/9971/entrevistas/falsa-neutralidade.htm>
- ODUM, E. P. **Ecologia**, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.
- PEDROSA, J. G., O capital e a natureza no pensamento crítico *in* LOUREIRO, C. F. B **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico: Natureza, Trabalho e Educação**, Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ. **Projeto Flutuante**, PMG, 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ, **Desenvolvimento e Implantação de Políticas Públicas e Legislação Ambiental**, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ, **Plano Diretor Participativo**, Lei de Uso e Ocupação do Solo, PMG, 2006.
- QUINTAS, J. S Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória, *in* **Identidades da Educação ambiental no Brasil**, MMA, Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- SANTOS, B.S. **Introdução à uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SÃO PAULO, Secretaria da Cultura, **Resolução 48, Serra do Guararu**, 1979.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**, 33ª Ed., Campinas – SP: Autores Associados, 2000.

- SAVIANI, D. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**, 17ª Ed., Campinas: Autores Associados, 2007.
- SOS Mata Atlântica, **Estrada Parque Serra do Guararu, Guarujá – SP**, São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2004.
- SOS Mata Atlântica, **Caracterização Sócio Ambiental da Prainha Branca**, Serra do Guararu, São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2004.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2000.
- TOZONI-REIS, M.F.C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- TOZONI-REIS, M.F.C. Compartilhando saberes: pesquisa ação educativa ambiental. In: FERRARO-JR, L.A. (coord). **Encontros e Caminhos: Formação de Coletivos Educadores e Educadoras Ambientais/ Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental**; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- TOZONI-REIS, J. R. Ação coletiva na produção dos conhecimentos: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica *in* TOZONI-REIS, M. F. C (Org.) **A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**, São Paulo: Annablume; FAPESP; Botucatu: Fudibio, 2007a.
- TOZONI-REIS, M F. C, A pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica *in* TOZONI-REIS, M. F. C (Org.) **A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**, São Paulo: Annablume; FAPESP; Botucatu: Fudibio, 2007b.
- TOZONI-REIS, M.F.C. **Fundamentos para uma pedagogia da educação ambiental: algumas contribuições**. In: 30ª Reunião Anual da ANPEd. Anais da 30ª Reunião. Caxambu - MG, 2007. 1 CD-Room.
- TOZONI-REIS, M. F. C, **Comunicação oral**, UNESP- Campus Bauru-SP, 2008.
- TREIN, E. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental *in* LOUREIRO, C. F. B **A Questão Ambiental no Pensamento Crítico: Natureza, Trabalho e Educação**, Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. - Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo: Atlas, 1987.
- WWF, **Caminhos e Aprendizagens: Educação Ambiental, conservação e desenvolvimento**: WWF Brasil, Brasília, 2000.